

P
Público

Acordo no Eurogrupo liberta 500 mil milhões contra a crise

Só 250 mil alunos poderão ainda regressar às escolas

Governo admite estado de emergência até 15 de Maio • Escolas só reabrem para alunos do 11.º e 12.º ano, e se o vírus deixar • Nova Telescola vai chamar-se #EstudoEmCasa e chega no dia 20 • 61 das mortes em Portugal foram em lares • Só 18 pessoas foram julgadas por desobediência

Destaque 2 a 17 e Editorial
Acompanhe em publico.pt/coronavirus



Como o vírus paralisou a literatura

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Só 250 mil alunos poderão ainda voltar às escolas

Se a evolução da pandemia permitir, alunos do 11.º e 12.º ano são os únicos que ainda poderão ter aulas presenciais. Representam menos de 15% da população escolar

Samuel Silva e Clara Viana

Caso ainda haja condições para recomençar as aulas neste ano lectivo, apenas cerca de 250 mil estudantes vão voltar às escolas. A decisão anunciada pelo Governo ontem prevê que só os alunos do 11.º e 12.º possam ainda retomar as actividades presenciais. São também estes que farão os exames nacionais, agora adiados para Julho.

Se, no mês passado, a suspensão das aulas presenciais colocou cerca de dois milhões de alunos em confinamento nas suas casas – uma medida que o primeiro-ministro defendeu, ontem, ter contribuído para “travar o crescimento exponencial da pandemia” –, a solução agora encontrada prevê que apenas uma pequena parte volte às escolas.

No ano lectivo 2017/2018, o último para o qual a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência publicou dados, estavam inscritos no ensino secundário 380.370 estudantes. Os alunos do 11.º e 12.º anos representam cerca de dois terços – são perto de 250 mil alunos, que correspondem a menos de 15% da população escolar.

Por serem “anos decisivos”, o Governo entende ser “particularmente importante” que possam ser retomadas as actividades lectivas presenciais para os alunos dos dois anos finais do ensino secundário. O que não é certo é quando poderá isso acontecer. “Se e quando se vão retomar” as aulas será decidido posteriormente, anunciou António Costa. O Governo está, no entanto, a trabalhar num “plano B”, que passa pela manutenção das aulas exclusivamente em ensino à distância, “se a evolução da pandemia assim o exigir”, admitiu o primeiro-ministro.

Para os directores de escolas, as medidas anunciadas correspondem a “todos os pontos” que tinham proposto numa carta que dirigiram ao primeiro-ministro

Caso voltem às aulas, os estudantes do secundário vão ter de usar máscara dentro da escola, que será fornecida pelo Ministério da Educação. As escolas terão de garantir o cumprimento de regras de distanciamento. Os professores e outros trabalhadores que façam parte de grupos de risco serão dispensados do trabalho.

As medidas anunciadas pelo Governo dizem também respeito aos exames nacionais do ensino secundário, cuja 1.ª fase estava marcada para a segunda quinzena de Junho e é agora empurrada para os dias 6 a 23 de Julho. As aulas vão assim poder estender-se até 26 de Junho. O calendário do concurso nacional de acesso ao ensino superior sofre também mudanças. O prazo para a apresentação de candidaturas para a 1.ª fase é adiado, estendendo-se agora de 7 a 23 de Agosto. Os resultados são conhecidos a 28 de Setembro.

António Costa anunciou também que os alunos do secundário só terão de realizar os exames de que necessitam para acesso ao ensino superior. No ano passado, dos 159.840 inscritos para exames, pouco mais de metade (55%) pretendia candidatar-se a uma licenciatura. As decisões do Governo mereceram aplausos de pais e direc-

As medidas anunciadas pelo Governo dizem também respeito aos exames nacionais do ensino secundário



Exames nacionais poderão ser feitos “em pavilhão”

Depois de António Costa ter anunciado uma série de mudanças para o terceiro período devido à pandemia de covid-19, o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, sublinhou ontem, em entrevista ao *Jornal das 8* da TVI, que a prioridade é garantir a realização dos exames nacionais, que poderão ser feitos “em pavilhões gimnodesportivos ou espaços abertos”.

“O terceiro período vai começar e temos aulas e avaliação já na próxima terça-feira, até ao dia 26 de Junho para todos os níveis de ensino”, começou por referir Tiago Brandão Rodrigues, salientando, porém, que o Governo tem ainda “muitas incertezas” depois de questionado sobre a data colocada pelo primeiro-ministro como “limite máximo” para um novo arranque das aulas do terceiro período, a 4 de Maio.

O ministro da Educação admitiu que “todo o nosso sistema educativo está organizado e pensado para um modelo presencial”. Porém, salientou que “foi tomado um conjunto de medidas para conter este surto epidemiológico em Portugal” e que “mais cedo ou mais tarde vamos ter de começar a afrouxar as medidas”. “Mas não sabemos quando e não sabemos como”, disse.

Contudo, Tiago Brandão Rodrigues sublinhou que “a saúde pública é o mais importante”. “Voltando a 4 de Maio ou voltando numa data posterior, só voltaremos com as normas de segurança que na altura se entenderem necessárias”, reforçou, ecoando as palavras do primeiro-ministro, que garantiu que o regresso às escolas seria acompanhado do uso de máscara e cumprimento do distanciamento social.



Imaginemos o que seria para Portugal se interrompêssemos agora todo o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não o podemos fazer presencialmente

Tiago Brandão Rodrigues
Ministro da Educação



DANIEL ROCHA

tores das escolas. O presidente do Conselho das Escolas, o órgão que representa os diretores junto do Ministério da Educação, considera as medidas “cautelosas” e que não lhe merecem críticas. Mas levanta-lhe dúvidas a questão de vir a “haver exames, independentemente do estado em que o país se encontrar”.

Os presidentes da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas e da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, respectivamente, Filinto Lima e Manuel Pereira, dão a conhecer que as medidas anunciadas por Costa correspondem a “todos os pontos” que tinham proposto numa carta que dirigiram ao primeiro-ministro. E que foram reafirmados durante a reunião que tiveram com o ministro da Educação.

Prova de confiança

Quanto à realização dos exames nacionais, que os directores consideram que poderão até realizar-se em Outubro, caso seja necessário, dizem que “o primeiro-ministro não fechou portas”. “Com boa vontade e bom senso, tudo se resolve”, disse ao PÚBLICO Manuel Pereira, para quem Costa deu “uma prova de confiança nas escolas e nos professores”.

Já entre os estudantes, as reacções são de “desilusão”, “tristeza” e “susto”, conforme resume o presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Camões, Tiago Alves. Esta associação foi uma das três que nesta semana lançaram uma petição a pedir a suspensão dos exames nacionais, por considerarem que o ensino à distância “não garante a igualdade de oportunidades de acesso” aos meios necessários para estes se realizarem, nem a “credibilidade da avaliação”. Para além de o “incumprimento dos programas curriculares ser uma realidade e das discrepâncias que existem no que toca às matérias” já leccionadas.

A petição já foi remetida ao Parlamento. Ao final da tarde de ontem, tinha cerca de 8500 assinaturas. “Não faz sentido realizarem-se exames este ano e muito menos voltarmos às escolas” quando estamos a viver uma “situação pandémica assustadora”, diz Tiago Alves, acrescentando que tudo isto “é um susto”. Deixa um alerta: “Não vamos ficar parados.”

samuel.silva@publico.pt
cviana@publico.pt

EXAMES EM JULHO, ACESSO EM SETEMBRO: O QUE MUDA NO CAMINHO PARA O SUPERIOR

Que exames nacionais serão realizados?

Apenas os estudantes do 11.º e do 12.º ano realizarão exames — o Governo cancelou as provas nacionais do 9.º ano, bem como as provas de aferição do 2.º e 5.º ano. E, mesmo entre estes, nem todos têm que ir a exame. Os alunos do ensino secundário apenas têm que ir fazer exame às disciplinas que escolherem como prova de ingresso nos cursos do ensino superior a que queiram candidatar-se. Os exames que se destinam à aprovação de disciplinas e conclusão do ensino secundário estão cancelados. Quer isto dizer que quem não pretender entrar numa universidade no próximo ano lectivo — no ano passado, só 55% dos alunos do secundário queriam prosseguir estudos — não tem que ir fazer as provas.

São 22 as disciplinas sujeitas a exame nacional no ensino secundário — como Português, Matemática, Física e Química e Biologia e Geologia, habitualmente as mais concorridas, mas também Filosofia, História, Geometria Descritiva e as várias línguas estrangeiras. Só as disciplinas sujeitas poderão ser leccionadas dentro das escolas, caso as aulas presenciais ainda sejam retomadas. As restantes continuarão a ser trabalhadas à distância.

Quando são feitos os exames nacionais?

Os exames do ensino secundário foram adiados por cerca de três semanas, de modo a dar mais tempo às escolas para que concluam o ano lectivo. As aulas vão poder estender-se até 26 de Junho. A 1.ª fase das provas nacionais, que estava marcada para a segunda quinzena de Junho, passa a acontecer entre os dias 6 e 23 de Julho. A 2.ª fase, que habitualmente acontece em Julho, passa para depois das férias de Verão: realiza-se de 1 a 7 de Setembro.

Como será calculada a média de acesso?

Em teoria, não há alterações na fórmula de cálculo da média de acesso, que tem em conta a classificação final de ensino secundário e as provas específicas de ingresso em cada curso superior, que têm um peso que pode chegar aos 30%. No entanto, uma vez que os exames que se destinam apenas à aprovação de disciplinas foram cancelados, a nota final do secundário resultará apenas da avaliação dos professores, sem qualquer peso dos exames.

Quando é feita a candidatura ao ensino superior?

Com as alterações nas datas dos exames nacionais do ensino secundário, também o calendário de acesso ao ensino superior vai sofrer mexidas. Todos os prazos foram adiados, em cerca de três semanas. As candidaturas são realizadas durante o mês de Agosto, de 7 a 23. Os resultados da primeira fase do concurso nacional de acesso vão ser conhecidos a 28 de Setembro.

Uma vez que a 2.ª fase dos exames nacionais foi adiada para Setembro, a 2.ª fase do concurso de acesso às universidades e politécnicos passa a acontecer entre 28 de Setembro a 9 de Outubro, sendo as colocações anunciadas uma semana depois, a 15 de Outubro. Como

habitualmente, há ainda uma 3.ª fase para ingresso ao ensino superior, cujas colocações serão conhecidas a 30 de Outubro.

Quando começam as aulas no ensino superior?

As colocações no final de Setembro levarão o próximo ano lectivo a começar mais tarde no ensino superior. Na generalidade das instituições, isso implica adiar o início das aulas para a primeira ou segunda semana de Outubro. Um número mais pequeno de instituições de ensino começa as aulas apenas depois da 2.ª fase de colocações, agora agendadas para 15 de Outubro.

Este ano ainda haverá aulas nas universidades?

As universidades e os politécnicos têm autonomia para definir as suas estratégias para o que resta deste ano lectivo. Universidades como a do Minho, a de Évora ou a de Coimbra e várias faculdades de Lisboa e do Porto já assumiram que não haverá mais aulas presenciais até ao final do semestre. As restantes mantêm as aulas à distância ainda com a expectativa de retomar as actividades presenciais na fase final do ano. Essa solução permitiria, por exemplo, concentrar as “cadeiras” práticas, que neste momento não estão a poder ser leccionadas. **Samuel Silva**

RUI GAUDÊNCIO

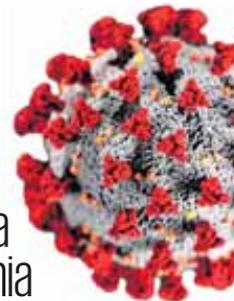


ões gimnodesportivos

Tiago Brandão Rodrigues acrescentou que o objectivo das aulas presenciais é continuar a dar a matéria em termos normais, “o que irá acontecer também não presencialmente”. “Imaginemos o que seria para Portugal se interrompêssemos agora todo o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não o podemos fazer presencialmente. Estes seis meses de interrupção seriam um peso muito grande no que é a formação e educação de toda uma geração”, notou.

“Acreditamos que é importante corresponder às expectativas dos nossos estudantes”, nomeadamente daqueles que pretenderem aceder ao ensino superior, reforçou Tiago Brandão Rodrigues, sublinhando que “se a pandemia o permitir”, o objectivo é manter os exames nacionais. **Filipa Almeida Mendes**

CORONAVÍRUS

Diário da
pandemia

Marcelo promulga indultos
O Presidente da República promulgou ontem o regime excepcional de flexibilização da execução das penas e dos indultos, considerando que as razões “éticas, humanitárias e de saúde pública (...) superam dúvidas suscetíveis por certas disposições do regime aprovado”.

Nova Telescola vai chamar-se #EstudoEmCasa e professores saberão mais na próxima semana

Informação sobre conteúdos da nova Telescola chega às escolas na próxima semana. Pais, directores e sindicatos de professores unidos nos elogios a Costa. Já os estudantes do secundário estão “desiludidos”

Clara Viana

O Ministério da Educação garantiu ontem que a partir da próxima semana será enviada às escolas “informação detalhada sobre os conteúdos e actividades a difundir” na nova Telescola, que passará a chamar-se #EstudoEmCasa.

Esta informação consta do resumo enviado pelo ME a propósito das medidas aprovadas pelo Governo para garantir o 3.º período. E corresponde a um apelo que foi lançado já ontem tanto por directores como por sindicatos de professores.

As emissões do #EstudoEmCasa, que arrancarão a 20 de Abril, destinam-se a alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade e serão transmitidas pela RTP Memória, um canal que está disponível nos serviços de cabo e satélite, mas também na televisão digital terrestre, uma tecnologia gratuita e que chega à esmagadora maioria dos lares.

Segundo o primeiro-ministro, a “emissão televisiva de conteúdos pedagógicos” vai “complementar” o trabalho que os professores farão à distância com os seus alunos. As emissões serão feitas por blocos, divididos por anos de escolaridade, ao longo de todo o dia, começando pelos alunos mais jovens e terminando ao final da tarde com os conteúdos para os alunos do 9.º ano.

Em declarações à Lusa, o director da RTP Memória, Gonçalo Madaíl, revelou que “o desenho criativo do canal #EstudoEmCasa, tal como o grafismo e a identidade televisiva, foi elaborado pela equipa da RTP Memória e do Centro de Inovação”. Madaíl adiantou que, do lado da RTP, têm estado envolvidas neste projecto “pelo menos 50 pessoas com funções



As emissões do #EstudoEmCasa arrancarão a 20 de Abril

várias”, disse.

Este projecto foi montado em “duas semanas e meia” e teve na base o que viria a ser confirmado ontem por António Costa: este ano lectivo os alunos do ensino básico não voltarão às escolas.

O mesmo vai acontecer com os alunos do 10.º ano, que só terão ensino à distância, embora não com o apoio da televisão, porque o número de disciplinas abarcado é demasiado extenso para o permitir.

Como devido à pandemia da covid-19 não é possível garantir condições de segurança para um regresso em massa às escolas, os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade vão continuar a ter aulas à distância, prolongando a experiência que já tiveram nas duas semanas anteriores ao início das férias da Páscoa. Todos eles serão

avaliados no final do ano lectivo, sendo-lhes atribuída uma classificação que deve ter em conta as circunstâncias específicas de realização do 3.º período”, especifica o ME.

“Mesmo à distância, a avaliação vai existir e os docentes vão ter em conta o conjunto do percurso educativo dos alunos”, garantiu António Costa. E podem continuar a chumbar.

Para esta classificação só contarão as notas dadas pelos professores, uma vez que os exames nacionais do 9.º ano, que contava 30% para a nota final, estão cancelados. Bem como as provas de aferição do 2.º e 5.º ano que estavam marcadas para Maio e que não têm impacto nas notas dos alunos. As medidas anunciadas ontem mereceram o aplauso de pais, directores e sindicatos de professores. Já os estudantes do ensino secundário, que

têm pedido a suspensão dos exames nacionais, mostraram-se “desiludidos” (ver página 2).

“De um modo geral, era o que estávamos à espera de ouvir de modo a manter-se um equilíbrio”, comentou o presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, Jorge Ascenção. O líder da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE), Rui Martins, corrobora, mas acrescenta que têm “reservas quanto à possibilidade de ser mesmo garantida a equidade no acesso” às novas tecnologias, embora “todos em conjunto” talvez se consiga.

Da parte dos representantes dos directores há a constatação de que as medidas anunciadas respondem ao que têm defendido nos últimos tempos. “As soluções apresentadas são as

adequadas à situação em que vivemos”, afirmou o presidente do Conselho das Escolas, que é o órgão representativo dos directores junto do ME. José Eduardo Lemos frisa que esta “é uma decisão difícil”, que as medidas são “cautelosas” e não lhe merecem críticas.

“Neste momento, o primeiro-ministro não podia dizer mais ou menos do que disse e que é adequado à evolução da pandemia, sublinha o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima.

“Conversar é bom, ouvir a opinião de parceiros é fantástico e acolhê-la é muito bom. É sinal de que estamos a ser escutados”, descreve o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, frisando que a mensagem de Costa deu “tranquilidade” ao país.

A Federação Nacional de Professores (Fenprof) e a Federação Nacional da Educação (FNE) também elogiaram a decisão de o Governo manter a suspensão das aulas presenciais até ao final do ano para os alunos do ensino básico. “O nosso apelo era que não fossem retomadas actividades lectivas presenciais, a menos que houvesse condições que as autoridades de saúde viessem a considerar como adequadas e parece-nos bem que haja este anúncio claro”, disse à Lusa o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva.

No mesmo sentido, Mário Nogueira, da Fenprof, sublinhou que o interesse da saúde pública e o combate à pandemia da covid-19 prevaleceram na decisão do Governo, acrescentando que as medidas “correspondem àquilo que seria expectável num momento como este”.

cviana@publico.pt

8

mil pessoas foram testadas no centro móvel do Porto e no programa de rastreio aos lares

Cruz Vermelha sem covid-19

O Ministério da Defesa, que tutela o Hospital da Cruz Vermelha, decidiu ontem “não se justificar a integração do hospital na rede covid, sem prejuízo do contributo vital que, nesta fase, já é desenvolvido por essa instituição no apoio ao Estado”.

Situação em Portugal

Em 9 Abril às 13h30



Fonte: DGS



Infectado a monte

Continua a monte o cidadão infectado com covid-19 que no último domingo foi interceptado pela PSP a passear na Póvoa de Varzim e que, mais tarde, fugiu do isolamento domiciliário que lhe foi imposto — acção que poderá valer-lhe pena de prisão.

IPSS com “luz verde” para baixarem ou não mensalidades

Clara Viana

Portaria deixa a cada IPSS a decisão de proceder ou não a descontos nas creches. Nos colégios, a redução que está a ser proposta é de 10%

O Governo entregou às instituições de solidariedade apoiadas pelo Estado a decisão de procederem ou não a descontos nas mensalidades das creches, que se encontram encerradas desde meados de Março, devido à pandemia da covid-19, estando por isso impedidas de prestar qualquer serviço às famílias.

Numa portaria publicada na sexta-feira dia 3 de Abril, com o objectivo de regulamentar a atribuição “de apoios extraordinários” ao sector social, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) mantém a norma que dá a estas instituições “autonomia na redução dos encargos familiares”. E esclarece que as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), que têm a propriedade de quase 80% das 2750 creches existentes, podem aplicar à actual situação, descrita como “um período excepcional”, o regime de descontos previsto na legislação que regula o apoio do Estado às IPSS.

Na sua versão mais actual, datada de 2019, esta legislação só considera que há lugar a uma redução das mensalidades quando se verifique um “período de ausência [por parte da criança] devidamente fundamentada” superior a 15 dias. Neste caso, a percentagem de redução prevista oscila entre os 10% e os 20%, valores para os quais a última portaria do MTSS também remete, embora adiante que as instituições, se assim o entenderem, poderão aplicar “percentagens de redução superiores” às que se encontram definidas. Nas creches, destinadas a crianças até aos três

anos, apoiadas pelo Estado as mensalidades pagas pelas famílias podem oscilar entre 33 euros e 384 euros.

Colégios baixam 10%

Numa carta dirigida aos responsáveis das IPSS, a propósito deste novo diploma, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), padre Lino Maia, frisa que a “orientação geral” agora dada pela tutela “vem responder a muitas das questões que têm sido colocadas pelas instituições sobre as participações familiares”, indo também ao encontro das orientações já transmitidas por esta organização. “Temos aconselhado a que sejam feitos descontos, mas não nos compete dar indicações, pelo que fica aos critérios de cada instituição. Não posso afirmar que exista um consenso”, especificou Lino Maia ao PÚBLICO, adiantando que também não pode falar em números porque os desconhece.

Já os colégios privados abateram no valor das propinas os serviços que não estão a ser prestados com a alimentação ou transportes, mas ao que o PÚBLICO apurou, apenas parecem dispostos a abater 10% às mensalida-

des relativas ao ensino entre o 1.º e o 12.º ano. Esta proposta tem suscitado protestos por parte dos pais. As propinas nestes colégios podem oscilar entre 500 e mais de mil euros.

Por exemplo, tanto nos Salesianos do Estoril como no Colégio Marista de Carcavelos, entre outros, foram lançadas petições onde se propõe que a redução a ser praticada seja de 30%, frisando os pais que este valor seria justo e ajustado para ambas as partes, “permitindo à escola continuar também a garantir o seu compromisso com os seus trabalhadores”.

Os pais frisam que, “apesar do esforço dos professores, a escola *online* e os trabalhos enviados por *email* não são suficientes para garantir aos alunos tudo o que necessitam para o processo de aprendizagem”. E lembram que também eles estão a viver “numa situação crítica, uma vez que ou têm de continuar a trabalhar em condições adversas para garantir a subsistência das empresas nas quais trabalham ou dos seus próprios negócios ou estão neste momento em licença para assistência à família, com cortes significativos no seu rendimento”.

cviana@publico.pt



As IPSS gerem a grande maioria das creches no país

Apoio aos pais deve ser pedido todos os meses à Segurança Social

Pedro Crisóstomo

O apoio excepcional aos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes que fiquem em casa a acompanhar os filhos por causa do encerramento das escolas continuará de pé quando terminarem as férias escolares da Páscoa, pois os estabelecimentos vão continuar fechados para os alunos do ensino básico.

Esta medida, dirigida a quem tem filhos até aos 12 anos, funciona numa lógica mensal e, por isso, no caso dos trabalhadores por conta de outrem, é preciso que as empresas apresentem junto da Segurança Social todos os meses uma declaração a indicar quantos dias é que o trabalhador faltou no mês anterior por este motivo excepcional, de forma a ser assegurado o financiamento mensal deste apoio. Primeiro, um trabalhador deve preencher uma declaração – cujo formulário está disponível no *site* da Segurança Social – e entregar à sua empresa com a indicação dos dias de ausência ao trabalho (sendo preciso cumprir os requisitos na lei para que tal aconteça). À entidade empregadora cabe ir ao *site* da Segurança Social e preencher uma declaração *online* com o pedido, que tem sempre um mês de referência.

O apoio relativo aos dias em que um trabalhador esteve em casa com um filho em Março tinha de ser pedido pela empresa até ontem. Relativamente aos dias de Abril, esse procedimento acontece em Maio, até um prazo ainda a definir pela Segurança Social. As verbas – equivalentes a dois terços da remuneração, com um valor mínimo de 635 euros e um valor máximo de 1905 euros – são pagas em partes iguais pela empresa e pela Segurança Social, mas cabe às entidades empregadoras proceder à entrega das verbas aos seus trabalhadores.

Para isso, quando apresentar o requerimento mensal, a empresa tem



É para quem tem filhos até aos 12

de entregar a declaração de remunerações autónoma com o valor total do apoio, para que a Segurança Social pague a metade que lhe cabe assegurar. No caso dos trabalhadores independentes, as datas a ter em conta para a entrega dos requerimentos são as mesmas.

Para beneficiar deste apoio é preciso preencher algumas condições. Num casal, só um dos pais pode receber esta retribuição e a isso soma-se outro requisito que pode restringir o acesso à medida. É que, embora o apoio seja “deferido de forma automática após requerimento da entidade empregadora”, ele só pode ser solicitado se não existirem “outras formas de prestação da actividade, nomeadamente por teletrabalho”.

Apesar de o regime se manter em vigor no pós-Páscoa a partir de terça-feira, o advogado Hugo Martins Braz, especialista em direito laboral na Valadas Coriel & Associados, considera que, à luz do diploma do Governo, “a justificação das faltas e o acesso ao apoio pelos trabalhadores não será automático e carece de nova comunicação ao empregador”.

pedro.crisostomo@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS



Esta é uma medida que se justifica. É um sacrifício que se justifica

António Costa
Primeiro-ministro

Governo admite prolongar estado de emergência até 15 de Maio

Retoma da normalidade será gradual e medidas de contenção serão mantidas, mesmo depois do fim do estado de emergência, para grupos de risco e certas actividades e sectores da economia

São José Almeida

A manutenção do estado de emergência até ao dia 15 de Maio, pelo menos, é uma realidade ponderada pelo primeiro-ministro, António Costa, soube o PÚBLICO.

O Governo tem em cima da mesa vários cenários sobre o momento em que pode ser levantada a medida de excepção decretada pelo Presidente da República pela primeira vez a 18 de Março e renovada a 1 de Abril. Até porque o executivo mantém uma interpretação mais prudente – do que a demasiado optimista que terá sido feita pela generalidade das pessoas – da declaração de Marcelo Rebelo de Sousa, na terça-feira, no final da reunião com os peritos, quando disse: “Se queremos ganhar a liberdade em Maio, temos de a conquistar em Abril.”

A possibilidade de o estado de emergência vigorar até meados de Maio está plasmada numa resolução aprovada ontem pelo Conselho de Ministros, que prolonga até às zero horas do dia 14 de Maio “a reposição, a título excepcional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras”.

Ao anunciar a suspensão das provas de aferição e de todas as aulas presenciais no terceiro período, à excepção das do 11.º e 12.º anos, bem como o adiamento para Julho da primeira época de exames para estes, o primeiro-ministro esvaziou ontem a ideia de que estaria previsto para o fim de Abril o cessar do condicionamento das regras de vida em sociedade devido à pandemia da covid-19. Um entusiasmo que foi também quebrado pelo facto de António Costa se ter recusado a avançar com uma data



Primeira declaração de estado de emergência data de 18 de Março

para o regresso das crianças ao ensino pré-escolar.

O primeiro-ministro deu mesmo um sinal significativo sobre o tempo que pode demorar o regresso à normalidade, ao afirmar que seria uma

O regresso à normalidade será “progressivo e gradual”, em especial para os grupos de risco

boa solução se os alunos do 11.º e 12.º anos pudessem ter aulas presenciais durante “uma ou duas semanas para esclarecer dúvidas” antes dos exames, cuja primeira época decorrerá entre 6 e 23 de Julho, tendo o 3.º período final a 26 de Junho.

Com a certeza de que durante o mês de Abril se manterá o estado de emergência, a dúvida é a de saber qual o momento em que as medidas de excepção podem ser levantadas. De acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, tudo dependerá da evolução da pandemia em Portugal e dos dados e indicações que os cientistas, que trabalham com a Direcção-Geral da Saúde, forem

fornecendo nas reuniões semanais. Mas, até aqui, esses cientistas não afirmaram certezas. Daí a ponderação de cenários feita pelo Governo.

O certo é que, como tem repetido o primeiro-ministro, a pandemia não desaparece de um dia para o outro. Por isso, mesmo quando o estado de emergência for levantado, continuará a haver condicionalismos e regras de actuação social para vários grupos sociais, com o objectivo de “não levantar a tampa da panela de pressão”.

O Governo está consciente de que a inexistência de contenção social pode desencadear uma segunda vaga de contaminações em

crescendo, já que, nesta altura, a percentagem de pessoas imunizadas será ainda baixa.

O Governo está a ponderar um regresso “gradual e progressivo” ao quotidiano da sociedade portuguesa, obedecendo sempre, como têm insistido vários responsáveis governativos ao PÚBLICO, ao princípio da “salvaguarda da vida das pessoas”, em detrimento da economia.

É assim provável que, mesmo após o levantamento do estado de emergência, possa haver restrições à circulação em algumas zonas do país, nomeadamente as que têm maior densidade populacional ou mais pessoas infectadas ou ainda aquelas em que a diminuição da taxa de progressão dos contaminados é mais lenta. Outra dimensão que está a ser equacionada e que pode levar ao prolongamento de restrições é da concentração de pessoas, que contraria o isolamento social.

Também está previsto que a retoma económica possa ser gradual, com alguns sectores da economia ou tipo de actividades a manterem até mais tarde condicionamentos.

É dado adquirido que o regresso à normalidade também não será imediato para os grupos de risco, que deverão continuar sujeitos a confinamento e ao respeito de outras regras. Aliás, indiciador dessa restrição é o facto de o primeiro-ministro ter assumido que os professores do 11.º e 12.º anos que fazem parte de grupos de risco não voltarão às aulas presenciais e serão substituídos.

Equacionado está a ser o recurso ao teletrabalho para estes casos e também para os pais, a quem é garantido o recurso à alternância semanal de acompanhamentos dos filhos a cumprir o ano lectivo em casa.

sao.jose.almeida@publico.pt

A NOSSA FORÇA VEM DE DENTRO

Os momentos difíceis, como o que estamos a viver, exigem-nos que procuremos dentro de nós a força para seguir em frente.

No Pingo Doce, encontramos essa força no exemplo dos nossos colaboradores, na sua coragem e dedicação.

O seu esforço e sentido de missão têm sido fundamentais para que possamos juntar a nossa força à dos que estão a ajudar o nosso país. Todos somos necessários.

Todos podemos fazer uma parte e nós estamos a fazer a nossa.

Estamos a tentar dar força a quem cuida da nossa saúde oferecendo todas as semanas bens alimentares a 30 hospitais públicos, de norte a sul do país.

Temos todas as nossas lojas abertas e permanentemente abastecidas, com especial atenção aos bens essenciais e à Páscoa que vivemos.

E temos força para fazer mais.

O nosso compromisso de 40 anos com a produção nacional convoca-nos a ir ainda mais longe nestes tempos tão incertos para quem trabalha a terra, cria os animais e alimenta o país.

Sabemos quais são os produtos portugueses mais atingidos por esta crise: o borrego e os queijos regionais, por exemplo.

Vamos comprar esses produtos e vendê-los a preços tão baixos que permitam a todos os portugueses ter na sua mesa o melhor que Portugal produz.

COMPRE O QUE É PORTUGUÊS. DÊ FORÇA AO QUE É NOSSO.

pingo doce
sabe bem pagar tão pouco

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Cerca de 15% dos mortos por covid-19 eram idosos que viviam em lares

Ministra da Solidariedade e Segurança Social diz que foi lançado um programa de testagem complementar ao que já é feito pelas universidades e politécnicos

Ana Maia, Alexandra Campos e Margarida Gomes

Cerca de 15% das vítimas mortais por covid-19 em Portugal eram idosos que viviam em lares. Até terça-feira tinham já morrido com a doença pelo menos 61 pessoas residentes em estruturas residenciais para a terceira idade e há cerca de 800 trabalhadores em isolamento profilático, revelou o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social (MTSSS). O número de óbitos por covid-19 em geral em Portugal aumentou para 409 até quarta-feira, de acordo com o último balanço.

“Qualquer número de mortes é preocupante, mas estamos a falar de uma população mais vulnerável. Dos dados que temos recolhido, cerca de 50% das pessoas que estão nos lares têm mais de 80 anos. A situação dos lares é sempre complexa atendendo à sua população”, contextualizou ao PÚBLICO a ministra Ana Mendes Godinho. “Uma medida de apoio que estamos a desenvolver é a do reforço recursos humanos para os lares, onde há muitos trabalhadores em isolamento”, sublinhou.

Autarcas, dirigentes de lares de idosos e de associações do sector não se têm cansado de avisar que estas estruturas são uma “bomba relógio” na epidemia de covid-19 pela falta de condições de muitas e também pela carência de material para a realização de testes de rastreio laboratorial ou pelo grande atraso na marcação, o que tem potenciado o contágio.

Mas o total de mortes em lares de idosos onde foram confirmados casos positivos de infeção pode superior ao número agora divulgado. “Estas são populações fragilizadas que, quando morrem em ambiente que não seja hospitalar, é difícil de determinar a causa da morte”, admite o MTSSS, que explica que os dados são de “auto-preenchimento por parte dos lares” em resposta enviada ao PÚBLICO. A recolha de informação nestas estruturas não é fácil. “Ao contrário do que se passa, por exemplo, no SNS, as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) – vulgo lares de idosos, não são públicas, logo não há uma forma automática e única de fazer recolha sistemática e uniforme de informação”, diz o ministério.

Adiantando que, dos 2520 lares no país, estão a ser acompanhados diariamente 100, “ou por casos suspeitos

ou por testes positivos”, a ministra lembra que estas estruturas são geridas por IPSS e empresas. “Mas desde o início procurámos fazer orientações e regras para prevenção. Demos orientações com exemplos concretos e demos formação e orientações técnicas para implementar medidas de segurança. Há mais de um mês que se aplicou a interdição de visitas para limitar o risco de entradas e saídas”, elenca. Foi ainda criada uma equipa de acompanhamento permanente que integra a Caritas, a Cruz Vermelha e a CNIS para encontrar respostas se isso não é possível a nível municipal.

Foi igualmente criada uma bolsa especial do IEFEP, através da qual colocaram 200 pessoas em 40 instituições e lançaram uma campanha de voluntariado que já tem cerca de 3 mil inscritos. “Já há pessoas colocadas e 20% mostrou disponibilidade para trabalhar com pessoas que tiveram teste positivo”, frisa a governante.

Sobre a crónica falta de testes nos lares, Ana Mendes Godinho adianta que foi desenvolvido um programa de testagem complementar. “Este programa foi lançado há 15 dias, inicialmente com três universidades e agora temos 17 universidades e politécnicos. A universidade do Porto

começa na segunda-feira, Viana do Castelo também e Évora. O politécnico de Bragança também vai produzir testes e Vila Real também já se está a preparar”. A prioridade é estar profissionais e casos suspeitos.

“Vamos ter muito mais capacidade de realização de testes no terreno. Este programa é como um *puzzle*, queremos juntar os vários recursos que existem disponíveis no país. Houve outras entidades que já começaram a fazer, como por exemplo a Câmara do Porto com o Hospital de São João, por isso digo que este é um programa complementar”. O custo que o Estado vai suportar é de 35 euros por teste através dos protocolos que fez com os politécnicos e universidades, acrescentou.

Ana Mendes Godinho nota, porém, que cada instituição tem de fazer o seu papel e há uma quantidade de câmaras com grande capacidade de resposta quando é preciso colocar pessoas em locais diferente da que havia na fase inicial.

Falta de material

Um caso que chocou o país foi o de um lar da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro onde 15 idosos morreram vítimas de covid-19 e onde havia

77 utentes infectados no início desta semana. Neste lar que se situa no Complexo Social da Moita, em Oliveirinha, os óbitos foram ocorrendo “ao longo dos dias” e apenas alguns dos doentes morreram no hospital, segundo o presidente da câmara, Ribau Esteves. Os casos foram detetados quando os 105 idosos e os funcionários foram sujeitos a testes que já tinham sido pedidos “pelo menos duas semanas” antes, lamentou Ribau Esteves, que acredita que a situação podia ter sido evitada. “Quanto mais cedo tivéssemos despistado os casos, maior era a probabilidade de baixar o contágio”, acentua.

O presidente da câmara garantia então que, ao contrário do que a Direcção-Geral da Saúde tem afirmado, há lares à espera da execução de testes de despiste à Covid-19 que estavam planificados e que não foi possível realizar, por não haver zaragatoas para recolher amostras para irem para o laboratório.

O material necessário para a realização de testes tem vindo a chegar aos soluços a Portugal. No início desta semana, chegaram 90 mil zaragatoas (uma espécie de cotonete usada para tirar amostras para análise), anunciou ontem o secretário de Esta-



PAULO PIMENTA



decisão que acontece depois do ultimato feito pelo presidente da autarquia, Marco Martins, na sua conta do Facebook: “Basta! Assim não pode ser! Senhores de Lisboa, olhem cá para cima também”.

Há mais de uma semana que o também presidente da Comissão Distrital de Protecção Civil do Porto vinha reportando ao Governo e à Administração Regional e Saúde do Norte a situação em que se encontra Gondomar, que terça-feira tinha “mais de 1200 pessoas com prescrição para fazer o teste”. Marco Martins disse que “a partir de sexta-feira [hoje] a situação vai melhorar”, mas nada mais adiantou em relação aos testes a realizar pelo SNS. Confirmou apenas que a câmara está a trabalhar em duas frentes: “Uma para fazer testes em todos os lares (500 utentes) e outra para fazer testes à população em geral, em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde” local. “Até agora, apenas um lar de idosos foi rastreado por haver várias pessoas infectadas”, lamentou.

Em Vizela, o panorama é muito idêntico e o presidente da câmara não esconde a preocupação pela falta de testes. Não houve ainda testes feitos pelo SNS e os únicos rastreios que estão a ser efectuados são a idosos residentes em lares e por iniciativa da câmara. “Há muitas pessoas a quem o SNS prescreveu teste de covid-19 e que não conseguem fazê-los”, critica Vítor Hugo Salgado. O autarca tem uma resposta para acolher as pessoas cujos testes dêem negativo, mas também para aqueles que sejam positivos e não possam estar nas suas casas. Para o efeito, já disponibilizou duas escolas secundárias que vão funcionar durante a pandemia como lar e residência de reataguarda e que abrem na próxima semana.

Em Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, os primeiros testes para idosos que vivem em lares do concelho arrancaram ontem, mas Emídio Sousa, presidente da autarquia, lamenta a “falta de resposta” do SNS até agora para o resto da população em geral. “A nossa estratégia passa por criar condições nos próprios lares para uma separação entre eventuais positivos e não positivos e isso só funciona se nós conseguirmos perceber quem está infectado e quem não está”, afirmou.

amaia@publico.pt

Há 175 detidos por desobediência mas só 18 julgamentos

Mariana Oliveira, Sónia Trigueirão e Ana Henriques

Entre 22 de Março e 9 de Abril, a GNR e a PSP detiveram 175 pessoas pelo crime de desobediência, 47 das quais por violação do confinamento obrigatório. Mas até agora apenas 18 foram julgadas por este ilícito, o que, neste tipo de casos, costuma ocorrer logo nos dias seguintes.

Foi o próprio Conselho Superior da Magistratura (CSM) que informou, esta quinta-feira, que das situações referentes a crimes de desobediência, identificadas pelas autoridades desde que a pandemia de covid-19 deu origem à determinação do estado de emergência, apenas 18 tiveram julgamento imediato, no âmbito dos chamados processos sumários.

Na comarca de Lisboa, a maior do país, a juíza presidente assegura que ainda ninguém foi julgado por violar as regras do estado de emergência. “Até hoje em Lisboa não foi apresentado a tribunal ninguém por violar o estado de emergência”, garante Amélia Almeida. A magistrada admite que, na capital, as polícias estejam a actuar mais de forma preventiva do que repressiva, mas não tem mais informação disponível. Também o juiz-presidente da comarca do Porto confirma que os julgamentos sumários têm sido a excepção e não a regra. José Rodrigues da Cunha acredita que uma boa parte dos casos estão a ser remetidos para investigação e outra está a ser encaminhada para a suspensão provisória do processo (um tipo de acordo que o Ministério Público faz com o arguido e que evita o julgamento).

O arquivamento é outra possibilidade. António Ventinhas, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, confirma que já houve pessoas detidas pelo crime de desobediência que acabaram por ver o caso arquivado pelos próprios procuradores. António Ventinhas também conhece situações em que os julgamentos sumários tiveram que

ser adiados porque os tribunais não tinham condições de higiene e segurança (por exemplo máscaras ou luvas) para realizar a diligência.

Já no que diz respeito às divergências de interpretação da lei, o problema relaciona-se com o conteúdo dos dois decretos que regulamentam o estado de emergência. É que se relativamente ao confinamento obrigatório a que estão sujeitas as pessoas que estão infectadas com o novo coronavírus os diplomas dizem expressamente que quem violar esse dever incorre num crime de desobediência, o mesmo não acontece com o artigo que determina o dever geral de recolhimento domiciliário (fora das excepções previstas nos dois diplomas).

A questão que alguns têm colocado é se essa omissão dos decretos impede que, nos casos em que as polícias dêem uma ordem a um cidadão e este a desrespeite, tal pode constituir um crime de desobediência.

O gabinete da procuradora-geral emitiu uma informação sobre o assunto após ter tido conhecimento de um caso, que lhe foi reportado pela PSP, em que dois cidadãos acabaram libertados por ordem da juíza de instrução. A magistrada entendeu que como o decreto que regula

o estado de emergência não previa expressamente que quem violava o recolhimento domiciliário incorria num crime de desobediência o ilícito não existia. O gabinete da procuradora-geral defendeu uma posição contrária, sustentando que as forças de segurança têm a obrigação de fiscalizar o cumprimento das regras do estado de emergência e que “nas situações de recusa de acatamento da ordem legítima” por elas dadas os cidadãos cometiam o crime de desobediência, que, na versão simples, é punido com pena de prisão até um ano ou multa até 120 dias e, na versão qualificada, com pena de prisão até dois anos ou multa até 240 dias.

Questionada pelo PÚBLICO a Procuradoria-Geral da República que confirmou que já ocorreram recomendações de uniformização a nível regional, mas que ainda não foi feita uma directiva geral.

Tribunais querem meios

O CSM quer que os tribunais regressem, tanto seja quanto possível nesta altura, à sua actividade normal. Mas o Ministério da Justiça não lhes está a facultar meios suficientes para que isso possa acontecer - e que passam sobretudo, segundo os responsáveis este órgão, pela disponibilização de salas de audiências virtuais que permitam fazer julgamentos.

Segundo o vice-presidente do CSM, José Lameira, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos do Ministério da Justiça apenas facultou um total de 157 salas de audiências virtuais. E se nas instâncias superiores as 12 salas criadas permitirão retomar os trabalhos com alguma normalidade, o mesmo não sucede com as restantes 145 destinadas aos tribunais de primeira instância, que são muitos mais. Ao PÚBLICO, o Ministério da Justiça explica que o instituto encarregue da gestão dos equipamentos “mostrou disponibilidade para proceder à aquisição de mais licenças, sempre que tal se justifique”.

mariana.oliveira@publico.pt



Alguns casos de desobediência foram arquivados

CORONAVÍRUS

Governo adia entrega do Programa de Estabilidade

O Governo decidiu adiar, provavelmente até ao final de Abril, o prazo previsto para a apresentação do Programa de Estabilidade este ano, onde irá apresentar as primeiras previsões para a economia e as finanças públicas pós-pandemia covid-19.

Centeno anuncia acordo difícil para um “pacote económico sem precedentes”

Eurogrupo acerta termos para uma linha de crédito do Mecanismo Europeu de Estabilidade que vai financiar despesas com o sistema de saúde. Fundos para PME e protecção do emprego foram aprovados

Rita Siza, Bruxelas

Em época de Páscoa, o presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, conseguiu tirar um coelho da cartola e ressuscitar um acordo entre todos os ministros das Finanças da União Europeia para um pacote económico de emergência, no valor de 500 mil milhões de euros, que parecia condenado a morrer ao terceiro dia.

O plano aprovado pelo Eurogrupo prevê uma resposta conjunta e imediata em três frentes ou, nas palavras de Mário Centeno, três “backstops” – que podem traduzir-se como mecanismos de recurso ou redes de segurança para sustentar a capacidade de resistência dos governos, das empresas e dos trabalhadores ao impacto da crise provocada pela pandemia de coronavírus.

“Respondemos aos anseios dos cidadãos, com propostas ambiciosas e que eram impensáveis há poucas semanas. Na última crise agimos demasiado tarde, mas desta vez foi diferente”, garantiu o presidente do Eurogrupo, que venceu que este pacote de meio bilião de euros se soma às medidas orçamentais assumidas pelos Estados-membros, e que representam 3% do Produto Interno bruto da UE, bem como as acções para injectar liquidez no mercado, e que ultrapassam os 16% do PIB. “Estamos a falar em biliões e biliões de euros para responder à crise. Não há qualquer precedente”, notou.

A primeira frente, e mais substancial, do pacote de emergência aprovado no Eurogrupo passa pela constituição de uma linha de crédito condicionada do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), de 240 mil milhões de euros, que deverá ficar disponível dentro de duas semanas e



Mário Centeno liderou, por vide-conferência, a segunda reunião do Eurogrupo desta semana

poderá emprestar a cada Estado membro um montante até 2% do seu PIB (no caso de Portugal, o envelope ascende aos 4000 milhões de euros). O objectivo é assegurar que os governos nacionais têm acesso a financiamento em condições mais favoráveis para suportar os custos orçamentais das medidas de emergência por causa da crise do coronavírus.

A segunda envolve a constituição de um programa do Banco Europeu de Investimento, assente em garantias pan-europeias de 25 mil milhões de euros, que poderá mobilizar até 200 mil milhões de euros suplementares para financiar as necessidades de liquidez das empresas europeias, especialmente as de pequena e média dimensão.

E a terceira destina-se à salvaguarda dos postos de trabalho e protecção dos trabalhadores afectados pela

paralisação das actividades industriais ou dos serviços para travar a propagação do coronavírus. Os ministros deram luz verde ao programa SURE desenhado pela Comissão Europeia, que prevê um financiamento de 100 mil milhões de euros para apoiar esquemas de *layoff* ou de trabalho com horário reduzido que assegurem a manutenção do emprego e da capacidade produtiva.

“Solidariedade europeia”

Mas além do plano para avançar imediatamente, os ministros das Finanças também concordaram, ainda que de forma vaga, com o lançamento de um plano para o relançamento e recuperação da economia europeia, cujos contornos serão desenhados pelos presidentes da Comissão Europeia e do Conselho Europeu.

“É um grande dia para a solidarie-

dade europeia”, comentou o ministro das Finanças da Alemanha, Olaf Scholz. “Este é um excelente acordo, que mostra que a Europa está à altura da gravidade da situação”, concordou o seu homólogo francês, Bruno Le Maire.

Mas não foi nada fácil obter acordo em nenhuma destas frentes. Os países começaram a reunião (na terça-feira) com posições muito divergentes, muito radicais e muito extremadas, e apesar de terem alcançado um consenso mínimo, não afastaram totalmente as dúvidas sobre a sua capacidade de entendimento para implementar o que ficou decidido, apesar dos aplausos que marcaram o fim da reunião, e dos elogios posteriormente publicados no Twitter.

Onde a corda esticou ao máximo – e este mesmo prestes a romper – foi na questão do recurso ao Meca-

nismo Europeu de Estabilidade, que foi criado na sequência da crise económica e financeira de 2009 para responder a choques assimétricos e assegurar financiamento aos países sem acesso aos mercados.

A utilização do fundo de resgate da zona euro, em vez da criação de novos instrumentos conjuntos, foi objecto de choro e muito ranger de dentes, mas acabou por prevalecer para evitar o que seria um falhanço catastrófico da UE perante uma crise sem precedentes, e que como concederam até os líderes mais renitentes, atingiu todos os Estados-membros e não é da responsabilidade de nenhum. “Este acordo mostra que temos a flexibilidade política para pegar nos instrumentos que criámos na outra crise e torná-los relevantes para a situação que vivemos agora”, considerou Mário Centeno.

A maior dificuldade, e que motivou discussões muito acaloradas, foi a definição dos critérios técnicos para a mobilização do dinheiro dessa linha de crédito (*Enhanced Conditions Credit Line*, ou ECCL no jargão técnico em inglês) até 2% do PIB de cada Estado membro. Todos os instrumentos do MEE exigem condicionalidade: um braço de ferro entre um grupo de países liderado pela Itália que não aceitavam nenhuma condição para poder aceder ao crédito, e os que exigiam contrapartidas rígidas para esses empréstimos, com os Países Baixos à cabeça, prolongou-se durante dias.

A solução acabou por ficar muito mais perto das exigências holandesas do que das italianas. O recurso à linha de crédito do MEE ficou limitado ao financiamento da despesa directa ou indirecta no sistema de saúde, bem como os custos relacionados com a cura e prevenção do coronavírus.

rsiza@publico.pt

Bruxelas vai autorizar recapitalizações de empresas

A Comissão Europeia propôs ontem nova alteração nas regras das ajudas estatais, propondo aos países da UE que sejam temporariamente permitidas recapitalizações de empresas “gravemente afectadas”, mas só em “último recurso”.

0,4%

é a subida registada em Março, face a Fevereiro anterior, dos preços das casas em Portugal, disse a Confidencial Imobiliário

Em três semanas, EUA somam 16,8 milhões de desempregados

Na semana passada registaram-se mais 6,6 milhões de novos desempregados nos EUA a pedir o apoio do Estado, elevando para 16,78 milhões as pessoas que perderam o seu emprego em apenas três semanas, na sequência do surto da covid-19.

**França duplica apoios e prevê maior recessão desde 1945**

O Governo francês mais do que duplicou ontem, para 100 mil milhões de euros, as verbas destinadas a apoiar as empresas e os trabalhadores afectados pela pandemia, que prevê venha a causar a “maior recessão em França desde 1945”.

Trabalho alternativo ao *layoff* passa a estar limitado a cinco sectores

Victor Ferreira

O Governo decidiu mudar ligeiramente as regras do *layoff*, com um decreto-lei que limita a actividade remunerada noutra área ou empresa enquanto se está com o contrato de trabalho suspenso ou com horário reduzido. A partir de agora, quem está em *layoff* “pode exercer actividade remunerada desde que nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição”, anunciou o Governo, em comunicado, depois da reunião de Conselho de Ministros de ontem.

Até aqui, era permitido o trabalho remunerado alternativo enquanto durasse o *layoff* na forma simplificada, que o Governo instituiu para ajudar empresas em crise, reproduzindo assim uma regra do *layoff* tal como está previsto no Código do Trabalho. Porém, o Governo não quer trabalhadores a andarem de um lado para o outro, para reduzir viagens e contacto social. E, no mesmo dia em que entraram em vigor as limitações de mobilidade mais apertadas durante a Páscoa, aprova esta ligeira alteração que reduz o leque de escolhas e, ao mesmo tempo, mantém a porta aberta ao reforço de sectores que estão sob pressão devido à pandemia.

O apoio social e a saúde lidam com acréscimo de trabalho devido à covid-19; a produção agrícola, a logística e a distribuição procuram reforços para ajudarem a manter o abastecimento do país com alguma normalidade.

À semelhança do que já sucede em França e na Alemanha, o sector agrícola demonstrou interesse em recrutar pessoas abrangidas noutros sectores pelo *layoff*, tal como o PÚBLICO já tinha avançado.

O decreto-lei ainda aguarda publicação. O chamado “*layoff* simplificado” já conheceu diversos diplomas. Aquele que está actualmente em vigor estipula que, “caso o trabalhador exerça actividade remunerada fora da empresa, deve comunicar o facto ao empregador, no prazo de cinco dias”

a contar do início desse trabalho. O empregador tem, por sua vez, dois dias para informar a Segurança Social, a contar da data em que teve conhecimento de que o trabalhador tem outra actividade remunerada.

Não informar a empresa constitui uma infracção disciplinar do trabalhador. No caso de encontrar uma ocupação remunerada alternativa, verá reduzido o valor que recebe pelo *layoff* na mesma proporção do salário que irá auferir nessa actividade alternativa.

Desde que não tenham mais de 60 anos nem pertençam aos grupos sujeitos a dever de especial protecção, quem está em *layoff* simplificado pode também trabalhar em entidades públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, na área social e

da saúde. Incluem-se nestes serviços de saúde hospitalares, serviços residenciais ou de apoio domiciliário a idosos e pessoas com deficiência ou incapacidade.

Como contrapartida, recebem bolsa mensal, paga nos termos da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de Março. Esta remuneração mensal será equivalente a 1,5 vezes o valor do Índice dos Apoios Sociais (que é de 438,81 euros), o que perfaz uma bolsa de 658,22 euros. A mesma portaria aplica-se a desempregados, que recebem apenas um IAS, mas não vêm prejudicado o valor do subsídio de desemprego.

Até ontem, havia 642 mil trabalhadores em *layoff* em Portugal, segundo números oficiais citados pelo *Jornal de Negócios*. Isso significa um crescimento de 90 mil trabalhadores desde sábado passado, quando eram 552 mil. O ministro da Economia já admitiu que este número poderá chegar a um milhão de trabalhadores. A despesa associada, paga pelo Orçamento do Estado, será de 1000 milhões de euros por mês, nesse cenário, de acordo com estimativas do Governo.

voferreira@publico.pt

Actividades podem ser nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição



Produção e distribuição alimentares são dois dos sectores visados

DIÁRIO DA QUARENTENA, 24

Uma portuguesa, um húngaro e um cão em Madrid



Luísa Geão

Quando há quatro anos decidi mudar-me para Madrid, tinha apenas uma certeza, queria viver no centro para ir a pé para o escritório. Madrid escolheu-me a mim, eu não escolhi viver na capital espanhola. Vinha por trabalho e sem expectativas em relação à minha vida depois do expediente. Não estava à espera de me apaixonar perdidamente por esta aldeia gigante, onde se vive nas *calles* e ninguém se sente estrangeiro. Por pura sorte, vim parar a um dos bairros mais castiços da capital.

Tudo mudou depois de o presidente do Governo anunciar o estado de emergência e tudo aquilo que deixaríamos de poder fazer nas semanas seguintes. De repente, a cidade adormeceu, a polícia tomou conta das ruas e só podes sair de casa numa situação de emergência. Tudo aquilo que me fez apaixonar por Madrid desapareceu. Estamos encerrados, em 40m2, uma portuguesa, um húngaro e um cão.

No primeiro dia de isolamento choveu. Na minha casa, a chuva anuncia-se sem cerimónias, porque vivo num sótão e todas as minhas janelas, à exceção de uma, são no teto. A chuva é coisa rara por estes lados e isso só adensou o cenário apocalíptico com que a semana arrancava. O desafio de montar dois espaços de trabalho num apartamento tão exíguo foi superado com criatividade e tolerância. A sensação de alívio por podermos continuar a trabalhar superava a ansiedade de

conviver sem interrupções numas águas-furtadas que passariam a ser o nosso mundo.

Neste pequeno novo mundo não falta diversidade. Durante o dia falam-se quatro línguas entre os deveres profissionais em inglês e espanhol e as relações pessoais em português e húngaro. A falta de contacto pessoal é compensada com uma torrente de videochamadas.

A minha primeira reacção à notícia do isolamento forçado foi raiva. É mais fácil estar revoltada do que triste. Também passei por uma fase de negação, não queria aceitar que a minha liberdade estivesse comprometida ao ponto de não me deixarem correr para manter a sanidade (mental, mais do que) física. Fui a última pessoa a deixar o escritório e insisti em ir a um restaurante no último dia em que se mantiveram abertos. Tudo parecia ficção e eu não estava a gostar do enredo. A minha birra passou quando insisti em descer para ir ao supermercado na manhã seguinte ao anúncio de Pedro Sánchez e já não me deixaram entrar normalmente. Tive de fazer fila, com a devida distância da pessoa à minha frente, e quando entrei pediram-me para colocar luvas e não demorar mais de 15 minutos. Estava a comportar-me como uma criança e levei uma palmada bem merecida. Quando a vida nos troca as voltas, temos de reaprender algumas coisas simples, como olhar com calma para a pessoa que está ao nosso lado e passa a ser o nosso único contacto físico. As relações mantêm-se com ajuda da tecnologia e há mais intenção nas palavras que se dizem. A consciência da nossa mortalidade humaniza-nos e aproxima-nos do outro. De repente, parece que é Natal.

Directora Comercial na Cambridge Assessment English

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Este ano o Compasso não sai à rua mas a Páscoa dá na Internet

Várias tradições católicas foram adiadas. Na aldeia do Fontão, em Ponte de Lima, o mordomo está inconsolável. “Nem em tempo de guerra isto aconteceu”, dizem

André Borges Vieira

Há uns meses largos, na aldeia de Fontão dava-se início aos preparativos de uma das tradições pascais mais emblemáticas desta aldeia do concelho de Ponte de Lima. No domingo haveria de se cumprir mais uma vez o ritual e a aldeia inteira estaria presente em mais um almoço de Páscoa. À cabeça da mesa estaria o responsável pela organização da celebração e pela factura da despesa – o mordomo da Cruz. Mas este ano a tradição não se vai cumprir em Fontão ou noutra localidade do país. Por uma questão de segurança e para evitar o contágio da covid-19 as missas serão celebradas sem gente e as procissões não sairão à rua. Porém, existirão alternativas mais seguras que permitam aos fiéis não deixar de assinalar a data. Mas, desta vez, terão de o fazer a partir de casa.

A tenda onde se realizaria o almoço já estava alugada, assim como estavam contratados os serviços de uma cozinheira capaz de servir 600 pessoas. António Norberto Fernandes, o mordomo da Cruz deste ano, já tinha o menu definido: filetes de

pescada, vitela assada e cabrito do monte. Tem de ser do monte, porque diz que na aldeia é assim que as pessoas gostam. O menu mantém-se, mas vai demorar mais um ano até ser servido.

Pela primeira vez desde que a tradição começou vai tornar-se o primeiro mordomo em funções durante dois anos seguidos. Não vai poder passar o testemunho sem encerrar a sua parte na missão que lhe foi atribuída. Ao PÚBLICO não esconde a tristeza e frustração, que partilha com o resto da população.

Em casa em isolamento voluntário, António Norberto Fernandes sai “de vez em quando” para uma caminhada nocturna. Durante o percurso tem encontrado quem trilhe o caminho percorrido pela cruz até ao local onde habitualmente se realiza o almoço. “As pessoas estão tristes com o cancelamento”, afirma. Mas mais tristes estão com a situação “que o mundo atravessa”, sublinha.

“Ninguém se lembra”

Aos 62 anos, não se lembra de alguma vez se ter cancelado o almoço pascal. Não se recorda ele nem as pessoas mais velhas que conhece: “Faz este ano 50 anos desde que o meu sogro [com 87 anos] foi mordo-



ADRIANO MIRANDA

mo e mesmo ele não se lembra de alguma vez ter acontecido. O meu pai [com 92 anos] também não se recorda.” “Nem em tempo de guerra aconteceu”, sublinha.

José Orlando Fernandes, “fontanense de gema”, foi o mordomo do ano passado. Foi ele que pagou a conta do almoço em 2019, mas explica que as funções deste cargo honorário não passam só pela oferta do repasto. O mandato prolonga-se por um ano. Durante esse período que começa na quarta-feira de Cinzas, logo depois do Carnaval, quem assume funções fica também responsável por algumas despesas de manutenção da igreja, assim como pela sua limpeza e por tocar o sino.

Entre os anos 1960 e 1970, o almo-



Nem em tempo de guerra se cancelou o almoço pascal

António Norberto Fernandes
Mordomo da Cruz

ço estava apenas reservado aos homens. Mais tarde passou a convidar-se a “família inteira”.

José Orlando Fernandes decidiu passar o testemunho ao irmão por já estar “há algum tempo na lista”. Antes de se passar a responsabilidade tenta-se sondar quem tem disponibilidade para o fazer. Mas até ao dia do anúncio o segredo mantém-se. “Toda a gente diz que não quer ser mordomo. Mas depois de receberem o convite ficam motivados”, afirma.

Há outra condição para se ser elegível: tem de se ter sido mordomo do Senhor. Explica que essa é uma função de apoio ao mordomo da Cruz. “São uma espécie de ajudantes”, troca por miúdos. Durante o mandato passam a ser “uma espécie de segunda/terceira figura da aldeia”. “Sempre que há festas e outros eventos na aldeia o mordomo tem de acompanhar”, explica.

Quando nas primeiras semanas de Março se ouvia falar na possibilidade de cancelamento, os “rumores” não foram bem recebidos. “Inicialmente lidámos todos muito mal, porque isto está enraizado na nossa tradição”, recorda. Mais tarde perceberam que esta seria a melhor decisão: “Faz-se um intervalo e no próximo ano reto-

ma-se os festejos como deve ser.”

Contactada pelo PÚBLICO, a Igreja de Fontão diz não estar programada qualquer alternativa para que as pessoas possam assinalar a data sem se ausentarem de casa. Porém, um pouco por todo o país há paróquias que estão a criar formas de se aproximarem dos fiéis.

As procissões não saem à rua e as missas não terão gente, mas há formas de acompanhar alguns rituais litúrgicos *online* e pela televisão, como aconteceu no Domingo de Ramos, quando o cardeal-patriarca de Lisboa celebrou a missa numa igreja vazia.

Em Fátima, as celebrações vão ser realizadas sem peregrinos e à porta fechada e transmitidas a partir de meios digitais. O programa da Semana Santa de Braga também poderá ser acompanhada pela Internet. Já em Castelo Branco o Sábado de Aleluia poderá ser visto a partir das janelas e varandas. No mesmo dia, em Tondela, o hino de Judas será também cantado à janela.

Na Guarda, os sinos vão tocar “festivamente” no domingo. O mesmo vai acontecer em Caminha, onde, além disso, será distribuído à porta de casa dos habitantes pão de ló e doçaria tradicional.



Está muito fraco. As pessoas nem se apercebem que é Páscoa. As lojas pedem-nos um décimo do que é habitual

José Júlio Vintém
Produtor de amêndoas de Portalegre

Produtos para esta quadra sofrem quebras de 70% a 90% nas vendas

Amêndoas, folares, cabritos, queijos acumulam-se nas lojas, armazéns, câmaras frigoríficas. A pandemia abalou profundamente negócios que têm nesta época um dos seus momentos altos do ano

Alexandra Prado Coelho

Lojas fechadas, grandes almoços de família adiados para melhores dias, listas de encomendas reduzidas ao mínimo – quem tem na Páscoa um dos melhores períodos de negócio do ano, com a venda de produtos tradicionais da época, está desanimado ou mesmo, em alguns casos, desesperado. A pandemia do novo coronavírus afectou profundamente os festejos. Fomos ver como se estão a vender os produtos que em anos normais enchem as nossas mesas por esta altura.

Cabrito

Há poucos dias, os produtores de cabrito de raça serrana DOP (Denominação de Origem Protegida) lançaram um alerta através do WhatsApp: tinham 800 cabritos que não conseguiam vender. Rapidamente a notícia espalhou-se, saltou para os jornais, e em menos de um dia as encomendas foram tantas que os cabritos se esgotaram. No entanto, para quem não tiver conseguido comprar por esta via, continua a haver cabrito em alguns talhos e hipermercados.

Pão-de-ló de Ovar

Com a decisão do Governo de estabelecer uma cerca sanitária em torno do município de Ovar para isolar os casos de covid-19 aí identificados, os produtores deste pão-de-ló tradicional, de massa leve e interior húmido, estão a ter uma “quebra muito significativa” nas vendas, diz José Sousa, da Associação de Produtores de Pão de Ló de Ovar IGP (Indicação Geográfica Protegida).

A maioria das 12 empresas produtoras certificadas são familiares e já

tinham parado de trabalhar uns dias antes da imposição da cerca, mas a proibição de vender fora do concelho este produto, cuja origem remonta ao século XVIII, significa uma perda que José Sousa calcula entre 85% e 90% no rendimento destas famílias. Só dois dos produtores têm o pão-de-ló ultracongelado e será este que quem tiver sorte poderá ainda encontrar à venda fora do concelho de Ovar nas grandes cadeias de distribuição.

Folares de Valpaços e Olhão

O folar salgado, típico de Valpaços (IGP), com diversos enchidos de fumeiro, sofreu este ano um duro golpe com o cancelamento da 12.ª edição da Feira do Folar, na qual, diz Teresa Pavão, vereadora da Câmara de Valpaços, se vendiam cerca de 50 mil quilos de folar. A câmara, em conjunto com associações regionais, está a apoiar a organização de canais de distribuição para “todos os produtos certificados com logística instalada”, e algumas padarias têm canais próprios de revenda que permitem fazer chegar o produto às grandes superfícies, sobretudo no Norte do país.

No Algarve, o folar de Olhão, que tem características completamente diferentes, é um doce muito procurado na Páscoa. Filipe Martins, da padaria e pastelaria Kubidoce, diz que este é um ano atípico, claro, mas está, apesar de tudo, surpreendido com a procura que tem tido nas suas lojas, em Olhão e na recém-inaugurada em Vila Real de Santo António, que estão abertas, permitindo a entrada a apenas um cliente de cada vez.

Filipe acredita que o sucesso tem, em grande parte, que ver com o facto de a sua oferta ser diferente. “Fazemos fermentações longas, não usamos açúcar branco nem gorduras

hidrogenadas”, explica. A Kubidoce tem vários tipos de folar, mas o que tem tido maior procura é o de batata-doce com amêndoa.

Amêndoa de Moncorvo e de Portalegre

Do outro lado da linha telefónica Dina Morais mostra-se desolada. “Não se vê uma pessoa nas ruas. Moncorvo está deserta, parece que houve uma guerra. É a maior desgraça da minha vida”, lamenta. A loja desta produtora artesanal da amêndoa coberta de Moncorvo (IGP) está cheia de produto, mas clientes, nem vê-los. De portas fechadas há mais

de três semanas, o telefone não toca, as encomendas não aparecem.

“Se me tivesse telefonado por esta altura no ano passado, eu nem conseguia dar resposta, normalmente não temos mãos a medir, com todas as pessoas que nos visitam. Esta Páscoa facturei uns 100 ou 200 euros”, diz Dina.

Mais para sul, em Portalegre, José Júlio Vintém, do restaurante Tomba-Lobos, aproveita sempre esta época para ajudar os pais a fazer e a vender a amêndoa de Portalegre, outra das especialidades da Páscoa. E também ele está desanimado. “Está muito fraco. As pessoas nem se apercebem que é Páscoa. As lojas pedem-nos um décimo do que é habitual.”

Como a produção é artesanal, tiveram de a parar, porque já tinham amêndoas mais do que suficientes para a procura. “Este é um negócio familiar que funciona dois meses por ano, em Março e Abril. Costumamos ter uma média de 12 encomendas por dia, este ano, se tivermos 12 no total, já foi muito.”

Queijos

O queijo faz também parte das mesas da Páscoa e está igualmente a ressentir-se com a pandemia do novo coronavírus. Com os restaurantes fechados e os almoços de família reduzidos, os produtores de queijo da serra da Estrela estão “com uma quebra de no mínimo 70%”, alerta Manuel Marques, presidente da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Serra da Estrela (Ancose). “No ano passado por esta altura o queijo já tinha ido quase todo.”

Os mais afectados são os pastores. “Num rebanho de 100 ovelhas, um pastor tem um prejuízo de mil euros.” O cenário é preocupante, porque é preciso ordenhar os animais todos os dias, as fábricas de queijo já não aceitam mais leite, e mesmo o que compram passou de 1,10 euros para 0,70 centimos por litro. “Isto é o arruinar da ovinicultura e do queijo da serra da Estrela”, afirma o dirigente da Ancose, adiantando que a associação está a disponibilizar as suas câmaras frigoríficas para armazenar leite e queijo.

O mesmo está a ser feito em Trás-os-Montes pela cooperativa Leicras, para os produtores que sofreram quebras de 90% nas vendas de queijo DOP das cabras de raça serrana. “Vamos armazenando o leite, enquanto conseguirmos”, diz Arménio Vaz, um dos responsáveis.



A venda de folares caiu a pique

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Na “Wuhan alemã”, um em cada sete habitantes está imune

O cenário mais perigoso para o coronavírus parece ser quando há pessoas juntas por algum tempo. Seja na música, na dança, seja em cerimónias religiosas

Maria João Guimarães

Quantas infecções houve realmente pelo novo coronavírus num determinado local? Há muito que se tem noção de que o número real será mais alto, mas quão grande poderá ser a diferença? No distrito de Heinsberg, na Alemanha – um dos primeiros e mais afectados pelo novo coronavírus – uma equipa apresentou ontem uma primeira resposta. Resultados preliminares de um estudo mostram que 15% dos habitantes estiveram em contacto com o coronavírus, quando a percentagem de casos registados entre os habitantes anteriormente era de apenas 5%.

O número de infecções “invisível” é uma das questões que ocupam cientistas e políticos, porque os dados com que se trabalha dependem muito da quantidade de testes disponíveis, de testes realizados e dos seus critérios. Sem esta informação, comentava o especialista em Investigação Biomédica Ulrich Dirnagl, numa entrevista ao *Berliner Zeitung* no dia anterior, as medidas tomadas são como andar às apalpadelas no escuro. Dirnagl falava de potenciais taxas de infectados totais de 1% a 10%.

Um número maior destas infecções não detectadas causa preocupação pela possibilidade de transmissão do vírus por infectados assintomáticos. Mas a sua existência irá fazer demorar um pouco a progressão de novas infecções, porque estes 15% estão já imunes. A imunidade, dizem os investigadores, deverá durar entre seis e 18 meses.

Não é, no entanto, possível extrapolar esta percentagem real de infectados para a registada no resto do país, porque este é um local especial: Heinsberg ficou conhecida como a “Wuhan da Alemanha” (uma menção ao local de origem da pandemia, na China) porque foi o centro das infecções e o local com mais casos na Alemanha: o distrito de 42 mil habitantes registou 1442 infecções e 43 mortes.

Ainda segundo os dados preliminares deste estudo, a taxa de letalidade (número de mortes por números de infectados) é bastante mais baixa do que o que se pensava: 0,37% – segundo os dados da Universidade de Johns Hopkins (EUA), a taxa, no conjunto da Alemanha, era de 1,98%.

O líder da equipa de investigadores, Hendrik Streeck, da Universidade de Bona, também disse, citado



Uma festa de Carnaval a 15 de Fevereiro, em Gangelt, disseminou o vírus

pelo diário britânico *The Guardian*, que a maioria das infecções não ocorreu em supermercados ou restaurantes, mas em aglomerações maiores de pessoas. Não só em Heinsberg, mas noutros locais do mundo, o padrão que estão a ver é “onde há música e dança, o vírus espalha-se mais rapidamente”, comentou Streeck.

Foi o caso do primeiro ponto de disseminação em Heinsberg: uma festa de Carnaval, a 15 de Fevereiro, na localidade de Gangelt. Um dos homens que participaram no *ballet* tradicional, de 47 anos, foi o primeiro doente a precisar de cuidados intensivos na Alemanha, e várias pessoas que participaram no evento tiveram resultados positivos nos testes.

É uma tendência que tem eco noutros países: festas pós-esqui na estância de Ischel, Áustria, um jogo

Qualquer passo em falso pode “deitar a perder todo o esforço feito”, disse Merkel

de futebol em Bérghamo, Itália, comunidades religiosas de Nova Iorque a Israel, grandes festas como o *Mardi Gras* em Nova Orleães são todos vistos como potenciais focos de disseminação rápida do vírus.

Jovens versus idosos

Na apresentação dos resultados preliminares, Streeck apontou que, se a comunidade continuar a ser “tão activa e disciplinada” como até agora, poderá ser possível começar uma “segunda fase”.

Martin Exner, director do Instituto de Higiene da Universidade de Bona, disse que se pela trajectória da transmissão poderia considerar-se uma reabertura de escolas e infantários, esta apenas poderia ser feita se as crianças e os jovens continuassem a não se encontrar com os mais velhos, que continuam a precisar de protecção especial.

E isto pode querer dizer, previsivelmente, netos não verem avós até, pelo menos, ao final do ano, anteviu Exner.

No entanto, este é apenas um de vários estudos a serem levados a cabo no país. No mesmo dia, a chanceler, Angela Merkel, questionava medidas que pudessem prever o fim de restrições para jovens, mas não

Agentes funerários precisam-se

O governo do estado norte-americano de Nova Iorque vai registar mais agentes funerários porque os que existem não chegam para lidar com o crescente número de mortes. O estado registou na quarta-feira mais 799 mortos, totalizando 7067 óbitos por covid-19.

SASCHA STEINBACH/EPA

para idosos. “Temos de pensar em todos”, disse, em resposta a uma pergunta numa conferência de imprensa. “Devolver aos jovens a sua liberdade anterior” e deixar os idosos em isolamento não é, na opinião de Merkel, “compatível com humanidade”.

A chanceler disse que os próximos passos só serão decididos após a reunião de um grupo de cientistas de várias áreas da Academia Nacional de Ciências Leopoldina, que reúne não só especialistas em virologia, mas também em outras áreas, de economia à ética, no início da próxima semana.

Cada avanço terá de ser feito com muito cuidado porque qualquer passo em falso pode “deitar a perder muito depressa todo o esforço que já foi feito”. Haverá espaço para avaliar, duas a três semanas depois, os seus efeitos.

Certo é ainda que, mesmo com redução das medidas de isolamento, outras como manter uma distância de segurança de outras pessoas (idealmente, dois metros), evitar apertos de mãos e lavar frequentemente as mãos vão ter de continuar. Enquanto não houver uma vacina, previsivelmente durante um ano, vai ser preciso “viver com o vírus”.

mguimaraes@publico.pt

Itália investiga lares

O Ministério Público italiano vai investigar como o coronavírus se alastrou em 13 lares de idosos na Lombardia. Nos lares morreram centenas de pessoas com covid-19. Os investigadores podem fazer acusações de homicídio por negligência. Itália tinha ontem 18.279 óbitos.

34%

dos mortos por covid-19 em Nova Iorque (EUA) são hispânicos, apesar de serem apenas 29% da população deste estado

Casos confirmados no mundo

Valores às 20h00 de 8 de Abril

346.376
Recuperados

1.536.979
Total de casos confirmados

1.097.178
Casos ainda activos

93.425
Mortes

Fonte: Universidade de Johns Hopkins

Johnson saiu dos intensivos

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, infectado com o coronavírus, saiu ontem ao final do dia dos cuidados intensivos, onde estava desde segunda-feira. Vai continuar hospitalizado durante a recuperação e está “de bom humor”, anunciou Downing Street.

África Subsariana terá a primeira recessão em 25 anos

António Rodrigues

As projecções financeiras do Banco Mundial para a África Subsariana são desalentadoras para os países da região. A organização reviu, ontem, em baixa o crescimento previsto para 2020 por causa do impacto da pandemia do novo coronavírus, passando de um crescimento médio de 2,4% para uma quebra de entre 2,1% e 5%, a primeira recessão na região em 25 anos.

Esta contracção da economia custará aos países da sub-região entre 37 mil milhões e 79 mil milhões de dólares em receitas perdidas devido à desaceleração económica dos seus principais parceiros, China e Europa, forçada pela pandemia de covid-19.

A pandemia diminuiu a actividade económica no mundo e com ela a necessidade de combustíveis, fazendo com que haja um excesso de produção numa altura em que Arábia Saudita está empenhada numa guerra de preços com os países produtores de petróleo de xisto, o que levou à queda abrupta do valor do barril de petróleo no mercado internacional.

As economias mais vulneráveis à crise serão as dependentes do petróleo e da extracção mineira, como as de Angola, África do Sul e Nigéria. Mas também aquelas que dependem em grande medida do turismo.

A crise também vai sentir-se em termos de crescimento demográfico, já que a projecção de aumento populacional para este ano foi corrigida de 3,6% para 2,7%.

Numa entrevista recente à revista *Jeune Afrique*, Carlos Lopes, antigo secretário executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, dizia que embora a pandemia não tivesse ainda atingido o seu pico no continente, em termos económicos, é como se já estivesse: “A actividade industrial parou completamente nos países com as cadeias de valor mais importantes, a procura em matérias-primas conheceu uma redução drástica.”

Além disso, “o consumo interno, que constitui dois terços do crescimento africano, reduziu-se brutalmente.” E se os sinais de preocupação já existiam antes, como refere o economista guineense, a crise pandémica veio agravá-los de forma

grave. Por causa disso, o Banco Mundial considera que os países africanos vão precisar de uma “suspensão do serviço da dívida” e de outros apoios financeiros para enfrentar esta crise.

“O FMI anunciou 50 mil milhões

de dólares [de ajuda à economia], sendo dez mil milhões de dólares para os países pobres – uma definição muito vaga que não existe sequer no seu léxico e que poderá incluir tanto o Quênia, como o Peru, como a Birmânia. No entanto, Áfri-

ca só sairá se receber 20 mil milhões de dólares”, acrescentou Carlos Lopes, actualmente o representante especial da União Africana para as relações com a União Europeia.

antonio.rodrigues@publico.pt

PUBLICIDADE

www.scml.pt

Somos a casa de milhares de portugueses.

Sabemos que a nossa missão não pode parar. Por isso, continuamos a cuidar de quem mais precisa de nós e a sair à rua para estarmos junto dos mais vulneráveis.

Porque, numa altura em que todos temos de estar em casa, nós somos a casa de milhares de portugueses.

Fique em casa. Por Boas Causas.

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa.



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUEAS



JOGOS
SANTACASA

DESTAQUE

CORONAVÍRUS



A prioridade de quem gere a Cultura [deviam ser] os que não têm como pagar a próxima refeição ou a próxima renda

Paulo Furtado
Músico

“Falhas graves” do Ministério da Cultura desassossegam um sector paralisado

Pressionada por petição que passou as 20 mil assinaturas, Graça Fonseca cancelou *in extremis* um festival em que o Governo ia investir um milhão de euros. Sindicato reclama universalidade nas medidas de apoio

Inês Nadais e Mário Lopes

Durou menos de 24 horas a ideia, lançada no Telejornal de terça-feira pela ministra da Cultura, Graça Fonseca, de investir um milhão de euros num festival que garantisse algum rendimento a músicos e técnicos afectados pelo encerramento generalizado das salas de concertos do país. Pressionado por uma petição que da noite para o dia reuniu 20 mil assinaturas, o Ministério da Cultura (MC) acabou por cancelar o TV Fest a poucas horas da sua estreia, prevista para as 22h de ontem na plataforma RTP Play e no canal 444 dos quatro operadores de televisão por subscrição.

“Como o sector reagiu tão rapidamente, com críticas, dúvidas e questões, vamos suspender [o TV Fest]. Vamos repensar e perceber como manter este nosso objectivo de apoiar o sector da música e os técnicos e, ao mesmo tempo, dar a possibilidade às pessoas de receberem em sua casa música portuguesa”, explicou à Lusa Graça Fonseca, que não se mostrou disponível para prestar esclarecimentos ao PÚBLICO.

Segundo a ministra, estava planeado que actuassem neste festival que deveria durar pelo menos um mês “160 músicos”, aos quais fora pedido que “envolvessem sempre equipas técnicas”. Até ao final do TV Fest, chegariam a “cerca de 700” os profissionais envolvidos, disse Graça Fonseca à Lusa, explicando que estavam já gravados quatro programas e que “suspender o projecto não significa não retribuir aos 12 músicos que [nele] já trabalharam”.

Dirigida ao Presidente da República, a petição lançada na quarta-feira argumentava que “a realização do TV Fest no presente estado de emer-



A ministra da Cultura foi ontem acusada de discricionariedade no apoio de emergência ao sector

gência” constituía “uma ameaça ao ecossistema cultural português (...), operando através de um jogo em corrente exclusivo, e de círculo fechado (...), que desclassifica a participação, representatividade e diversidade de um sector”.

Os signatários acusavam o MC de investir um milhão de euros numa “medida antidemocrática e não inclusiva”, contestando o método de selecção dos participantes. Tal como a ministra explicara anteontem ao PÚBLICO, a escolha dos primeiros quatro músicos convidados a actuar a partir de suas casas (Fernando Tordo, Marisa Liz, Ricardo Ribeiro e Rita Guerra) coube a Júlio Isidro, competindo depois a estes artistas designarem os participantes seguintes, e assim sucessivamente, numa reac-

ção em cadeia. O objectivo, sublinhava Graça Fonseca, era duplo: “espelhar a diversidade do panorama musical português – haverá fado e pop, mas também cante alentejano – e prestar apoio aos técnicos que, com os músicos, têm manifestado uma generosidade incrível”, preenchendo o confinamento dos portugueses com actuações gratuitas.

Os subscritores da petição, e também muitos músicos que ontem exprimiram o seu desagrado nas redes sociais, contestaram, porém, a discricionariedade deste apoio público, argumentando que a eleição baseada em critérios de natureza pessoal dos respectivos beneficiários exponenciaria “clivagens e divisões numa classe social já de si marcada pela precariedade, desigualdade e

instabilidade económica”.

“Embora apareça a minha fronha chapada nesta notícia, não tenho nada que ver com esta iniciativa”, frisou Salvador Sobral, um dos signatários, na sua conta de Facebook, fazendo acompanhar o *post* de um *frame* televisivo que usava uma imagem sua para anunciar o festival. Também Alex Cortez, baixista dos Rádio Macau e programador associado ao Musicbox e ao Povo, em Lisboa, saudou “aqueles que já se mostraram indisponíveis para participar nesta palhaçada”. E Paulo Furtado, conhecido como Legendary Tigerman, defendeu que a prioridade de “quem gere a cultura” deviam ser “os artistas, técnicos e equipas que não têm como pagar a próxima refeição ou a próxima renda”, lamentando

que o milhão de euros disponibilizado para o TV Fest viesse a ser repartido apenas por alguns e deixando a pergunta: “Não seria melhor distribuir esta verba por 500 estruturas ou mais? E ter a certeza de que os mais fragilizados eram incluídos?”

“Emergência social”

A ausência de uma política de emergência estruturada para um sector que está paralisado praticamente a 100% tem vindo a ser sistematicamente apontada a Graça Fonseca.

Ontem mesmo o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (Cena-STE) voltou a acusar a tutela de “falhas graves”: “O MC escolheu avançar com três medidas. Um apoio à criação artística com prazo de candidatura de duas semanas, impossível de cumprir (...) e com [uma dotação] total de um milhão de euros, muito abaixo do necessário (...); uma plataforma de encontro *online* entre empresas e criadores, deixando nas mãos de privados a escolha das propostas válidas e dos valores a pagar; e um festival (...) albergado pela estrutura pública (RTP) que detém a maior fatia do Orçamento do Estado para a cultura (...). Nenhuma destas medidas é universal, directa e imediata. E nenhuma responde à necessidade urgente de garantir o sustento de dezenas de milhares de trabalhadores da cultura que se encontram impedidos de trabalhar.”

Num sector que tardará mais do que outros a regressar à normalidade, diz o Cena-STE, é urgente que o MC lance “medidas de emergência social e de excepção” em articulação com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

inadais@publico.pt
mario.lopes@publico.pt

9

Este é o número de línguas em que o livro *online* já foi traduzido e, em breve, haverá uma versão em português

O Meu Herói És Tu: há um livro para ajudar as crianças a combater a covid-19

Numa altura em que muitas crianças têm de ficar em casa e todos os dias ouvem falar da covid-19, criou-se um livro para as ajudar a lidar com a situação e a tornarem-se heroínas das suas próprias histórias

Teresa Sofia Serafim

Para Sara, a sua mãe é uma heroína porque é a melhor mãe e cientista do mundo. Mas, mesmo ela, ainda não conseguiu encontrar uma solução para a covid-19. Nesta altura, e porque todos podemos combater o novo coronavírus, a mãe de Sara precisa que seja ela a sua heroína também. E Sara pergunta-se: como? Para o descobrir, vai fazer uma viagem às costas de uma criatura fictícia. Este é o mote do livro *O Meu Herói És Tu*, criado para que as crianças possam compreender como podem lutar contra a covid-19. O livro está disponível *online* em cerca de nove línguas e está a ser preparada uma versão em português.

O Grupo de Referência do Comité Permanente Interagências (IASC) para a Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências Humanitárias (criado pela ONU) tinha um grande objectivo: fazer um livro que ajudasse as crianças dos seis aos 11 anos a entender a covid-19 e tudo o que está a acontecer à sua volta. A este grupo juntaram-se mais de 50 organizações do sector humanitário (alguns membros do IASC), como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e a Save the Children.

O tom do livro deveria parecer real. Portanto, ao longo do desenvolvimento deste projecto, mais de 1700 crianças, pais, cuidadores e professores de mais de cem países partilharam como estavam a lidar com a actual pandemia. Também participaram crianças e pais portu-



gueses. Como a amostra deve permanecer anónima, os seus nomes não puderam ser divulgados.

Tendo em consideração os testemunhos de diversas crianças e adultos, a escritora e ilustradora Helen Patuck e a sua equipa elaboraram então uma história que pretende englobar crianças de diferentes continentes e contextos.

Voltando à história: depois de ter falado com a sua mãe, Sara sentia-se tudo menos uma heroína. “Naquela noite, Sara encostou-se à cama e não se sentiu de todo uma heroína. Sentia-se irritada. Queria ir à escola, mas estava encerrada. Queria ver os seus amigos, mas não era seguro. Sara queria que o coronavírus deixasse de assustar o seu mundo”, lê-se. Foi então que apareceu Ario, uma criatura fictícia que iria transformar Sara numa heroína. Afinal, iria levá-la a dizer a todas as crianças do mundo como se podem proteger a si e aos outros do coronavírus, assim como se poderia as emoções quando confrontados com uma mudança repentina.

Sara e Ario passaram pelo deserto,



Ao longo do livro, a protagonista viaja com uma criatura fictícia por diferentes partes do mundo, onde fala sobre a covid-19

por uma pequena povoação, uma ilha ou por montanhas, onde outras crianças se foram juntando à viagem e relatando a sua experiência durante a pandemia. Falaram ainda de como podem proteger os seus avós, de como podem gerir as relações com os seus familiares enquanto estão confinados ou de crianças que já tiveram covid-19. No final desta

aventura, Sara percebeu que todos podemos ser heróis nesta situação e que cada um tem os seus superpoderes. “Há muitos heróis que mantêm as pessoas a salvo do coronavírus, como médicos e enfermeiros maravilhosos. Mas tu recordas-me de que todos podemos ser heróis, todos os dias, e a minha maior heroína és tu”, disse a mãe a Sara.

Em mais de 30 línguas

Há recomendações para a leitura deste livro: deve ser lido às crianças pelos pais, cuidadores ou profes-

res. Na introdução do livro, refere-se ainda que, em breve, será publicado o guia complementar “Acções para Heróis” para dar apoio a temas relacionados com a covid-19, ajudando as crianças a gerir as emoções e sentimentos, bem como actividades baseadas no livro.

Até agora, o livro está disponível *online* já está traduzido em inglês, russo, francês, ucraniano, árabe, espanhol, alemão, turco e malaio. No futuro, estará disponível em mais de 30 línguas. “A versão portuguesa do livro deve estar disponível no domínio público em poucos dias”, disse ao PÚBLICO Alison Brunier, do gabinete de comunicação da OMS. Também será lançada uma versão áudio do livro.

“Emergências humanitárias anteriores mostraram-nos como é vital lidar com os medos e ansiedade dos mais novos quando a vida, como a conhecemos, fica virada de cabeça para baixo”, afirma em comunicado Tedros Adhanom Ghebreyesus, director-geral da OMS. “Esperamos que este livro maravilhosamente ilustrado, que leva as crianças numa viagem ao longo de diferentes fusos horários e continentes, as ajude a compreender o que é possível fazer para se manterem positivas e seguras durante a pandemia do coronavírus.”

Já Henrietta Fore, directora executiva da Unicef, destaca que em todo o mundo as crianças estão a viver num mundo “invertido” e a maioria a viver de alguma forma confinada: “Este maravilhoso livro ajuda as crianças a compreender e a navegar nesse cenário e a aprender como podem realizar pequenas acções para se tornarem heróis nas suas próprias histórias.”

teresa.serafim@publico.pt

ESPAÇO PÚBLICO



Mário Centeno



Está ultrapassado o impasse no Eurogrupo, liderado pelo ministro das Finanças português, sobre a resposta financeira de emergência à pandemia do coronavírus. Foram resolvidas as resistências de alguns países tendo sido aprovado um pacote de 500 mil milhões de euros para o imediato, para além de um fundo de relançamento no futuro. No total, o plano ascenderá a um bilião de euros. A resposta europeia demorou, mas é sem dúvida uma boa notícia. (Pág. 10) **J.J.M.**



Rui Pinto



O acordo alcançado entre o advogado de Rui Pinto e as autoridades portuguesas é uma vitória para ambas as partes e permite que o hacker saia da prisão em troca da sua colaboração. Só esta frase já deve estar a fazer tremer muita gente, já que uma das condições do acordo é o acesso a discos rígidos encriptados que a PJ não consegue abrir e que terão informação relevante. Rui Pinto pode até vir a integrar um programa de protecção de testemunhas. (Pág. 24) **J.J.M.**

Educação: era possível fazer melhor?

Manuel Carvalho
Editorial

O Governo tinha vários problemas para resolver na educação e nenhum oferecia uma solução fácil. Ontem, o primeiro-ministro deu conta das medidas que aprovou e o que se pode dizer é que foi capaz de apresentar soluções sensatas para alguns dos problemas, mas deixou em aberto outros tantos. Se na questão dos alunos do 11.º e 12.º ano que vão ter de fazer exames nacionais podemos considerar que a solução é equilibrada e responde à

gravidade da situação, para os alunos do ensino básico e do 10.º ano ofereceu apenas o mal menor. Por outras palavras, foi capaz de anunciar uma saída minimamente equilibrada e justa para o problema que pode ter solução, e reconheceu a falta de alternativas para o que é difícil ou até impossível de resolver.

Por partes: com o país obrigado ao isolamento social, seria impensável admitir que a escola pudesse funcionar de forma normal. Ninguém perceberia nem aceitaria que os seus filhos fossem às aulas sem garantias de segurança. Nenhum professor admitiria voltar à rotina. O que havia a fazer é admitir que, se as melhores previsões da pandemia se confirmarem, uma pequena parte dos alunos possa regressar a aulas presenciais. Restava definir que

alunos. E aí o Governo esteve bem: os que estão num momento crucial dos seus percursos lectivos. Os que vão ter de fazer exames nacionais para acederem ao ensino superior. Se a propagação da covid-19 abrandar, os professores que estão em grupos de risco ficam em casa, a reduzida população escolar que vai às aulas tem mais condições para o distanciamento social e é sujeita a regras de protecção acrescidas. Torna-se assim possível gerir o risco sem abdicar desse instrumento que garante a igualdade de condições de acesso ao superior: os exames iguais para todos.

No editorial de quarta-feira tínhamos referido que privar os alunos dos exames seria favorecer as escolas privadas que o próprio Ministério da Educação suspeita de

usarem a inflação das notas como factor de atracção de clientes. O Governo foi capaz de evitar esse risco. Mas admite que está fora do seu alcance a garantia de equidade para todos. As aulas à distância penalizam os alunos de famílias mais desfavorecidas e nem o recurso à telescola será capaz de mitigar esse problema. As autarquias ou a responsabilidade social de cidadãos e empresas podem ajudar com mais meios. Mas dificilmente haverá Internet ou computadores para todos. Resta uma esperança. Que, depois da pandemia, os mais frágeis sejam alvo de particulares atenções e possam recuperar o tempo perdido a que a distância das escolas, dos colegas e dos professores os forçará.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

O pico da epidemia

O PÚBLICO de 8 de Abril, num artigo com chamada à primeira página, dá grande destaque às previsões de uma matemática portuguesa, Gabriela Gomes, segundo as quais “O pico (da epidemia em Portugal) pode já ter passado...”. Na mesma edição do jornal, um artigo de Leonete Botelho dá grande destaque à reunião da véspera no Infarmed, em que os líderes políticos ouviram epidemiologistas e outros especialistas. O artigo destaca o facto de os epidemiologistas admitirem que o pico da pandemia em Portugal possa já ter ocorrido. Venho chamar a atenção para o facto de o artigo não identificar um único dos peritos presentes. O leitor é conduzido a aceitar como verdade ou como ciência aquilo que os especialistas presentes transmitiram aos líderes políticos.

A meu ver, a não identificação dos peritos presentes, isto é, das fontes, representa a omissão de um elemento de informação importante para o leitor. Por outro lado, incorre no risco de induzir o leitor a assumir algo como evidência científica, sem associação a qualquer fonte, a qualquer estudo, a qualquer análise. Introduce-se a noção de uma autoridade incontestável e dá-se a ideia de que existe consenso e unanimidade entre os peritos ou cientistas – o que até nem é o caso. Não só deviam ser identificados os responsáveis por tais afirmações, como teria sido enriquecedor procurar a existência de eventual contraditório.

Como bem escrevia ontem João Miguel Tavares, é aos políticos que compete decidir, uma tarefa espinhosa. Mas sendo políticos e não peritos, é fundamental

assegurar que a sua decisão tem por base a auscultação de opções diversas e a sua sustentação. Note-se que escrevo este comentário não no conforto do isolamento em casa de quem se entretém a opinar “de fora”, mas sim a partir da chamada “linha da frente”, no hospital, nas respostas à epidemia, vivendo o seu impacto nos recursos de saúde, logísticos e humanos. Ao falar do “pico” da epidemia, tema transversal às conversas e aos meios de comunicação, é fundamental definir-se com rigor do que se fala. (...) Como alguns peritos, nomeadamente colegas meus, epidemiologistas e matemáticos, entendo que a número máximo de pessoas com infecção activa ainda não foi atingido, sendo por isso da maior importância lidar com cuidado com informação que possa resultar num abrandamento das medidas de contenção que tão eficazes

se estão a revelar no nosso país. Pedro Amorim, Serviço de Anestesiologia do Hospital de Santo António

Rui Pinto

Rui Pinto saiu da prisão preventiva, ficando sob supervisão da PJ. Até que enfim que o famoso hacker vai colaborar com as autoridades. Este mestre da ciência da computação viu reconhecidas as suas capacidades de investigação. Violação de correspondência, sabotagem informática, crimes de acesso ilegítimo são alguns dos crimes de que é acusado pelo Ministério Público. Afinal, Rui Pinto forneceu à PJ matéria a que os investigadores não conseguiram aceder. Rui Pinto devia assinar vínculo profissional com o Estado. As redes de corrupção e compadrio tremem ao ouvir o seu nome. Ademar Costa, Póvoa de Varzim



Carlos Gomes da Silva



A mesma empresa que sente os efeitos da menor procura e da quebra de preços dos produtos petrolíferos, e que por isso vai suspender a actividade da fábrica de combustíveis em Matosinhos, é a mesma que, devido à crise pandémica, decidiu cortar mil milhões em despesas operacionais e em investimento previstos para 2020 e 2021. Mas se a realidade obrigou a estas decisões, nada mudou em relação à política de distribuição de dividendos, que se mantém. (Pág. 28) **J.J.M.**



Graça Fonseca



O TV Fest, festival organizado pelo Ministério da Cultura, e que tinha um orçamento de um milhão de euros, não resistiu às críticas e foi cancelado horas antes de ter início na RTP. Uma petição pedindo o cancelamento juntou mais de 20 mil assinaturas em menos de 24h. Entre outros argumentos, os subscritores lembravam que não é ao Estado que cabe a criação de “eventos de cultura”. A ministra foi acusada de discricionariedade no apoio de emergência ao sector. (Pág. 16) **J.J.M.**



ESCRITONA PEDRA

O que está em causa é a maneira como se vive. Acima de tudo, importa que uma pessoa tenha sempre presente a vontade de se proteger, um instinto fatal (...)

Haruki Murakami (1949-), escritor

SEM COMENTÁRIOS HAVANA, CUBA

ALEXANDRE MENCHINI/REUTERS



O meu nome é Vavá



Miguel Esteves Cardoso Ainda ontem

Todos nós temos dois nomes: o nome que os nossos pais nos dão e o nome que nos dá o mundo.

Têm sorte as pessoas em que esses nomes coincidem. Até há pouco tempo eu era um desses felizardos: Miguel desde o berço até (julgava eu) à cova. Agora tenho outro nome: aquele que me foi dado pela Maria João, a quem estou a tentar chamar Marijú por vingança. Esse nome é Vá-vá. Escreve-se “Vavá” mas não rima com “Papá”; rima com “Pá-pá”.

Para se perceber como fiquei com este nome vou citar frases, colhidas ao acaso, que a Maria João me dirigiu hoje de manhã: “Traz o tabuleiro com os pratos, Vá-vá!” “Mexo o caril, Vá-vá!” “Desinfecta-me estas garrafas de lixívia, Vá-vá!”

Se eu por acaso me demoro no cumprimento destas tarefas, o meu *petit nom* passa para a proa das ordens: “Vá-vá, guarda a porcaria das mostardas!” “Vá-vá, fecha o portão e despacha-te!”

Quando me queixo da frieza das instruções que recebo, ela ri-se. Diz que as exortações são apenas pedidos insistentes cujo tom fascista é só impressão minha, resultado de ter passado toda a minha vida num casulo de seda, apapricado por damas e palhaços.

Quando lhe mostrei esta crónica para ser autorizada, negou falar comigo com pontos de exclamação. Mas fala. Aliás, o meu nome, se fosse pontuado como é pronunciado, seria Vá!Vá! Quando autorizou este escrito, teve a lata de me dizer que eu tinha sorte de ela não me chamar Aandar Aandar, natural de Antananarivo, capital do Madagáscar.

“Acaba lá o artigo e vem lavar a louça, a andar, a andar!” O Vavá hoje não pára quieto, coitado.

EMPUBLICO.PT

Terá a América esquecido a lição da gripe espanhola?

Um olhar sobre a gripe espanhola, para tentar compreender se os líderes políticos dos EUA terão esquecido a lição de 1918 publico.pt/multimedia/fotogalerias

Arte em isolamento: que tal recriar obras de arte?

O Grito feito de chinelos e roupas ou A Persistência da Memória em panquecas: há pessoas a usar objectos do quotidiano para recriar obras de arte publico.pt/p3

Porque é que a covid-19 não é como a gripe?

O corpo humano conhece o vírus da gripe há mais de dois mil anos, agora é o desconhecido, diz o pneumologista Filipe Froes publico.pt/multimedia/videos

A falta de arrojo da UE será o seu fim

Susana Peralta

Nos últimos dias de 2018 escrevi no PÚBLICO um texto intitulado “2019, um ano perigoso”, que terminava com um apelo à participação no debate político desse ano, no qual elegemos os parlamentos nacional e europeu. Pedia “que este debate se centre na discussão das políticas que queremos ter para diminuir a polarização da sociedade e preservar a democracia” e depois explicava “que soluções eficazes só se podem implementar à escala europeia”. Não, não adivinhei que vinha aí uma pandemia sem precedentes no século. Aliás, enganei-me rotundamente, porque disse que 2019 ia ser “o ano da Grande Rutura do nosso sistema de mercado, político e diplomático”. Afinal era 2020. Mas esse artigo deixava claro que para lidar com os grandes desafios do nosso tempo só a Europa nos podia valer. Acontece que temos agora o maior desafio de todos, e a União Europeia não se tem mostrado de grande utilidade. Enganei-me de novo.

A crise económica não tem precedentes. Kristalina Georgieva, diretora-geral do FMI, fez um anúncio sombrio relativamente às previsões económicas que vão ser publicadas na próxima semana, preparando-nos para a pior depressão desde os anos 30 do século passado. Na UE, estima-se que mais de um milhão de pessoas perdeu o emprego em março. O Índice de Gestores de Compras, utilizado para medir o pulso à economia, atingiu o seu valor mínimo para toda a zona euro, desde que começou a ser compilado há 22 anos. Nos EUA, sabemos que há 17 milhões de novos desempregados desde que começaram as medidas de isolamento. Se a crise é o que é entre os países mais ricos, não é difícil imaginarmos o que vai acontecer em países com sistemas de saúde incipientes e sem governos que intervenham para proteger quem perde o rendimento, como avisou o Banco Mundial. Na Índia, por exemplo, o anúncio de *lockdown* repentino feito pelo primeiro-ministro empurrou milhões de pessoas para caminhadas (sim, a pé!) de várias centenas de quilómetros em direcção às aldeias de origem, abandonando urbes caóticas onde passar fome é a alternativa natural a empregos precários pagos ao dia.

No meio disto tudo, o que fez a União Europeia? Começou por assobiar para o lado, como reconheceu a própria presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, na carta que escreveu há uma semana aos italianos. Depois, veio o anúncio do levantamento da disciplina orçamental, que na verdade nos serve de pouco. Para além de evitar dores de



OLIVIER HOSLET/EPA

cabeça e burocracia pós-crise, a disciplina orçamental não altera a taxa de juro da dívida, que é uma das principais preocupações para países como Portugal e Itália. Como não sabemos quantos anos dura a suspensão e um défice nunca vem só, é provável que a disciplina nos bata à porta mais à frente. A Comissão também criou o

Os europeus mais desfavorecidos e frágeis precisam de arrojo; e precisam dele urgentemente!



Fundo Europeu de Solidariedade, que pode ajudar com montantes modestos entre 2,5% e 6% das despesas dos países mais afetados pela crise. Há mais programas aqui e ali, desde os 37 mil milhões para ajudar no investimento em sistemas de saúde a linhas de crédito do Banco Europeu de Investimento.

O BCE reagiu com um pacote de compra de dívida de 750 mil milhões de euros, antecipando para o início da crise o famoso “whatever

it takes” de Mario Draghi, que na última crise chegou tardiamente em julho de 2012. Os apelos de vários economistas europeus para o financiamento direto da economia com impressão de moeda, isto é, sem que esse financiamento envolva um aumento da dívida, não deram em nada. Não é o caso de outros bancos centrais: o Banco de Inglaterra anunciou ontem que ia financiar diretamente as despesas do Governo sem passar pelo mercado de dívida.

Enquanto escrevo estas linhas, a reunião desta semana do Eurogrupo continua. Ainda não sabemos que condições envolverão os empréstimos ao abrigo do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), mas Cristina Casalinho já explicou ao PÚBLICO que estes não nos poupariam mais do que 30 milhões de euros de juros por ano (0,0016% do PIB). O eternamente adiado seguro de desemprego europeu, que andamos a discutir há dez anos, também parece que não é para agora. Os *eurobonds* são recusados pelos países mais ricos, mesmo depois de Angela Merkel ter piscado o olho à solução há mais de três semanas.

Falemos de *eurobonds*. Emitir dívida europeia sem receitas fiscais próprias da UE para a pagar não é uma verdadeira mutualização do risco. Da necessidade imperativa de haver um imposto europeu já

aqui falei, e para esses nem o mais progressista Parlamento Europeu parece estar virado. Há uma semana, os economistas Camille Landais, da London School of Economics, e Emmanuel Saez e Gabriel Zucman (ambos da Universidade de Berkeley) avançaram uma proposta de um imposto europeu sobre o património. É um imposto ideal para a UE: com uma base fiscal que só faz sentido no contexto de um conjunto alargado de países, progressivo e temporário. Os economistas propõem uma taxa marginal de 1% para patrimónios acima de 2 milhões, 2% acima de 8 milhões e 3% para quem tenha mais de 1000 milhões. A receita que consegue gerar, segundo os autores, ascende a cerca de 1% do PIB da UE por ano. Pelo que uma emissão de dívida europeia que corresponda a 10% do PIB seria paga em dez anos, aproximadamente.

Esta crise é muito diferente da última, mas quero aqui sublinhar duas características que me parecem fundamentais para este debate. A primeira é que o agente que causou esta crise é um vírus que saltou para os seres humanos (em condições ainda por determinar) e se espalhou pelo mundo em poucos meses. Não que eu alinhe no discurso moralista dos países que viveram acima das suas possibilidades; mas, no caso da covid-19, podemos todos concordar que não houve “mal comportados” que atraíram a doença. A segunda é que o vírus, se não for contido num país, rapidamente chega aos residentes do outro. Os países europeus, de maneira mais ou menos concertada, forçaram medidas de isolamento que parecem estar a dar frutos na contenção da pandemia. Que não consigam partilhar os enormes custos dessas medidas é um sinal de fraqueza institucional que vai corroer a UE por dentro. O voto populista e eurocético está aí, e talvez valha a pena recordar que Salvini estava, até há pouco, na ribalta da política italiana.

Moral da história? A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu parecem tímidos, mas lá vão reagindo. Já órgãos intergovernamentais, em que um só país tem poder para bloquear decisões fundamentais, como o Conselho Europeu e o Eurogrupo, vivem de impasse em impasse, até ao atolamento final. Os europeus mais desfavorecidos e frágeis precisam de arrojo; e precisam dele urgentemente! Klaus Regling, presidente do Mecanismo Europeu de Estabilidade, avisou que os *eurobonds* demoram três anos a ser criados. *Eurobonds*, BCE mais audacioso, seguro de desemprego, empréstimos do MEE que sejam mais do que migalhas, já tanto me faz. Não vamos é esperar três anos.

Professora de Economia na Nova SBE. Escreve à sexta-feira

Os nossos reclusos são gado para abate?

Francisco Teixeira da Mota
Escrever Direito

As palavras não são minhas: “A prisão de Caxias tinha uma mistura de zonas de estar razoáveis e fracas. No momento da visita, o Reduto Norte estava severamente sobrelotado. As 65 celas (medindo menos de 10 m²) no segundo andar proporcionariam condições materiais adequadas (bom acesso à luz natural, bom estado de conservação, anexo sanitário dividido e adequadamente mobilado) para dois presos. No entanto, acomodavam, na sua maior parte, quatro prisioneiros, às vezes três, o que tornava as condições muito precárias.

“As condições nos dois dormitórios no piso térreo, usadas para admissão, transferências, separação dos prisioneiros vulneráveis e punições informais, eram particularmente ruins. Os dormitórios eram imundos, escuros, húmidos e em ruínas, e equipados com cinco conjuntos de beliches, uma mesa e dois bancos. As condições eram totalmente inadequadas para manter prisioneiros. Uma das pessoas colocadas nesses dormitórios era um homem de 82 anos, em prisão preventiva por violência doméstica, que não tinha recebido um acompanhamento adequado e que se sentia completamente desorientado e vulnerável. Este recluso, como outros, não estava a receber os cuidados e apoio de que precisava. No momento da visita, em cada um dos dormitórios (35m², excluindo a sanita e o chuveiro) estavam dez prisioneiros e teriam estado 12 num passado recente.”

Este curto excerto do último relatório (2018) do Comité para a Prevenção da Tortura, um comité de peritos independentes criado no âmbito do Conselho da Europa e que, todos os anos, visita locais de detenção nos diversos Estados-membros e formula recomendações com vista à prevenção da tortura e dos maus tratos, é bem esclarecedor da realidade das nossas prisões.

É certo que o relatório é de 2018 e reporta-se a uma visita efectuada em 2016, mas, mesmo tendo sido efectuada obras de remodelação no Reduto Norte de Caxias, ninguém duvidará que outras situações lamentáveis existirão pelas nossas prisões. Como já referimos nesta coluna, a nossa realidade prisional “ainda está longe de ser aquilo que Portugal deve aos seus cidadãos quando os mesmos passam para o outro lado das grades: manter-lhes a dignidade humana e procurar a sua reinserção”.

É certo que, em termos globais, segundo os números do Governo, as nossas prisões não se encontram sobrelotadas. Mas os números

globais, como as estatísticas, enganam-nos: como é evidente, há estabelecimentos prisionais sobrelotados e outros com uma população prisional mais reduzida, e a sobrelotação é sempre uma situação geradora de promiscuidade, de falta de privacidade e, sobretudo, de rebaixamento humano.

Toda a gente sabe que o “regime excepcional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça” apresentado à Assembleia da República surgiu na sequência das recomendações da Organização Mundial da Saúde em virtude da pandemia em que o mundo mergulhou. A isto não pode deixar de se somar o facto de a nossa degradada realidade prisional ser, em si mesma, uma pena acrescida à pena de privação de liberdade, nem o facto de as penas de prisão em Portugal serem três vezes mais longas do que a média europeia. E tudo isto deveria bastar para que os nossos parlamentares



A realidade prisional deveria bastar para que os nossos parlamentares olhassem com algum humanismo para esta medida legislativa



olhassem com algum humanismo para esta medida legislativa. Infelizmente, apesar de a lei de ter sido aprovada, houve demasiados parlamentares de quem se esperava mais, que preferiram alinhar com aqueles que olham com desprezo e superioridade as condições de vida e o direito à vida dos nossos concidadãos que erraram, mesmo correndo o risco de nos confrontarmos com uma tragédia à portuguesa. Tristes tempos estes que vivemos.

P.S.: Aconselho aos advogados, e não só, a leitura da edição especial de Janeiro/Fevereiro de 2020 da *Revista da Ordem dos Advogados*, com importantes artigos, muitos de não advogados, o que se louva, tais como Susana Gonçalves, Joana Marques Vidal, João Paulo Batalha e Carlos Casimiro Antunes. Só é de lamentar que uma revista com 74 páginas tenha 39 fotografias do bastonário, sendo sete sozinho e as restantes em eventos diversos, para além da fotografia da capa e de uma fotografia das suas mãos em grande plano (!). Salvo algum intuito hagiográfico, não me parece justificar-se tal profusão de imagens.

Advogado. Escreve à sexta-feira

Cem dias que abalaram o mundo

Pedro Filipe Soares

Os primeiros cem dias de 2020 não deixaram ninguém indiferente. À escala planetária e individual, o vírus tornou-se central nas nossas vidas, anseios e preocupações, e a aborrecida normalidade parece-nos agora um desejo exótico. Uns cem dias que abalaram o mundo, diria John Reed.

Sabíamos que o dia chegaria, avisos não faltaram. O que faltou foi o financiamento e a preparação. A prevenção não aquece corações, não ganha eleições nem conquista acionistas. Isso ajuda a explicar as escassas reservas de material e a falta de investigação em vacinas para os coronavírus, conhecidos desde os anos 60 do século passado. A outra parte da explicação está na divisão mundial da produção, que entregou à Ásia – China, em particular – as competências e a capacidade para produzir coisas tão simples como máscaras ou luvas.

Os serviços públicos de saúde mostram-se fundamentais, com todos os seus profissionais. Quando os privados encerram estabelecimentos de saúde ou deixam à porta quem não tem seguro ou dinheiro, são os SNS que não viram as costas às dificuldades. E, mesmo depois de toda a austeridade, depois de todas as privações e privatizações neoliberais, são a espinha dorsal que nos salva da pandemia.

É certo que muitos profissionais foram carne para canhão no *tsunami* que invadiu hospitais. Quando o poder político não agiu com a velocidade necessária, atrasando a adoção de medidas públicas de afastamento social, correu-se atrás do prejuízo. O pesadelo é aquela curva “exponencial” que muita gente desconhecia e agora parece tão óbvia.

O recolhimento por vezes parece reclusão, mas é fundamental para conseguirmos fintar a inevitabilidade da curva. Portugal parece ter aprendido bem com os erros de outros. A saúde pública – uma área acantonada no SNS, permanentemente vista como um custo, exangue de profissionais e recursos – tem sido David contra Goliath, fazendo-se forte contra o vírus e provando que o conseguimos vencer, desde que nenhum de nós falte às suas obrigações. Ainda sem data, o dia seguinte ao isolamento virá com máscaras e o gel desinfetante tornar-se-á amigo inseparável, consigamos nós produzir ambos com a abundância necessária.

A pandemia trouxe o pandemónio à economia, tempestade fulminante. Se pedimos às pessoas para ficarem em casa pela saúde de todos nós, temos de garantir que têm rendimentos para isso e que a economia não lhes virará as costas depois. É isso que falha em

Portugal, com uma defesa muito incompleta do emprego e apoios envergonhados às empresas, em particular às PME. Temos de ir mais longe, como escrevi anteriormente.

As fragilidades ficaram novamente expostas, com a enorme dívida pública à cabeça e uma economia nacional que enganou com o fôlego que ganhou no turismo, mas agora se esvaziará. Comprova-se que adiar problemas não os resolve, apenas os carrega para momentos em que temos mais dificuldades para lidar com eles. Está nas nossas mãos aprender com o bom que fizemos, o aumento do salário mínimo nacional e a eliminação dos cortes salariais e das pensões foram fundamentais para a recuperação do consumo privado, corrigindo o desastre económico e social da política da austeridade. Contudo, a resposta fundamental é a europeia.

Dizia Marx que a história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa. É a esse triste espetáculo que assistimos na Europa neste momento fundamental. A destruição brutal que a austeridade da *troika* trouxe a Portugal e a estagnação europeia desde esse momento são a tragédia inicial. A ópera bufa das reuniões inconclusivas do



Dizia Marx que a história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa. É a esse triste espetáculo que assistimos na Europa, neste momento fundamental



Eurogrupo ou do Conselho, o “repugnante” ministro de turno nas finanças holandesas são a farsa atual. Os Países Baixos vivem de braços abertos ao capital dos países do Sul, roubando receitas fiscais a outros Estados. O *dumping* fiscal é o púlpito dos discursos moralistas sobre a frugalidade do Norte e os preguiçosos do Sul, cortina de fumo para uma política de desigualdades patrocinada pela Alemanha. O duelo entre Costa e Centeno será falado em alemão.

O financiamento monetário dos

Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Escreve à sexta-feira

Participações sobre corrupção aumentaram 31,7% em 2019

Conselho de Prevenção da Corrupção recebeu mais participações oficiais do que um ano antes. E ainda chegaram aos serviços desta entidade 29 denúncias, a maior parte de natureza anónima

Instituições
Sónia Sapage

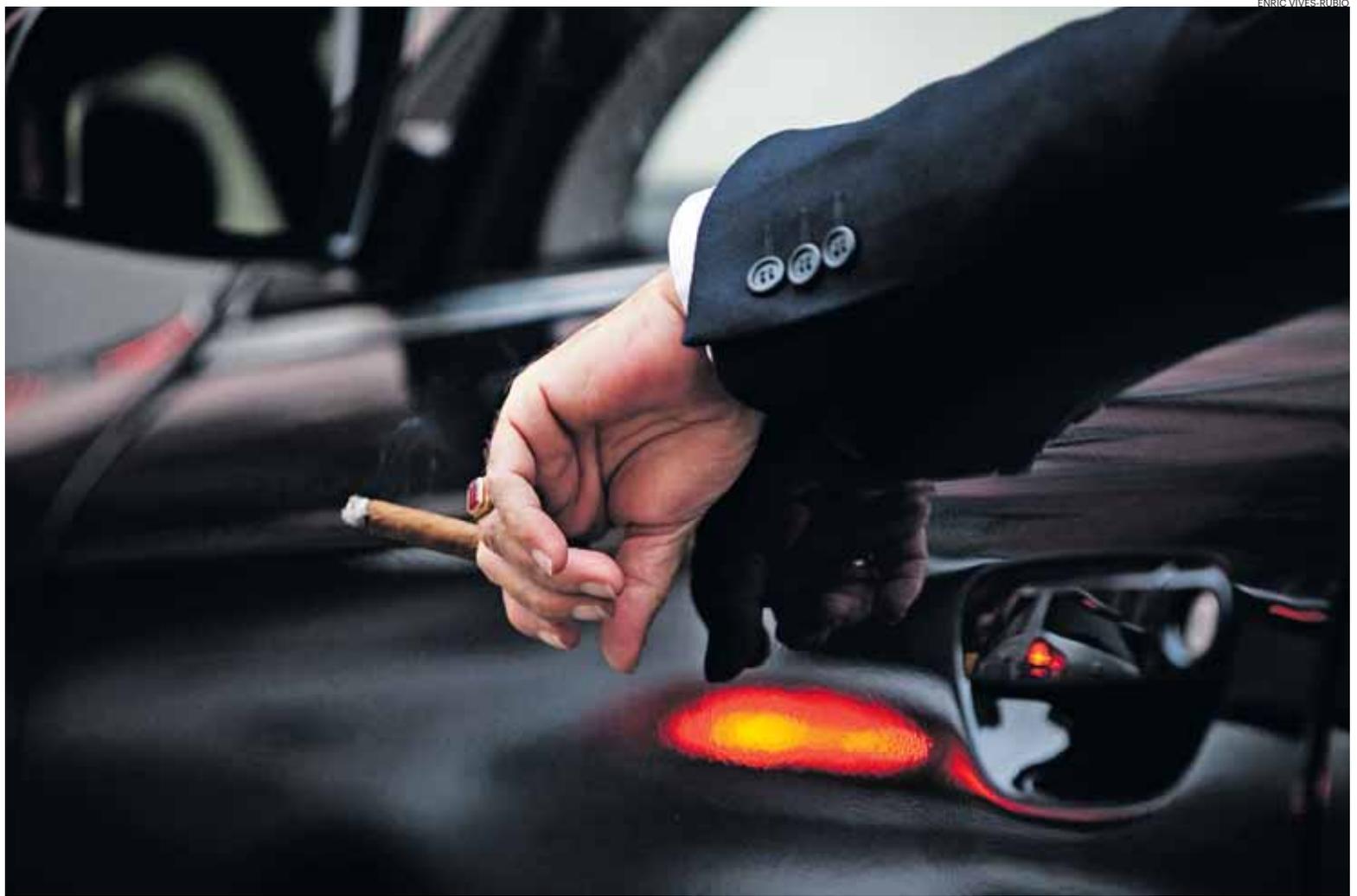
Num ano, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) recebeu mais 31,7% de comunicações, que subiram de 604 em 2018 para 796 em 2019. Os dados constam do último relatório de actividades daquela entidade que funciona junto do Tribunal de Contas desde 2008. Corrupção, peculato e abuso de poder continuam a ser os principais tipos de crime associados às decisões judiciais reportadas no ano passado.

“Durante o ano de 2019, o CPC tratou e analisou um total de 796 comunicações (...). Este número corresponde a 783 comunicações judiciais e a 13 relatórios de auditoria e, no seu todo, representa um acréscimo de cerca de 31,7% relativamente ao total das 604 comunicações registadas no ano de 2018”, lê-se na página 13 do documento enviado para a Assembleia da República no final de Março.

O conselho recebeu ainda 29 denúncias, “na sua grande maioria de natureza anónima”, sobre alegadas práticas de crimes de corrupção em entidades do sector público, como a Autoridade Tributária, o Infarmed, a Junta de Freguesia de Alvalade, o Ministério da Defesa ou as autarquias de Faro, Mira, Batalha, Vila Real de Santo António e Lisboa.

Entre as 783 informações que os tribunais partilharam com o CPC, “verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, [os principais tipos legais de crimes associados às comunicações] são a corrupção [29,2%], o peculato [27,7%], o abuso de poder [11,4%], a prevaricação [7,3%] e a participação económica em negócio [6,9%]”, de acordo com o relatório.

O documento que o Conselho de Prevenção da Corrupção depositou no Parlamento tem outros detalhes sobre as comunicações judiciais recebidas. Geograficamente, por exemplo, mostra que mais de 43% dos processos são oriundos da região Centro (entre Douro e Tejo). Quanto às entidades envolvidas nas participações, fica a saber-se que 41,9% integram a administração local e 31,4% a administração central.



As acções pedagógicas do Conselho de Prevenção da Corrupção abrangeram mais de 8000 dirigentes do Estado em dez anos

Relativamente aos 13 relatórios de auditoria recebidos pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, um foi enviado pela Inspeção-Geral de Finanças e diz respeito ao modo como foram realizados os procedimentos de contratação pública num município entre 2013 e 2016; os outros 12 foram apresentados pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça e dão conta dos planos de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas de vários serviços do Ministério da Justiça.

Um dado curioso, mas que não é explicado no relatório de actividades, está relacionado com a redução nas despesas daquele organismo. De acordo com o relatório, os gastos do CPC desceram de mais de 145 mil

euros em 2018 para 111.699,41 euros em 2019 – sendo que a maior fatia de gastos é com o pessoal (quase 100 mil euros), o que corresponde a 83,9% do total.

Pedagogia atinge 8000

O Conselho de Prevenção da Corrupção fez ainda 80 visitas pedagógicas em dez anos, o que permitiu fazer pedagogia junto de mais de 8000 dirigentes da Administração Pública. “Desde 2010, foram realizadas 80 visitas pedagógicas que permitiram abranger mais de 8000 dirigentes, o que representa um valor médio superior a 800 dirigentes e gestores públicos por ano”, lê-se no relatório.

No ano a que o documento diz respeito, estas acções para prevenir a

corrupção incluíram o Hospital Beatriz Ângelo, em Loures; a Inspeção-Geral da Administração Interna; o Instituto Nacional de Estatística; o Instituto Português do Desporto e Juventude; a NAV – Navegação Aérea de Portugal; os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde; e as universidades de Lisboa, Évora e Coimbra.

Um dos temas que mereceram a atenção deste conselho, dando origem a vários pareceres, foi o processo legislativo em curso na Assembleia da República, mais concretamente na Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, sobre *lobbying*, incompatibilidades e impedimentos dos deputados e outros detentores de cargos públicos, registo de inte-

resses e Entidade da Transparência.

Durante o ano de 2019, realizaram-se ainda 11 reuniões ordinárias do plenário do conselho, dez audições e 13 acções de formação sobre ética, integridade e prevenção da corrupção que abrangeram cerca de mil funcionários e dirigentes.

Criado em 2008, o Conselho de Prevenção da Corrupção é uma entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas, sendo ambos os órgãos presididos por Vítor Caldeira.

O relatório de actividades é enviado anualmente à Assembleia da República até ao final de Março do ano seguinte àquele a que se refere.

sonia.sapage@publico.pt



Breves

Cooperação

Fragata Corte-Real regressou ontem de manhã a Lisboa

A fragata *Corte-Real*, da Marinha Portuguesa, regressou ontem de manhã à Base Naval de Lisboa, depois de integrar, desde 8 de Março, o grupo aeronaval do porta-aviões francês *Charles de Gaulle*. Em 33 dias de missão e mais de 600 horas de navegação, a fragata escoltou o porta-aviões francês no oceano Atlântico e mar do Norte. Esta missão integrou a preparação do navio para assegurar as funções de navio-almirante do Standing NATO Maritime Group 1, durante o segundo semestre de 2020, e resulta dos compromissos internacionais assumidos no âmbito da cooperação naval luso-francesa.

Lisboa

Câmara aprova moção contra linha circular do Metro

A Câmara de Lisboa aprovou ontem uma moção, só com os votos contra do PS, manifestando a sua discordância pelo facto de o Governo não suspender o projecto da linha circular do Metro, como aprovado pelo Parlamento. O documento do PCP, subscrito também por CDS-PP e PSD, contou ainda com os votos favoráveis do BE. Em Março, foi aprovada na Assembleia da República uma alteração ao Orçamento do Estado para 2020, na especialidade, para a suspensão da linha circular do Metro de Lisboa, mas entretanto o Presidente da República defendeu que o Parlamento apenas formulou uma recomendação, sem suspender qualquer decisão administrativa.

Covid-19 e a (discreta) omissão dos militares



Hora H Helena Pereira

Os militares têm sabido dar nas vistas ao mostrar como estão a ajudar no actual contexto de epidemia da covid-19. Veja-se os casos dos testes e da produção de álcool-gel no Laboratório Militar, o transporte de idosos de lares que fecham devido à pandemia e a desinfectação de camas nos hospitais militares, a distribuição de refeições a sem-abrigo em Lisboa, a mobilização de mais de sete mil voluntários, o transporte de bens de primeira necessidade para as ilhas. O que a lei determina é que os militares coadjuvam a Protecção Civil e, sim, é isso que está a acontecer.

No entanto, há uma omissão curiosa neste quadro de estado de emergência. Aliás, há duas, em bom rigor.

Em primeiro lugar, o decreto presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa não refere em momento nenhum o órgão Conselho Superior de Defesa Nacional. Diz o Presidente da República no ponto 5.º que, “nos termos da lei, a Procuradoria-Geral da República e a Provedoria de Justiça mantêm-se em sessão permanente”. Essa lei que nomeia é o Regime do estado



Desde que o estado de emergência entrou em vigor, o Conselho Superior de Defesa ainda não se reuniu uma única vez e Marcelo omitiu-o no decreto presidencial

de sítio e do estado de emergência (revisado pela última vez em 2012), que determina que, “em estado de sítio ou em estado de emergência que abranja todo o território nacional, o Conselho Superior de Defesa Nacional mantém-se em sessão permanente” e “mantêm-se igualmente em sessão permanente, com vista ao pleno exercício das suas competências de defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, a Procuradoria-Geral da República e o Serviço do Provedor de Justiça”. Mas o Presidente, em articulação com o primeiro-ministro, entendeu não trazer para esta discussão (que se tornou polémica no Parlamento, à esquerda e à direita) qualquer menção aos militares.

Em segundo lugar, desde que o estado de emergência entrou em vigor em Portugal, a 18 de Março, o Conselho Superior de Defesa Nacional, no qual têm assento o Presidente, primeiro-ministro, chefes militares e três deputados, entre outros, ainda não se reuniu uma única vez. Lá está, não é que, na prática, tivesse feito muita falta, pois não houve necessidade de mudar qualquer legislação para enquadrar a participação presente das Forças Armadas, mas não deixa de ser mais uma vez curioso (e significativo) que formalmente o Conselho Superior de Defesa Nacional fique arredado do estado de emergência, o primeiro decretado em regime democrático.

No caso destas duas omissões, diria que, de forma discreta e sensata, António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa resolveram um dos traumas que Portugal precisava de ultrapassar.

P.S. *Só uma nota: na sequência dos incêndios florestais de 2017, chegou a haver brigadas mistas formadas por GNR e militares do Exército e Marinha para patrulhamento de algumas zonas, duplicando assim a capacidade daquela força de segurança. Desta vez, em pleno estado de emergência, porém, isso não tem acontecido.*

Jornalista. Escreve à sexta-feira
helena.pereira@publico.pt

SOMOS NOTA 10!

NÃO DIZEMOS É
EM QUE ESCALA



canal Q

ME01 NOS 70 VODAFONE 19

Q play

QPLAY.PT OU APP MEO

SOCIEDADE

Hacker poderá integrar programa de protecção de testemunhas

Neste momento, Rui Pinto permanece numa habitação controlada pela PJ, mas poderá vir a integrar programa de protecção que lhe possibilitará mudar de identidade e até mudar a aparência

Justiça
Mariana Oliveira
e Miguel Dantas

De inimigo público número um a potencial colaborador: bastaram dois meses para que a Justiça alterasse a narrativa que utilizava há mais de um ano para manter Rui Pinto em prisão preventiva.

O entendimento que permitiu ao hacker português sair da cadeia anteontem deve-se, em grande medida, ao director da Polícia Judiciária, Luís Neves, e ao advogado de defesa Francisco Teixeira da Mota, que começaram há várias semanas a discutir os termos da colaboração de Rui Pinto com as autoridades portuguesas. Igualmente determinante para o acordo foi a intervenção do director do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, Albano Pinto, que permitiu desbloquear algumas resistências de magistrados do Ministério Público em aceitar a colaboração do hacker.

Nesta fase, Rui Pinto está obrigado a permanecer numa habitação, em instalações providenciadas pela Polícia Judiciária, mas é provável que o pirata informático possa vir a integrar um programa de protecção de testemunhas que lhe possibilitará mudar de identidade e até mudar a aparência. Entre as possibilidades previstas na lei de protecção de testemunhas, uma legislação com mais de 20 anos que foi poucas vezes utilizada em Portugal, está a “concessão de nova habitação, no país ou no estrangeiro, pelo tempo que for determinado”. No programa pode entrar uma testemunha e familiares desta cujo “depoimento ou as declarações constituírem um contributo que se presuma ou que se tenha revelado essencial para a descoberta da verdade”. Isto em investigações de crimes graves, como terrorismo ou corrupção, e quando exista perigo para a vida, a integridade física ou psíquica ou para a liberdade da testemunha.

O hacker vai disponibilizar as *passwords* de dez discos rígidos que, até esta data, permanecem fora do



Fica obrigado a permanecer na habitação

Demorariam “milhares de anos” a decifrar

Durante um ano, permaneceram na posse da PJ, sem que esta os conseguisse abrir. Até ao momento da acusação, as autoridades portuguesas esbarraram no sistema de cifra destes discos que, agora, terão servido como um dos pilares para o fim da prisão preventiva de Rui Pinto, segundo informação recolhida pelo PÚBLICO. As senhas que permaneceram na cabeça do hacker todo este tempo serão entregues às autoridades. Um manancial de dígitos e números que abrem as chaves dos

dispositivos. Mas por que é que as autoridades não conseguiram chegar à informação com as ferramentas de que dispõem? “É normal e expectável que não tenham conseguido aceder. A tecnologia de cifra de discos está desenhada para ser inviolável, não haver hipótese de conseguir adivinhar a *password*. Neste caso, sendo a pessoa que é — sabe o que está a fazer — deve ter uma *password* complexa e comprida para não ser viável adivinhar a chave em tempo útil. Só daqui a milhares de anos”, explica ao PÚBLICO o programador Paulo Andrade.

alcance das autoridades. No total, são dezenas de milhares de *gigabytes* encriptados que as autoridades julgam poder ser informação relevante para a investigação.

A Polícia Judiciária conseguiu aceder, contudo, a outros dois discos rígidos apreendidos a Rui Pinto em Budapeste que não estavam protegidos por qualquer sistema de encriptação.

Recorde-se que foi apenas no início de Fevereiro que o recurso para colocar um ponto final na medida de coacção mais gravosa, que se prolongava há 11 meses, foi rejeitado pelos juízes Luís Gominho e José Adriano. Na decisão datada de 4 de Fevereiro, a que o PÚBLICO teve acesso, os magistrados do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) consideraram “improcedente” o recurso apresentado pela defesa de Rui Pinto, considerando ainda “impressiva” a quantidade — e gravidade — dos argumentos esgrimidos pelo Ministério Público em defesa da manutenção da prisão preventiva.

Há dois meses, o Ministério Público considerava existir um “elevadíssimo perigo de fuga” do arguido, lembrando que o paradeiro incerto do hacker apenas foi descoberto através da interceptação das suas comunicações telefónicas com o pai. Existia também, na opinião do Ministério Público, o risco de Rui Pinto utilizar os seus conhecimentos informáticos para deturpar provas relevantes para a investigação: “[Rui Pinto] poderá, caso fique em liberdade, de forma activa e com relativa facilidade, tentar iludir a prova, criando artificialmente novos elementos que ponham em causa a prova solidamente recolhida.”

A par destes dois argumentos, foi equacionada a hipótese de o hacker cometer actos de extorsão. Rui Pinto é acusado de ter exigido dinheiro a Nélcio Lucas, responsável do fundo de investimento Doyen, em troca da não-publicação de ficheiros alegadamente lesivos para esta empresa na página do *Football Leaks*. O crime de extorsão na forma tentada é, de resto, o único dos 90 crimes de que está acusado que pode justificar a medida de prisão preventiva. O

Ministério Público fez referência a um papel misterioso apreendido na residência de Rui Pinto, em Budapeste: nesta folha encontram-se algumas frases soltas e exigências.

Na opinião do Ministério Público, este manuscrito poderia significar a negociação de algum tipo de situação profissional ou colaboração com terceiros e que, nestas alegadas negociações, poderiam estar envolvidas empresas com “relevante poder económico” que o poderiam auxiliar a “manter-se em local oculto”. Neste sentido, Rui Pinto deveria permanecer em prisão preventiva, argumento que os magistrados corroboraram.

“Preventiva excessiva”

Dois meses após esta decisão, a juíza de instrução Cláudia Pina decidiu, esta quarta-feira, permitir que Rui Pinto fosse colocado numa habitação sob a alçada da Polícia Judiciária. Mais de um ano após ter sido colocado em prisão preventiva em território português, o denunciante deixou a cela do estabelecimento prisional anexo à sede da Polícia Judiciária.

Cláudia Pina classificou a prisão preventiva como uma medida de coacção “excessiva”, acreditando que o facto de Rui Pinto não ter acesso à Internet e estar sob controlo da polícia chegará para impedir uma eventual perturbação da investigação.

Mas o factor que, ao que tudo indica, mais contribuiu para esta decisão prende-se com uma alteração na postura de Rui Pinto. De acordo com a magistrada, o hacker apresenta agora “um sentido crítico e disponibilidade para colaborar com a Justiça”, ao contrário do que tinha acontecido no primeiro ano de prisão preventiva.

O “elevadíssimo perigo de fuga” mencionado pelo Ministério Público é desmontado pela juíza de instrução, que acrescenta que, neste contexto de pandemia, as fronteiras são ainda mais vigiadas, dificultando, desta forma, uma eventual tentativa de fuga do país.

mariana.oliveira@publico.pt
miguel.dantas@publico.pt

SOS Criança recebeu no primeiro mês da covid-19 o dobro das chamadas atendidas em tempos normais

Linha de apoio
Ana Dias Cordeiro

Desde que foi possível ligar por WhatsApp, o número de chamadas quase duplicou. Foram mais de 200, só no mês de Março

Agora que o primeiro-ministro, António Costa, confirmou a realização do terceiro período do ano lectivo sem aulas presenciais, o prolongamento do isolamento das crianças e dos jovens que frequentam a escola para alunos até ao 9.º ano, passou a ser uma certeza. Não irão à escola, estarão mais isolados ou ligados às redes sociais, mas também a viver sem pausas no interior da casa que partilham com os seus cuidadores, pais ou outros familiares. Assim, o tom do apelo lançado por Manuel Coutinho, coordenador da Linha SOS-Criança e secretário-geral do Instituto de Apoio à Criança (IAC), é agora ainda mais dramático.

“Começam a esboçar-se sinais [de situações relatadas] que já indiciam que tempos um pouco mais duros ainda virão”, diz o responsável e psicólogo clínico e de saúde. Por isso, para o responsável nunca é de mais lembrar que as crianças podem falar ou pedir ajuda, e devem fazê-lo sempre que necessário, para a linha gratuita que existe desde 1988 e foi agora reforçada em número de profissionais e horário de funcionamento e em meios disponíveis como o *WhatsApp*.

Desde que passou a ser possível ligar por *WhatsApp*, a partir de Março deste ano, mais crianças tomaram a iniciativa de o fazer. Os dados disponíveis até ao momento mostram que crianças e adultos recorreram duas vezes mais a esta linha em Março do que em igual período do ano passado. O número de contactos telefónicos quase duplicou, ao subir de 103 (em 2019) para 205 (em 2020) nos 31 dias de Março. Se a este número se juntarem os contactos feitos por *email* e *Chat* (soscrianca@iacrianca.pt ou soscrianca.ajudaonline.com.pt) os números sobem para 231 (só em Março deste ano).

Manuel Coutinho reitera que “conforme existe o 112 para as emergências, existe esta linha gratuita para as crianças” pedirem ajuda ou



Os contactos podem ser feitos por telefone, email ou chat. É o 112 das crianças, diz o coordenador

para adultos que alertarem para uma situação de perigo.

“O Instituto de Apoio à Criança (IAC), no momento em que percebeu que a epidemia da covid-19 iria obrigar ao encerramento das escolas, decidiu disponibilizar a linha para apoio a crianças ou jovens a precisar de ajuda no âmbito das circunstâncias que a epidemia podia trazer às crianças”, diz. Circunstâncias essas que podem ser agravadas pelo convívio forçado e permanente em famílias onde já existiam problemas ou que agora estão sob maior pressão desde que em 12 de Março o primeiro-ministro anunciou o encerramento das escolas a partir de dia 16.

“O IAC partiu do pressuposto de que o confinamento era susceptível de provocar em todos, adultos e crianças, um desgaste físico, psicológico e emocional e também nas relações que estas pessoas estabele-

cem entre si”, continua Manuel Coutinho. “E previu que isso iria afectar o equilíbrio social e familiar destas pessoas e provocar momentos de grande tensão, de alguma possível violência e que, neste contexto, o elo mais fraco ia ser a criança.”

Stress e ansiedade

Nas estatísticas reunidas pelo Instituto de Apoio à Criança, a covid-19 entrou na lista dos motivos que levam as crianças ou os adultos a ligar para pedir ajuda ou simplesmente “falar com alguém”. A linha passou a ter 11 técnicos de psicologia clínica e de saúde (em vez dos cinco habituais) e alargou o fim do atendimento das 19h para as 21h.

Têm acolhido queixas relacionadas com a ansiedade e o *stress* do momento actual, que vêm juntar-se às problemáticas anteriormente existentes. Nas últimas semanas, surgiu pelo menos uma situação de conflitualidade familiar susceptível e uma situação ligada à exploração sexual já encaminhada para a polícia criminal. Além destes problemas, que podem agudizar-se, os técnicos do IAC estão também atentos a eventuais fugas de casa ou dos lares de acolhimento para crianças em risco.

É preciso estar especialmente atento, diz Manuel Coutinho, pois o contexto é particularmente propício à permanência das crianças nas redes sociais e ao aproveitamento dessa situação por adultos envolvidos em crimes de pornografia ou prostituição de menores.

Nas casas e nas famílias, os problemas e as dúvidas que se manifestam do outro lado da linha estão frequentemente relacionadas com o convívio, agora em confinamento, junto de adultos com doenças psiquiátricas, distúrbios anti-sociais, toxicod dependência ou dependência do álcool. “Muitas vezes estas situações juntas são muitíssimo explosivas, o que aumenta muito o risco a que estão expostas as crianças”, avisa.

Ainda mais que o habitual, estas situações têm que ser conhecidas, porque, estando confinadas, as crianças não têm formas de alertar para a sua situação. Por isso apela a toda a comunidade para que pegue no telefone e exponha o caso, se pressentir que uma criança, na sua rua, ou no seu prédio, ou sua amiga, possa estar a viver uma situação em que dificilmente será acudida.

acordeiro@publico.pt

PÚBLICO é o site de notícias mais lido em Portugal

Media

O PÚBLICO teve mais 1,2 milhões de leitores em Março do que em Fevereiro, o que representou um crescimento de 49%

O PÚBLICO foi o *site* noticioso mais lido em Portugal no mês de Março. Segundo o barómetro netAudience da Marktest, foi lido por 3,8 milhões de pessoas no mês passado, 44,5% do universo de leitores do país, seguido pelo *Correio da Manhã* e pelo *Jornal de Notícias*. Neste ranking, que compara a audiência em multiplataformas das várias publicações dos órgãos de informação em Portugal, e que exclui as leituras fora do país, o PÚBLICO *online* lidera o consumo de informação em computador e no telemóvel e surge em segundo lugar no *tablet*, onde o *Correio da Manhã* obteve mais 15 mil leitores. O crescimento no alcance foi de 80% em PC e 51% em telemóvel.

Comparativamente com Fevereiro, o PÚBLICO cresceu 49% no seu alcance (mais 1,2 milhões de leitores) e o *Correio da Manhã* 14%. O que este barómetro analisa é, sobretudo, o número de utilizadores únicos de um dado *site* e a sua capacidade de atingir novos leitores e não tanto a quantidade de visitas ou de páginas vistas. Desde que a Marktest passou a utilizar este método os *sites* noticiosos nunca tinham tido tantos leitores, pelo que todos registaram fortes crescimentos. Mas o ranking mudou de forma acentuada em tempos de pandemia: os *sites* mais lidos em Fevereiro foram, por esta ordem, *Correio da Manhã*, TVI, *Jornal de Notícias*, *Notícias ao Minuto* e PÚBLICO. Em Março, essa ordem alterou-se para PÚBLICO, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Notícias ao Minuto* e *Expresso*. Em Junho e Julho de 2019, o PÚBLICO tinha ficado em segundo lugar neste relatório da Marktest, então liderado pela TVI.

De acordo com outra ferramenta de análise, o Google Analytics, que mede a quantidade de tráfego de um *site* em função do número de visitas, visitantes e páginas vistas, o PÚBLICO obteve neste último mês o seu melhor resultado desde que existem dados. Teve 45 milhões de visitas e mais de 105 milhões de *pageviews*.

Técnicos muito atentos a situações de fugas de casa ou de lares de acolhimento

Fundo Imobiliário obriga a desalojar 41 campistas residentes

No conjunto das 12 pessoas sem “alternativa habitacional” encontra-se um casal de idosos, na casa dos 80 anos. No terreno do parque prevê-se a construção de mais um empreendimento turístico

Quarteira Idílio Revez

O parque de campismo de Quarteira vai desaparecer para dar lugar a um empreendimento turístico e quem lá vive tem de sair por estes dias. O parque, nesta altura encerrado devido ao “estado de emergência”, é ainda ocupado por 41 utentes de longas permanências, entre os quais, dez adultos e duas crianças, que “não terão uma alternativa habitacional”. De acordo com a informação prestada ao PÚBLICO pela Orbitur, responsável pela gestão, o Fundo Especial de Investimento-Invesfundo VII, do grupo Novo Banco, proprietário do terreno, exige a entrega do parque até final de Abril, “livre de pessoas e bens”.

O presidente da município, Vítor Aleixo, interpelado pelo PÚBLICO, afirmou que, “do conhecimento da câmara, haverá apenas um caso social” a necessitar de realojamento. De entre o conjunto das pessoas mais vulneráveis, alertou a Orbitur, encontra-se um homem e uma mulher, ambos de nacionalidade portuguesa, com 81 e 78 anos. Em situação igualmente precária ficam um homem e uma mulher, alemães, de 34 e 31 anos, com duas crianças, de cinco e três anos.

A ordem de demolição do parque chegou a estar anunciada para ser executada no final do ano passado. Em causa está a pretensão de construir naquele sítio, perto da praia do Trafal, um empreendimento turístico com 499 fogos, à semelhança do que está a suceder na zona envolvente. Porém, a Câmara de Loulé, em Fevereiro do ano passado, decidiu aplicar as “medidas preventivas” relacionadas com as alterações climáticas e mandou suspender o Plano Director Municipal (PDM). Deste modo, pelo menos temporariamente, o projecto imobiliário ficou suspenso.

A comunicação do fundo à entidade gestora do parque, efectuada no dia 10 de Março, lembra que o contrato de arrendamento teve várias prorrogações. O último adiamento fixa o final de Abril como



O Invesfundo VII, do grupo Novo Banco, proprietário do terreno, exige a entrega do parque até final de Abril, “livre de pessoas e bens”

data-limite para que o terreno fique “livre de pessoas e bens”. Em caso de incumprimento, diz, fica sujeita a “elevadas penalidades”. Mas, na opinião da empresa gestora, “tal prazo encontra-se suspenso” devido à situação do “estado de emergência” em que o país se encontra.

O braço-de-ferro entre o banco, a

No campismo de Quarteira, o projecto prevê a construção de um aparthotel, prédios de seis pisos e habitações unifamiliares

câmara e a Orbitur arrasta-se desde 2009. Nessa altura, o município deliberou que só autorizava o desmantelamento do parque de campismo desde que fosse apresentado uma alternativa para a realocação deste equipamento. Mais recentemente, há cerca de um ano, a autarquia foi mais longe. Socorreu-se da actualização dos instrumentos de ordenamento do território, e impôs as “medidas preventivas”, previstas no PDM em fase de revisão, para impedir a construção de torres de seis pisos junto à zona húmida da foz do Almargem. A suspensão é válida por dois anos, podendo ser prorrogada por mais um. Os investidores, na altura, protestaram junto da assembleia municipal, chamando a atenção para o facto de o executivo, na sua opinião, estar a cometer “um

acto ilegal e lesivo dos interesses dos particulares”. A ameaça não surtiu efeito e os deputados votaram a favor da câmara, que alega a defesa do interesse público. O PÚBLICO questionou o Invesfundo, mas não obteve resposta.

A decisão de restringir as áreas urbanas na faixa litoral do concelho de Loulé – com especial incidência na zona nascente de Quarteira – foi acompanhada por um “parecer favorável” da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), tendo por base o avanço do mar a uma média de 1,4 metros por ano. A proposta urbanística situa-se junto à lagoa da foz do Almargem, que faz parte do corredor das zonas húmidas da região, entre Armação de Pêra e o Ancão. Pelo meio encontra-se a lagoa dos Salgados, em Albu-

feira, em redor da qual foram efectuadas várias tentativas para construir um empreendimento com mais de quatro mil camas.

No parque de campismo de Quarteira, o projecto denominado Quinta do Oceano prevê a construção de um aparthotel, prédios de seis pisos e habitações unifamiliares de um e dois pisos. A Câmara de Loulé, na proposta apresentada para a revisão do PDM, pretende reduzir a menos de metade os índices de construção nessa área – caem dos 0,7 para 0,3/0,2.

A construção do futuro parque de campismo, situado nas Pereiras (zona rural) está dependente da avaliação do estudo de impacto ambiental.

Oeiras vai ter mais 345 ecopontos nas ruas

Resíduos
João Pedro Pincha

Autarquia anunciou substituição de todos os contentores na via pública e o reforço da oferta

A Câmara de Oeiras vai instalar mais 345 ecopontos no concelho ao longo dos próximos seis meses, disse uma fonte da autarquia ao PÚBLICO. Nas últimas semanas, o município aprovou a substituição integral dos contentores de lixo indiferenciado e dos contentores de recolha selectiva que não estão enterrados, num investimento que ronda um milhão de euros.

A substituição visa “o aumento da qualidade de vida dos utilizadores” e a “melhoria da imagem do território”, afirma a câmara em comunicado, pois alguns equipamentos que hoje estão nas ruas “apresentam já algum desgaste”.

Ao todo, vão ser comprados 4590 novos contentores por 953,8 mil euros: 3000 destinam-se a indiferenciados e 1590 são para vidro, plástico e papel. No mesmo comunicado, a autarquia liderada por Isaltino Morais informa que também a oferta de recipientes para o lixo comum será reforçada “em zonas onde se considera necessário”.

A Câmara de Oeiras foi pioneira em Portugal na introdução de um sistema de recolha selectiva porta a porta. Começou em 1994, na localidade de Queijas, e alargou-se ao restante concelho em 1997. Viria a ser praticamente abandonada em 2009, quando a autarquia se virou para a instalação de ecopontos, mantendo a recolha porta a porta apenas em zonas de moradias.

Em 2016, ainda durante a presidência de Paulo Vistas, a câmara decidiu começar a instalar as chamadas “eco-ilhas”, com contentores enterrados, à semelhança da prática seguida por outros municípios. Foram instaladas 500 destas ilhas por todo o concelho, num investimento superior a três milhões de euros. Essa decisão, porém, não acabou totalmente com os contentores de superfície e em vários locais continuam a ver-se pilhas de lixo em redor dos equipamentos.

joao.pincha@publico.pt



Está prevista uma passadeira sobreelevada em frente ao palácio

Paço da Rainha: a mimosa rua de Lisboa vai ter obras

Infra-estruturas
João Pedro Pincha

Aprovada adjudicação de empreitada para alargar passeios, reduzir a largura da via e melhorar o sistema de saneamento

O Paço da Rainha é uma daquelas ruas de Lisboa em que o tempo parece suspenso, as grandes árvores e as casas baixas a lembrarem que no meio do bulício próprio da capital também há espaço para a delicadeza. A mimosa artéria que liga o Campo dos Mártires da Pátria à Embaixada de Itália e à Almirante Reis, mais abaixo, vai brevemente entrar em obras de requalificação.

A receita para ali é semelhante à aplicada pela Câmara de Lisboa um pouco por toda a cidade onde já houve obras do programa *Uma Praça em Cada Bairro*: menos espaço para os carros e mais para os peões.

No Paço da Rainha, que já hoje tem passeios invulgarmente largos para a zona em que se insere, estes ainda vão crescer mais através da total eliminação do estacionamento ao longo da via. A autarquia vai criar lugares em espinha de ambos os lados da rua, na parte que confina com a Calçada do Conde de Pombeiro e com a Rua da Escola do Exército – segundo as contas municipais, está previsto um acréscimo de 25 lugares para carros.

As obras terão um custo de 1,2 milhões de euros e devem durar sete

meses, mas esse prazo ainda não está a contar. Para já, a câmara aprovou a adjudicação da empreitada à construtora Vibeiras e ainda tem de esperar pelo visto prévio do Tribunal de Contas e por uma autorização da assembleia municipal para repartir os encargos pelos próximos anos.

Na proposta que levou ontem a reunião de câmara, o vice-presidente explica como o processo teve vários percalços e demorou mais do que o previsto. O concurso público foi lançado em Agosto de 2019 e deveria ter-se concluído em Dezembro, mas dúvidas e reclamações de vários concorrentes levaram a que o júri tivesse de fazer vários relatórios.

Para lá do alargamento dos passeios, o projecto inclui o estreitamento da via de trânsito, mantendo-se, no entanto, os dois sentidos de circulação. Está também prevista a criação de uma passadeira sobreelevada em frente ao Palácio da Bemposta, razão de ser do paço, de zonas para estacionamento de bicicletas e motos e a reabilitação do sistema de saneamento. No passeio a sul, também na esquina com a Calçada do Conde de Pombeiro, vão surgir umas escadinhas para melhorar a circulação pedonal e o escoamento das águas pluviais.

O maior desafio assumido pela câmara é, contudo, a “criação de medidas de desincentivo de estacionamento abusivo sobre pavimentos pedonais” sem recorrer aos pilaretes metálicos, de forma a permitir “uma leitura do espaço urbano em geral e do Palácio da Bemposta e dos painéis azulejares em particular”.

Câmara aprova obras em 55 escolas e na Segunda Circular e mais apoio a idosos e sem-abrigo

Lisboa
Cristiana Faria Moreira

Obras nas escolas vão custar 30 milhões de euros. A repavimentação da Segunda Circular está à espera do visto do TdC

Em Junho do ano passado, um relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), encomendado pela Câmara de Lisboa em 2018, revelou que um terço das escolas básicas e jardins-de-infância de Lisboa que não tiveram obras nos últimos anos estão em “mau” ou “péssimo” estado de conservação. Eram 18 escolas, num universo de 55. Agora, a Câmara de Lisboa vai finalmente avançar com obras de manutenção nestas escolas. Segundo uma proposta, aprovada ontem por unanimidade em reunião privada do executivo, terão um custo de 30 milhões de euros e um prazo de execução previsto de três anos.

As intervenções, que decorrerão nos 55 estabelecimentos de ensino avaliados nesse estudo, dividem-se em obras de beneficiação geral – mais profundas –, e de manutenção, que serão “de complexidade média ou reduzida”. Neste caso, a empreitada visa “a sua recuperação geral”. Nos estabelecimentos de ensino que tiveram obras recentes, os trabalhos de manutenção que são agora propostos “assumirão um

carácter preventivo e correctivo, visando intervenções maioritariamente ligeiras”, lê-se na proposta subscrita pelo vereador da Educação, Manuel Grilo, e pelo vice-presidente da autarquia e responsável pela pasta das Finanças, João Paulo Saraiva. Ainda não há data para o lançamento do concurso, mas é expectável que aconteça nos próximos meses.

A câmara aprovou ainda a adjudicação da repavimentação da Segunda Circular. A empreitada está orçada em 4,5 milhões e tem uma duração prevista de dez meses. As obras terão lugar durante a noite, entre as 21h e as 6h, “excepto aos fins-de-semana e durante o mês de Agosto”, em que devem decorrer durante 24 horas.

A proposta foi aprovada com a abstenção da vereadora Teresa Leal Coelho (PSD), refere a autarquia. O contrato será agora enviado para o Tribunal de Contas, para receber o visto prévio, sem o qual as obras não podem arrancar.

Idosos e sem-abrigo

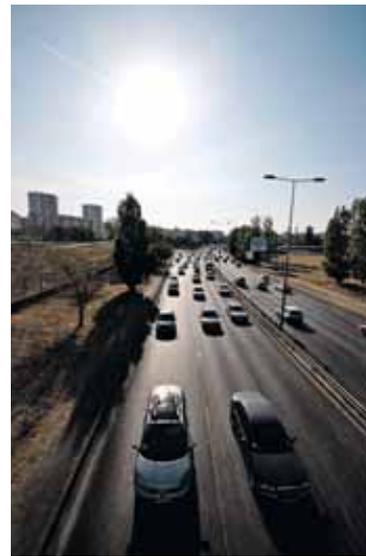
Foram também aprovadas mais medidas de apoio à população idosa. Face à “situação trágica que se vive nos lares de idosos”, com vários casos confirmados de idosos infectados com covid-19, a câmara aprovou por unanimidade apelar a unidades hoteleiras e outras instituições que possam ser transformadas em centros de acolhimento provisório para “aliviar a ‘pressão’ dos lares”.

A proposta foi apresentada pelos vereadores do CDS, Assunção Cristas, João Gonçalves Pereira, Conceição Zagalo e Nuno Correia da Silva, que apelam ainda a que o município intervenha para que sejam realizados mais testes a idosos e cuidadores, “por forma a evitar que o vírus se propague”.

Na reunião do executivo, houve ainda consenso para o aumento da capacidade de acolhimento de pessoas em situação de sem-abrigo, uma vez que a resposta existente – cerca de 200 camas em pavilhões – ainda não é suficiente, refere a proposta da vereadora do PSD, Teresa Leal Coelho, e subscrita depois pelos vereadores do CDS.

Já uma moção sobre a construção de uma nova linha circular foi aprovada pela oposição. O PS votou contra.

cristiana.moreira@publico.pt



Serão gastos 4,5 milhões na repavimentação da 2.ª Circular

ECONOMIA

Galp suspende produção de combustíveis em Matosinhos

Quebra da procura associada à covid-19 obrigou a “rever” funcionamento das refinarias. Empresa está a reduzir custos, mas a proposta de dividendos mantém-se. Cabe aos accionistas “tomar uma decisão”

Combustíveis Ana Brito

A Galp suspendeu provisoriamente a actividade da fábrica de combustíveis no complexo industrial de Matosinhos. A empresa adiantou ao PÚBLICO que a pandemia da covid-19 “criou constrangimentos no mercado nacional e internacional” que forçaram a Galp “a rever o funcionamento do aparelho refinador nacional”.

Para a Galp, que é a dona das duas refinarias do país (em Sines e Matosinhos), o decréscimo da procura (associada à quebra de preços dos produtos petrolíferos) obrigou a um “ajustamento” da actividade que “teve já impacto no complexo industrial de Matosinhos”.

A empresa optou pela “suspensão provisória da actividade da unidade de combustíveis”, uma das três fábricas que operam naquele complexo industrial, embora garanta que “haverá um nível adequado de combustíveis para satisfazer as necessidades dos portugueses, das empresas e das fábricas”.

A Galp está a avaliar o “impacto desta suspensão nos recursos humanos afectos à fábrica de combustíveis” e diz que “estão a ser estudados todos os cenários para mitigar os efeitos desta decisão” e as opções que “melhor salvaguardem o bem-estar dos seus colaboradores”.

O PÚBLICO questionou a empresa sobre se está a ser equacionado o recurso ao *layoff* nesta unidade e quantos trabalhadores estão abrangidos pela paragem, mas não foi possível obter um comentário. A empresa também não quis adiantar se ficaram por renovar contratos a termo ou se teve notícia de despedimentos entre as empresas subcontratadas que prestam serviços às refinarias.

Nos últimos dias, os sindicatos deram conta de 300 despedimentos entre as empresas subcontratadas pela Galp em Sines.

“A Galp não realizou despedimentos nas refinarias nem tem contemplada essa situação”, afirmou fonte oficial da empresa, sublinhando que os seus planos de corte de cus-



Complexo industrial da Galp em Matosinhos tem três unidades. Grupo decidiu suspender actividade da fábrica de combustíveis

tos passam essencialmente pela recalendarização ou reformulação de projectos.

Menos custos e investimento

Na quarta-feira, a Galp comunicou ao mercado que a conjuntura de preços baixos e de queda acentua-

Grupo optou pela “suspensão provisória da actividade da unidade de combustíveis” no complexo de Matosinhos

da da procura obrigaram à adopção de medidas para “reduzir significativamente as despesas nos próximos trimestres”.

A empresa pretendia investir, em média, entre mil e 1,2 mil milhões de euros por ano até 2022, mas agora decidiu que vai cortar 500 milhões de euros em despesas operacionais e em investimento nos anos 2020 e 2021, num total de mil milhões de euros.

“Cerca de 90% destes cortes resultarão do ajuste do calendário de projectos de investimento em todos os sectores”, mas principalmente na actividade de exploração e produção de petróleo, onde estava prevista a maior fatia de investimento.

Algumas das iniciativas “já se encontram em curso”, outras dependerão da “evolução dos mercados”.

E se umas são “iniciativas próprias”, outras “resultam de decisões solidárias entre parceiros”, como é o caso do projecto de gás natural em Moçambique, o Rovuma LNG, em que a Exxon, a líder do empreendimento, optou por adiar “a decisão final de investimento que se previa ocorresse ainda este ano”.

A Galp garante que os projectos nas áreas de renováveis (como a compra de parques solares em Espanha) não vão sofrer: “O racional [destes investimentos] mantém-se ou reforça-se, uma vez que a diversificação de fontes de energia é um elemento estabilizador nos momentos de turbulência como o que atravessamos”.

A empresa disse ainda ao PÚBLICO que irá manter a proposta de distribuição de dividendos “com que se

comprometeu com a comunidade financeira há apenas um mês e que se reporta aos resultados do exercício de 2019”. Mas notou que cabe “aos accionistas, em assembleia geral, tomar uma decisão” sobre se haverá lugar à distribuição de lucros.

A Galp propôs um dividendo bruto em torno de 69,5 cêntimos por acção, no âmbito de uma política que previa o aumento desta remuneração accionista em 10% ao ano, até 2022.

A empresa também afirmou que o “período singular que atravessamos está a ter um elevado impacto nos negócios”, e que “avaliará oportunamente o modo de enquadrar” a política de dividendos “numa nova realidade”.

ana.brito@publico.pt

Ambiente desbloqueia 220 projectos de solar

Energia
Ana Brito

Despacho do ministro Matos Fernandes permite entrada em produção de pequenos projectos à espera de licenciamento

O ministro João Pedro Matos Fernandes assinou um despacho que permite a 220 pequenos produtores de electricidade arrancarem com os seus projectos durante o estado de emergência, anunciou ontem o Ministério do Ambiente e da Acção Climática (MAAC).

No conjunto trata-se de uma capacidade de produção de 30 megawatts (MW), que aguardava a conclusão dos processos de licenciamento.

O despacho prevê a substituição do certificado de exploração por um certificado provisório para promotores de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) e Unidades de Pequena Produção (UPP) e vai permitir que “220 projectos de pequenos produtores de energia eléctrica e produtores em autoconsumo de energia renovável, com produção inferior a 1MW”, num total de 30MW, “possam começar a produzir de imediato”.

O MAAC refere ainda que, “após o levantamento do estado de emergência e dentro do prazo concedido, de seis meses”, será retomado o procedimento habitual.

Assim, os pequenos produtores terão de pagar as taxas de certificação, se estas ainda não tiverem sido pagas, e obter o certificado de exploração mediante emissão do relatório de uma entidade inspetora.

O estado de emergência suspendeu vários projectos, incluindo a realização do segundo leilão de capacidade de injeção de energia solar, previsto para o primeiro trimestre (700MW de capacidade no Alentejo e Algarve).

A apresentação do leilão ocorreu no final de Março, mas as fases de qualificação e licitação estão paradas até nova ordem, embora o Ministério do Ambiente tenha adiantado ao PÚBLICO prever que “se realizem ainda durante o primeiro semestre”.



Quando há quebras de tráfego por motivos que lhe são alheios, concessionária pode accionar protecção

Brisa protege-se da covid-19 com aviso de “ocorrência de um caso de força maior”

Concessões
Luís Villalobos e Luísa Pinto

Concessionária rodoviária refere que tanto a Fitch como a Moody's mantiveram inalterado o rating de longo prazo

A Brisa já comunicou ao Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT), enquanto representante do Estado, a “ocorrência de um caso de força maior” no âmbito dos efeitos do surto do novo coronavírus, com profundos impactos na circulação.

De acordo com o comunicado ontem publicado via CMVM, a Brisa “continua a assegurar o regular funcionamento da sua rede de auto-estradas”, mas está também a avaliar “os potenciais impactos” do surto da covid-19 e as “medidas que têm vindo a ser tomadas pelas autoridades competentes para lhe dar resposta” – como é o caso, recorda, de “inéditas restrições à liberdade de circulação de pessoas”.

Os exemplos dados pela empresa referem-se às obrigações contratuais “cujo cumprimento possa vir a ser impedido ou dificultado” e aos direi-

tos “legais e contratuais”, que dizem ser devidos “face ao expectável decréscimo nos níveis de tráfego resultante dessas medidas”, apontando para um acerto de contas junto de Estado. Decorre do contrato assinado com o Estado a obrigação, por exemplo, de manter os níveis de serviço das auto-estradas, assegurando a sua manutenção e conservação, e prestando assistência rodoviária aos seus utilizadores.

Entre os dias 15 e 22 de Março, de acordo com os dados enviados recentemente pelo Ministério das Infra-estruturas, o tráfego nas auto-estradas nacionais caiu 75% face à semana anterior.

Esta notificação enviada ao IMT é, pois, uma medida preventiva que decorre do próprio contrato de concessão, de forma a prevenir situações futuras em que não consiga continuar a cumprir as obrigações contratuais ou manter os actuais níveis de serviço. Não significa que, por causa desta notificação haja intenção de vir a pedir indemnizações ao Estado, por quebras de tráfego, por exemplo. Mas é uma formalidade necessária para a eventualidade de o vir a fazer.

Recorde-se que o tráfego que circula na rede de auto-estradas é o principal indicador em que assenta o con-

trato de concessão. É ele que assegura a remuneração da empresa que tem a obrigação de garantir os níveis de segurança a quem nela circula, fazendo as necessárias obras de manutenção e conservação e até obras de alargamento das vias, quando a sua utilização é muito elevada. Cabe à concessionária esses investimentos, na perspectiva de ser remunerada pelo tráfego que a utiliza, cobrando as portagens.

Quando há quebras de tráfego por motivos que lhe são alheios, pode fazer pedidos de reequilíbrio financeiro, invocando esses “casos de força maior” que não lhe são imputáveis. Na altura dos incêndios de 2017 houve concessionárias a fazer essa notificação, mas, que se saiba, nenhuma apresentou pedidos de reequilíbrio financeiro por causa disso.

No mesmo comunicado, a Brisa afirma que a Fitch e a Moody's “mantiveram inalteradas as notações de rating de longo prazo” em A- e em Baa2, respectivamente, reflectindo, diz, “a solidez financeira, a forte posição de liquidez e a protecção que a estrutura contratual *ring-fenced* [protegida] confere aos credores”.

luis.villalobos@publico.pt
luisa.pinto@publico.pt

Ikea Portugal adopta *layoff* para 65% dos trabalhadores

Distribuição
Isabel Aveiro

A maior retalhista mundial de decoração e mobiliário vai aderir a regime de *layoff* simplificado disponível em Portugal, anunciou ontem a empresa, que irá manter parte da actividade comercial no país.

Em comunicação por *email* às redacções, a Ikea afirma que a subsidiária portuguesa, “em alinhamento global, decidiu adoptar medidas excepcionais e temporárias de protecção dos postos de trabalho, através da implementação do sistema de *layoff* simplificado temporário durante um período de 30 dias, eventualmente renovável nos termos da lei”.

A medida será adoptada a partir de 13 de Abril, esclarece o grupo, e “irá abranger aproximadamente 65% dos colaboradores das lojas, escritórios e centro de apoio ao cliente”.

O grupo não contabiliza no comunicado, mas, tendo em conta o número médio final com que terminou o ano de 2019 – 2500 trabalhadores segundo os dados da gestão –, 65% andarão à volta de 1625 pessoas.

Embora o regime de *layoff* normalmente implique um corte de um terço na remuneração-base líquida, a Ikea (como já o anunciaram a TAP e a Autoeuropa) irá além desse patamar.

“Dentro deste regime excepcional e temporário de *layoff*, a Ikea irá garantir 100% da remuneração-base de todos os colaboradores abrangidos por este regime”, garante. A empresa salienta que “o pagamento total dos salários dos seus colaboradores” tem sido garantido “mesmo com o abrandamento da actividade”. Desde 18 de Março, a Ikea Portugal “manteve apenas parte da sua actividade de *ecommerce*” a funcionar no país, onde tem cinco grandes superfícies.

O grupo “continuará a assegurar o funcionamento da sua loja *online*, pelo que os colaboradores com funções relacionadas com o normal funcionamento deste canal e de outras áreas essenciais irão manter os seus horários, ainda que possam ser necessárias algumas adaptações”, diz. E reconhece que “o impacto comercial resultante do encerramento das lojas ao público, associado à incerteza da data de reabertura, são as principais razões” que levaram a esta decisão.

isabel.aveiro@publico.pt

Os traficantes voltaram, mesmo com mandado internacional

Braima Seide Bá, condenado na semana passada a 16 anos de prisão, regressou a Bissau e vive em casa do novo director da petrolífera estatal que tem ligações ao narcotráfico. Não é o único que voltou recentemente

Guiné-Bissau António Rodrigues

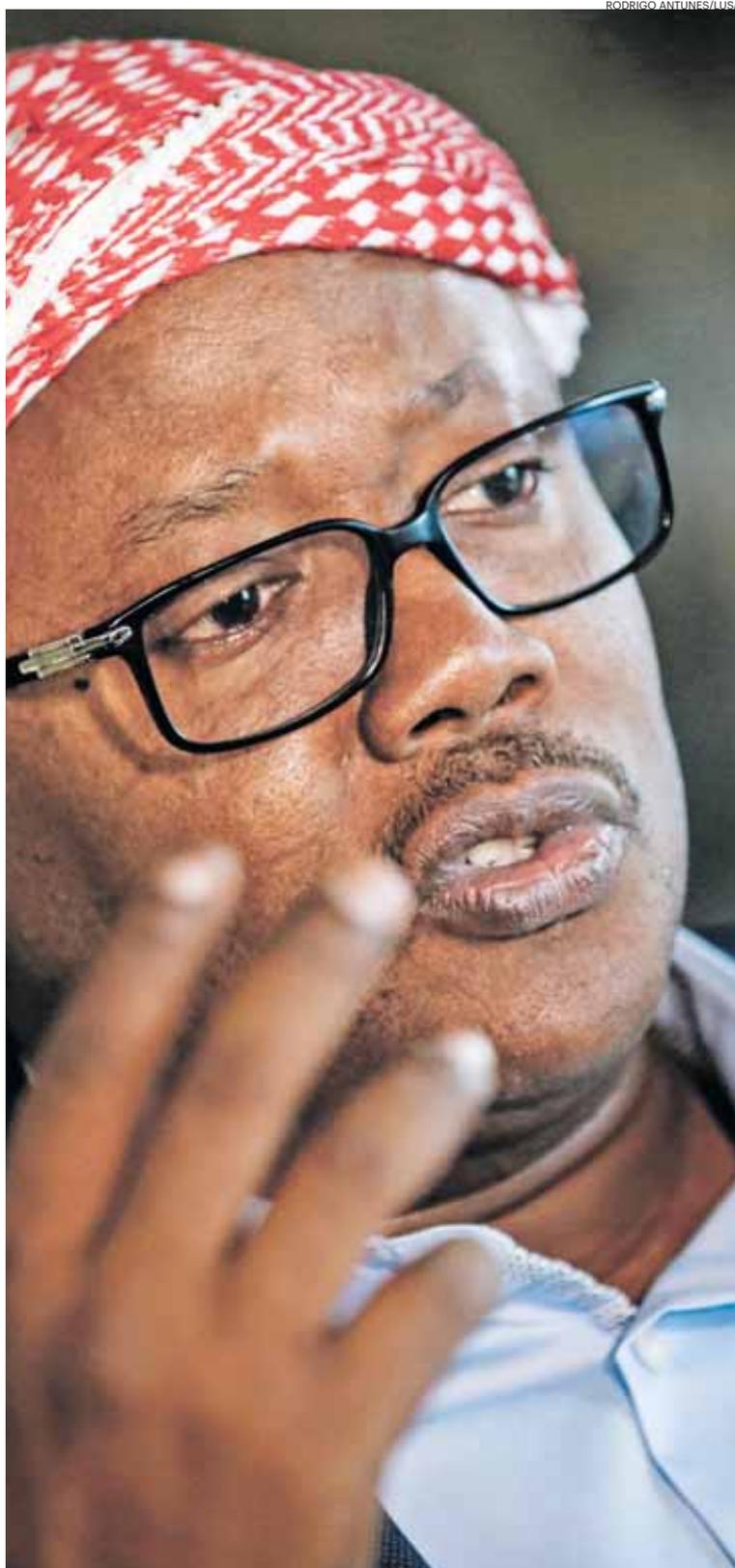
O luso-guineense Braima Seide Bá anda foragido com mandado de captura internacional emitido em Setembro do ano passado. Acusado na *Operação Navarra*, a maior apreensão de droga da história da Guiné-Bissau (1869 quilos de cocaína), acabou por ser julgado à revelia como cabecilha e condenado, na semana passada, a 16 anos de prisão por tráfico de droga.

Mas se não estava em Bissau na altura do julgamento, em Janeiro, Braima Seide Bá já voltou, entretanto, à Guiné-Bissau e por altura da leitura da sentença até nem estava muito longe do tribunal que o condenou. Segundo o que PÚBLICO apurou junto de uma fonte conhecedora do processo, o traficante tem muitos apoios junto de figuras actualmente no poder e até reside em casa do novo director-geral da Empresa Nacional de Pesquisa e Exploração Petrolíferas (EP-Petroguin).

Danielson Francisco Gomes Ié, mais conhecido por Nick, foi nomeado para dirigir a EP-Petroguin a 31 de Março e a nomeação mereceu até uma “Nota de Repúdio” do núcleo no Brasil do Partido da Renovação Social (PRS) – partido que apoia o Governo de facto, nomeado pelo autoproclamado Presidente, Umaro Sissoco Embaló.

“Repudiamos veementemente a nomeação do Sr. Danielson Francisco Gomes Ié”, refere o comunicado do partido fundado pelo falecido antigo Presidente Kumba Ialá, porque “não se pode, assim, admitir que seja nomeado para dirigir tal instituição, património do Estado guineense que representa essencialmente direitos do povo, pessoa que tenha atitudes públicas absolutamente contrárias aos interesses defendidos pela empresa”.

A indicação de Nick Gomes para o cargo veio do próprio PRS, como a nota dá a entender: “É pouco crível que, exactamente quando um partido como o PRS todo clama por decência, uma decisão dessa importância seja encaminhada dessa for-



Umaro Sissoco Embaló afastou a directora da PJ guineense

ma. Também não é crível que inexistissem outras figuras e quadros técnicos dentro dos renovadores que atendessem plenamente às exigências constitucionais.”

Para estes membros do PRS, a nomeação “enfraquece a imagem” do partido, porque Nick Gomes, como todos parecem saber em Bissau e o Governo de facto finge ignorar, “é um nome conhecido do mundo do crime, estando referenciado pelas autoridades como traficante de droga, assalto à mão armada a bancos e burla”, explica a fonte que conhece bem o sistema judicial guineense.

Criminosos regressaram

Segundo o PÚBLICO apurou, o regresso a Bissau de Seide Bá não é caso único. Um dos últimos voos comerciais, senão mesmo o último, que a TAP efectuou para a capital guineense (excluindo o destinado a repatriar portugueses) antes de as fronteiras do país serem encerradas, transportou várias figuras do mundo do crime na Guiné-Bissau.

“Terroristas do Paquistão, da Colômbia, traficantes de droga da Venezuela, chegaram à Guiné, num voo da TAP, e imediatamente foram identificados”, acrescenta o especialista. “Braima Seide Bá, agora condenado a 16 anos de prisão, veio num desses voos, penso que no último voo comercial da TAP.”

Nick Gomes está referenciado pelas autoridades como traficante de droga, assalto à mão armada e burla

As duas grandes apreensões de droga de 2019, os referidos 1869kg na Operação Navarra, em Setembro, e os 789kg apreendidos em Março na Operação Carapau, podem voltar a ser excepção num país que é visto como narco-Estado desde 2007 - ponto de passagem da droga, no seu caminho entre a produção na América do Sul e o consumo na Europa.

Tanto a directora nacional da

Polícia Judiciária (PJ), Filomena Mendes Lopes, como a ministra da Justiça, Ruth Monteiro, responsáveis pelo sucesso das operações contra o narcotráfico, foram afastadas pelo Governo nomeado pelo autoproclamado Presidente, Umaro Sissoco Embaló, que demitiu o executivo constitucional, que tem apoio da maioria no Parlamento.

Travar investigações

Ao mesmo tempo, duas das figuras do Ministério Público (MP) denunciadas no ano passado pela ministra da Justiça, em conferência de imprensa, como estando a travar as investigações do tráfico de droga na Guiné-Bissau, Mário Iala e Herculanino Sá são hoje muito bem vistas pelo Governo de facto.

Mário Iala chegou a ser nomeado pelo primeiro-ministro de facto, Nuno Nabiam, para director da Polícia Judiciária, no entanto, dias depois, o Presidente, Umaro Sissoco Embaló, acabou por recusar o nome e seria a procuradora adjunta, Teresa Silva, a assumir o cargo.

Mesmo assim, com Iala tendo “grande crédito junto da Procuradoria-Geral da República” e Herculanino Sá a coordenar a vara-crime do MP, os dois podem controlar todos os processos relacionados com o tráfico de droga.

O jornalista australiano Anthony Lowenstein publicou em Março um livro sobre o tráfico de droga intitulado *Kills, Powder, and Smoke* (“Mortes, Pó e Fumo”) onde fala da Guiné-Bissau, um país que décadas de golpes militares e instabilidade militar transformaram num alvo fácil para o florescimento do tráfico de droga.

“Lowenstein visita hotéis onde os únicos clientes são traficantes de droga e remotas aldeias piscatórias onde o tráfico é um segredo às claras e uma fonte de emprego”, escreve a *Salon* que já leu o livro. “Fala com funcionários da segurança que admitem francamente que quase não têm recursos para combater o tráfico e traça a rota que vai desde aí para a Europa, por vezes transportada por militantes islamistas.”

antonio.rodrigues@publico.pt

ESQUINAS

O mundo que se conta a partir do que se diz



Por António Rodrigues

Jornalista. Escreve à sexta-feira



As autoridades chinesas mobilizam-se mais do que nunca para fazer com que seja a China a ganhar, a fim de justificar o seu modelo político, não só internamente, agora também externamente, e o seu discurso transformou-se numa propaganda caricatural. **Thomas Gomart** Director do Instituto Francês das Relações Internacionais

Ninguém rido “palhaço”

Estava desaparecido desde meados de Março, “reemergiu” na terça-feira, quando as autoridades anticorrupção chinesas assumiram publicamente que Ren Zhiqiang, rico, poderoso e influente crítico do Partido Comunista Chinês (conhecido como “O Canhão” pela sua acutilância e frontalidade), estava a ser investigado por “violações graves da disciplina e da lei”, o que normalmente quer dizer, no linguajar oficial, que é suspeito de corrupção. A dureza do artigo de Ren sobre o discurso do presidente Xi Jinping de 23 de Fevereiro, acusando as velhas práticas de propaganda e bajulação do partido de terem contribuído para a pandemia, foi mal recebida em Pequim. “Aquilo que vi foi o completo oposto da ‘importância’ noticiada por todo o tipo de *media* e *online*. Não vi um imperador exibindo as suas ‘roupas novas’, mas um palhaço que estava totalmente nu e insistia em continuar a ser imperador”, escreveu “O Canhão”. E, parecendo antever o desfecho que as suas palavras precipitariam, acrescentou: “Apesar de vestires uma série de tangas, numa tentativa de cobrir a realidade da tua nudez, de maneira nenhuma consegues esconder a ambição de ser imperador ou a determinação de destruir quem se atravessar no teu caminho.”

O vírus da liberdade de expressão

“A liberdade de expressão é como um vírus e pode ser ofensiva para alguns organismos”, conta Ai Wei Wei em entrevista ao *El País*. Para o dissidente chinês, um dos artistas contemporâneos mais populares do momento, se o “desastre” do coronavírus se tornou uma pandemia desta dimensão, a culpa é “em grande parte” da China, que “ocultou a verdade” no princípio. O artista, que foi preso, vigiado e condicionado pelas autoridades chinesas até partir para o exílio em Inglaterra em 2015, afirma que Pequim, em vez de “assumir as suas responsabilidades” na pandemia, anda agora a “politizar os princípios humanitários”, trocando ajuda por favores políticos. Paralelamente, vende ao mundo a eficiência do país para combater a pandemia. “Mas pagou um preço que não é visível: a saúde emocional de toda a sua gente, que encerrou em jaulas como animais, obrigados à força a estar confinados durante mais de dois meses”, explica Ai Wei Wei. Uma reportagem de televisão da CBC mostra como as autoridades chinesas soldaram portas de edifícios e deixaram gente com covid-19 presa nas suas casas. Os gritos de uma mulher na varanda do seu apartamento a pedir ajuda para a mãe que estava a morrer dão ideia que a China pode ser eficiente a conter a doença, mas falta-lhe, se calhar, um pouco de humanidade.

O Twitter é uma arma

Desde Abril do ano passado, a diplomacia chinesa tem-se lançado ao Twitter como ferramenta para difundir o discurso oficial da República Popular e arma para atacar todos aqueles cujo discurso a China e o Partido Comunista Chinês consideram capaz de perturbar a sua mensagem. Segundo a Alliance for Securing Democracy, o número de diplomatas chineses que abriu contas na rede social proibida na China cresceu 250%. Aparentemente, a abordagem chinesa à difusão de informação deixou de ser apenas a de “suprimir o conteúdo crítico e amplificar a cobertura positiva”, como até aqui. Numa russificação táctica, a máquina de propaganda chinesa parece estar a adoptar a prática de promover múltiplas teorias da conspiração e desinformação nos *media* e nas redes sociais do mundo ocidental. No dia a seguir à Organização Mundial de Saúde ter declarado o surto do novo coronavírus como uma pandemia, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Zhao Lijian, promoveu no Twitter a teoria falsa de que o vírus teria origem nos Estados Unidos, muitos diplomatas chineses partilharam o *tweet* e os meios de informações oficiais publicaram muitos artigos sobre o assunto, transformando uma invenção num *trend topic* das redes sociais.

China Daily Telegraph

Durante o mês de Março e até 3 de Abril, um dos principais diários britânicos foi a janela para a versão chinesa da informação sobre o coronavírus. Segundo o Buzz Feed News, o *site* do *Daily Telegraph* manteve uma secção chamada People’s Daily Online, bem visível nas suas letras vermelhas, que prometia “todas as histórias novas sobre o dinâmico desenvolvimento da China contemporânea, a sua cultura diversa e infra-estruturas de topo mundial”. Havia referência que se tratava de publicidade, mas quem clicasse entrava para uma normal *homepage* de um *site* noticioso, produzido pela imprensa oficial chinesa. O *Diário do Povo* é o órgão oficial do Governo e do Partido Comunista Chinês. O *Daily Telegraph* é apenas um dos vários jornais do mundo em que a China tem vindo a investir para ganhar mais simpatia para a sua visão da realidade ou para “difundir notícias a partir de uma perspectiva chinesa”. A CGTN, por exemplo, pretende estabelecer-se como um canal televisivo de notícias global em inglês como a Al-Jazira. Numa altura em que o Governo de Boris Johnson prevê reduzir o orçamento da BBC e despedir correspondentes, a CGTN pode transformar-se numa alternativa apetecível, com uns cofres bem mais fundos que qualquer outra emissora internacional de notícias.

CULTURA

Na casa de Amália “como se estivéssemos na nossa casa”

Inspirado nas noites em que Amália Rodrigues recebia na sua casa da Rua de São Bento artistas e amigos, *Em Casa d'Amália* usa a mesma sala para novas tertúlias. Estreia-se hoje na RTP1, às 22h45

Televisão
Nuno Pacheco

A ideia foi de José Gonçalves, responsável pelo concurso Grande Prémio Nacional do Fado na RTP, e o primeiro episódio de um total de 14 estreia-se já hoje, às 22h45, no primeiro canal da televisão pública. *Em Casa d'Amália* inspira-se nas noites em que Amália Rodrigues recebia em sua casa artistas de várias áreas e amigos e, na mesma sala da Rua de São Bento (hoje Casa-Museu), em Lisboa, foram filmados entre Novembro de 2019 e o início deste ano os programas que serão transmitidos às sextas-feiras, com José Gonçalves sempre presente e um convidado central por programa, que por sua vez escolhe os restantes. Na estreia, Jorge Fernando convidou Custódio Castelo, Ricardo Ribeiro e Dino d'Santiago. E Ana Moura aparece como convidada-surpresa.

José Gonçalves diz ao PÚBLICO que já tinha a ideia há muito tempo. Apresentou-a em 2019 à RTP, a pensar no centenário de nascimento da fadista, depois de sondar a direcção da Casa-Museu Amália Rodrigues: “A ideia foi baseada nas tertúlias que Amália fazia em sua casa, trazendo isso para os dias de hoje e com artistas de hoje, poetas, pintores, gente de todas as áreas das artes, não só fadistas. A ministra da Cultura foi uma das convidadas.”

A Casa-Museu, agora com nova direcção, aceitou. “É uma direcção pró-activa”, diz por sua vez ao PÚBLICO Jorge Fernando. “E está muito mais empenhada num trabalho de divulgação da casa, abrindo o espaço às pessoas, que era o que a Amália queria.” E a RTP também aceitou o formato proposto, aqui explicado por Gonçalves: “Era sem guião, livremente, íamos contando histórias nossas, de Amália (quem as tivesse, claro), histórias de vida, histórias das músicas, coisas engra-

çadas por quem as passou, e ao mesmo tempo ir misturando isso com música. Era, no fundo, como se estivéssemos na nossa casa, numa tertúlia com amigos, conversando, cantando e tocando.”

“Há enormes surpresas”

Os 14 episódios já gravados compõem uma primeira série. “A ideia não era só ser esta, era continuar”, diz Gonçalves. A duração de cada programa foi estabelecida logo no início: “Gravámos o primeiro sem a preocupação do tempo. E correu tão bem que chegámos à hora e um quarto e parámos. Quando o vimos, com a Direcção de Programas da RTP, toda a gente achou que não era de cortar nada, por isso passou a ter 75 minutos.” No fim, diz José Gonçalves, não há cortes nem montagem. É como se fosse em directo. “Houve um programa em que um se esqueceu da letra e ficou assim. Está lá tudo.”

A participação de Ana Moura no primeiro programa foi uma escolha de José Gonçalves: “Fizemos a surpresa de alguém que vai a passar na rua, ouve, bate à porta e junta-se à festa. A Ana Moura foi uma escolha óbvia, porque como a figura central era o Jorge [Fernando] e a carreira dela se cruzou muitas vezes com a dele, fazia todo o sentido.”

O propósito original, de não haver guião, foi aplicado neste e em todos os episódios: “É tudo informal. Falámos antes, obviamente, e conheço as carreiras deles e a música, sei o que é que cada um dos músicos pode tocar. Mas há enormes surpresas. Posso dizer que, neste primeiro programa, o Ricardo [Ribeiro] vai ter um número absolutamente extraordinário que foi ele que se lembrou. E isso aconteceu em todos os programas.”

Memórias de partilha

Fadista, cantor e compositor, Jorge Fernando acompanhou Amália como violista desde 1977 até à sua



Os participantes no primeiro programa: Custódio Castelo, Jorge Fernando, Ana Moura, José Gonçalves, Ricardo Ribeiro

“Era sem guião, livremente, íamos contando histórias nossas, de Amália (quem as tivesse, claro), histórias de vida, histórias das músicas, coisas engraçadas por quem as passou, e ao mesmo tempo ir misturando isso com música”

morte, em 1999. E guarda também muitas recordações dos encontros na casa da Rua de São Bento. “São memórias incríveis, de partilha da música, dos versos, de recitações, também de algumas chatices. O Carlos Gonçalves, guitarrista, que acabou de morrer, dava-se muito com a Maluda e discutiam muito. Era uma relação amor-ódio, mas para nós até era divertido, porque diziam coisas muito engraçadas um ao outro.”

Foi isso que o levou a aceitar, com satisfação, o regresso àquele espaço com conversas e música. “A Amália sempre punha na mesa um vinho (não o bebendo ela), um queijo, uma sopa. Eram noites realmente fantásticas, que me trazem saudade, e fico muito contente por estarmos

aqui, pelo menos, a fazer programas que a façam lembrar.”

Cantar e contar histórias

E Jorge Fernando dá alguns exemplos do que poderemos ver e ouvir nestes programas: “Por exemplo, a Ana Moura convida o Conan Osíris, o Camané convida a sua equipa, a Katia Guerreiro convida o Rui Velloso. Há um onde cantam o João Pedro Pais, a Fábica Rebordão e a Filipa Cardoso. E no meio disto tudo estamos a contar histórias, não só sobre a Amália (porque somos poucos os que, nestes programas, conheceram a Amália) mas também sobre a nossa vida, a música, as pessoas gostam de conhecer essas coisas.”

Findas as gravações, José Gonçalves faz um balanço positivo. E espe-

14

Entre Novembro de 2019 e o início deste ano foram gravados 14 episódios do programa *Em Casa d'Amália*, que a RTP1 exibirá nas noites de sexta-feira

1968

Foi em 1968 que Vinicius de Moraes esteve em casa de Amália, com David Mourão-Ferreira, Ary dos Santos e Natália Correia, resultando dessa reunião um disco

“Discutia-se o que calhava, ou aquilo em que a Amália estivesse interessada”

Nuno Pacheco

Vítor Pavão dos Santos e David Ferreira partilham memórias e histórias sobre as reuniões em casa de Amália Rodrigues

As tertúlias em casa de Amália eram episódios esfuziantes, tal como se conta? Ou terão sido mitificadas com o tempo? Certo é que a hoje Casa-Museu só entra na sua vida em 1955. Amália muda-se de casa dos pais em 1953 para um andar na Rua de São Bernardo e dois anos depois para a Rua de São Bento.

Vítor Pavão dos Santos, fundador e primeiro director do Museu Nacional do Teatro, autor do livro *Amália, Uma Biografia* (ed. Contexto, 1987; reed. Presença, 2005), diz que “iam lá pessoas, conversavam”, e que “a Amália gostava muito de cantar” nessas reuniões. “Eu até tenho, nas minhas conversas [para o livro], uma gravação dela a cantar na cama. Porque ela gostava muito de se deitar e ter as pessoas ali à volta. Mas só as pessoas muito íntimas. A Amália, se achava que estava constipada, metia-se logo na cama.”

Nas outras reuniões, “discutia-se o que calhava, ou aquilo em que ela estivesse interessada. Houve pessoas que iam lá todos os dias, como a Maluda. Ou o Ary, que deixou de ir depois do 25 de Abril. O Alain Oulman, quando queria apresentar alguma coisa de novo, ia lá a casa. Havia um piano na sala e ele tocava nesse piano. Porque a Amália não sabia tocar piano. No primeiro dia em que gravei uma conversa a sério para começar o livro, a Amália não se lembrava e tinha combinado fazer um ensaio com os músicos. Estavam lá o Joel Pina, que ainda está vivo, e o Carlos Gonçalves, que morreu há pouco tempo. Até me lembro que o Carlos veio depois a pé, já muito tarde, até minha casa, com a guitarra na mão.”

O episódio mais marcante desses encontros em casa de Amália foi o que deu origem ao disco *Amália/Vinicius*. David Ferreira, filho do poeta David Mourão-Ferreira (que foi um dos convidados nessa noite), investigou a história para o seu programa radiofónico diário *David Ferreira a Contar* (Antena 1) e agora recorda-a ao PÚBLICO: “Quem traz o Vinicius a Portugal foi o meu tio, Jaime Mourão-Ferreira, irmão do meu pai. Que fez uma série de espectáculos completamente precursores nos anos 1960, no Villaret, o primeiro com o Vinicius, e o segundo com Edu Lobo e os Mutantes.”

Há uma entrevista feita pela RTP, com Vinicius ainda no navio que o trouxe, em Novembro de 1968, onde o entrevistador (Henrique Mendes) lhe pergunta se vai actuar. “E o Vinicius diz: ‘Não sei, o Mourão-Ferreira está insistindo.’ E como é que acaba a entrevista? Provavelmente foi encenado: eles filmam o cais e há um homem que está a dizer adeus e é o meu tio Jaime.” Nessa entrevista, Vinicius fala também de Amália e do fado (aos 24m35s num total de 28m42s). Falando do que gostaria de fazer em Lisboa, além de estar com poetas e escritores, diz: “Eu gostaria

de ver a minha querida amiga Amália Rodrigues, isso certamente. (...) E gostaria de ver as casas de fado, que nunca tive oportunidade de ver.”

Como se fosse ao vivo

Durante essa estadia, David Mourão-Ferreira convidou Vinicius para jantar em sua casa, que na altura era na Rua dos Ferreiros à Estrela. “O meu pai”, recorda David Ferreira, “foi dos primeiros, ou talvez o primeiro europeu, a escreverem acerca do Vinicius. De tal maneira que nas obras completas do Vinicius, em papel de arroz, no meio de vários autores, está um texto do meu pai [“O Amor na Poesia de V. de M.”, pág. 100].”

“Ela de facto gostava de receber. Lembro-me de ir lá uma vez com o meu tio e, além das pessoas que habitualmente lá estavam, estava o Tony de Matos”

Entre os convidados para o dito jantar estavam Ary dos Santos, Natália Correia e Amália. “Só que a Amália telefonou a dizer que não podia ir, porque estava constipada, e propôs que fossem todos para casa dela. Então desce tudo a pé para a Rua de São Bento, e cria-se aquele ambiente de começarem a cantar (estavam lá guitarristas) e a dizer versos. A Amália tinha um gravador, tentaram gravar e nisto chega o meu tio Rui Valentim de Carvalho, que achou que aquilo devia ser gravado a sério.”

Resultado: repetiram o encontro na noite seguinte, já com uma equipa de gravação da Valentim de Carvalho. “O que se ouve no disco, as conversas e os poemas foram todos gravados em casa da Amália, mas os fados foram gravados mais tarde em estúdio. Que a Amália gravou à primeira, como se fosse ao vivo. E as apresentações do meu pai também foram gravadas mais tarde em estúdio.” A junção de tudo isto resultou no duplo álbum *Amália/Vinicius*, editado em LP em 1970 e reeditado em CD, em versão restaurada, em 2001.

“Essa noite em casa da Amália é o exemplo máximo das tertúlias”, diz David. “Que ficou um bocadinho retocada, porque foi repetida para poderem gravar bem.”

Mas há outro episódio, também na Rua de São Bento, “de que se fala pouco”, ainda segundo David Ferreira, e que é uma sessão “para apresentar o Carlos Paredes”: “Presumo que seja em meados dos anos 1960. Ela de facto gostava de receber. E há uma altura em que a Natália [Correia] e o Ary [dos Santos] estão sempre lá em casa. Lembro-me de ir lá uma vez com o meu tio e, além das pessoas que habitualmente lá estavam, estava o Tony de Matos. As pessoas entravam, saíam, conversavam, esse ambiente de porta aberta existia. Mas a tal tertúlia mais intelectual, eu estou convencido que é uma coisa do período que vai de finais dos anos 1960 até meados da década de 1970.”



do Ribeiro e Dino d'Santiago

ra continuar: “O resultado ficou acima do que nós estaríamos à espera e num formato que nunca tinha sido utilizado. Porque, quando há um programa de televisão, é tudo pensado e tratado ao pormenor e aqui é exactamente o contrário. O que se pediu às pessoas foi que fossem o mais naturais possível, e ficámos muito felizes com o resultado. Lembro-me de um dia o Tozé Brito, que aparece num dos programas, me ter dito que uma coisa tão simples e aparentemente tão fácil pode ter um resultado incrivelmente surpreendente. Rasgando as barreiras do que é normal, do que era suposto e do que habitualmente é feito.”

nuno.pacheco@publico.pt



Vinicius de Moraes em casa de Amália, em 1968

CULTURA

Noronha da Costa, o pintor da imaterialidade

Obituário
Luísa Soares de Oliveira

Luís Noronha da Costa
1942-2020 O pintor deixa uma obra coerente e única no âmbito da arte contemporânea portuguesa

“É como se eu entrasse dentro da matéria da pintura para ver o que se esconde no fundo”, disse-nos uma vez Noronha da Costa, a propósito das suas pinturas feitas a aerógrafo, quase imateriais, que pareciam desvelar figuras ou naturezas-mortas de outros tempos. “A partir do momento em que essa busca pela essência da percepção se torna o tema fundamental da minha obra, o que é representado é pouco importante”, acrescentou.

Nessa altura, nos começos da década de 1980, Luís Noronha da Costa, que morreu ontem numa unidade hospitalar em Lisboa, possuía por direito próprio um lugar de primazia no meio artístico português – o que lhe valeria o Prémio AICA (Associação Internacional dos Críticos de Arte), o mais prestigiado em Portugal em 1983.

Nasceria em 1942, em Lisboa, numa família aristocrática, e formou-se nos anos 1960 em arquitectura, que ainda veio a exercer. Preferia contudo a prática artística, e em 1962 realizava já três exposições individuais, em Lisboa, Munique e Paris. Três anos depois fazia nova individual em Lisboa, agora na Galeria 111, intitulada *Paisagens*, e ainda uma outra exposição na Galeria Quadrante, esta de *Objectos e colagens* que era apresentada por José-Augusto França, um dos primeiros e mais importantes críticos de arte portugueses. O mesmo crítico convidá-lo-ia em 1971 a integrar o leque de artistas que decoraram o café A Brasileira, em Lisboa.

Esses objectos de que o título daquela exposição falava consistiam em “*assemblages*” de elementos diversos, como espelhos, vidros foscos ou transparentes, um foco de luz ou alguma silhueta pintada a aerógrafo, que convocavam o

conceito de pintura através da história. Profundidade, cor, forma, perspectiva e sobretudo a percepção do quadro – que é sempre o contributo do observador para o entendimento da obra – eram desmontados e reconstruídos, um pouco à maneira de um *puzzle*.

Noronha da Costa nunca deixou que esta incessante procura da própria essência da pintura deixasse de lado os modos como os diferentes tempos e épocas históricas a tinham encarado. As suas imagens fantomáticas e quase espectrais, que mostrou preferir a todas as outras a partir da década de 1980, revelam isso mesmo: a tentativa de um corte perpendicular na história, entre o presente e o passado, como se fosse possível olhar através de uma pintura impressionista, por exemplo, e descobrir o que se passa (mesmo conceptualmente) entre a fina superfície visível e o fundo da tela virgem que a suporta.

Um dos seus grandes interesses, para além da pintura, era o cinema. É sua a grande tela que encima a escadaria de entrada na Cinemateca de Lisboa, como era sua uma outra pintura que decorava o *foyer* do antigo cinema Londres, também em Lisboa. Logo em 1969 dava a uma individual sua o título de *Magritte após Polanski* (Galeria Quadrum).

Noronha da Costa realizou incontáveis exposições individuais na Europa, nos Estados Unidos e em Macau e participou em importantes colectivas.



Em Berlim, os livros são bens de primeira necessidade



Coffee Break
Bárbara Reis

Com um pequeno embrulho, uma amiga salvou há dias um diplomata estrangeiro recém-chegado a Portugal. Vindo de um “lugar perigoso” no critério covid-19, o homem teve de ficar isolado durante 14 dias.

Não seria um problema se ele estivesse na sua casa habitual. Mas sendo Lisboa um “novo posto”, a casa estava vazia. Ele não podia sair, os homens da mudança não podiam entrar e o diplomata ficou reduzido a uma mala de mão.

– Posso ajudar em alguma coisa?
– Se me enviasses dois livros...

Para sorte do diplomata, isto aconteceu na véspera da declaração do estado de emergência, as lojas ainda estavam abertas e, no mesmo dia, ele pôs-se a ler um bom livro. Hoje seria mais difícil.

Em Portugal, há 450 livrarias (com as lojas e tabacarias que vendem livros, o número sobe para mil) e vende-se um milhão de livros por mês (excluindo os manuais escolares – o cálculo é da Gfk).

O estado de emergência impõe o fecho geral do comércio, mas abre 44 exceções a “bens de primeira necessidade” ou “bens considerados essenciais na presente conjuntura”. De entre as exceções, estão, à cabeça, os mini, super e hipermercados, frutarias, talhos, peixarias, padarias, mercados, lotas, restaurantes em regime de *take-away*, serviços médicos e de apoio social, farmácias e produtos ortopédicos, oculistas e serviços públicos como água, luz e gás. Tudo lógico e previsível.

A lista inclui outras actividades cuja necessidade diária é evidente: agências funerárias, bombas de gasolina, papelarias e tabacarias, garagens, oficinas de reparação de computadores (como não, se o mundo ficou ainda mais digital?), bancos e seguros, serviços de entrega ao domicílio.

Já outras exceções são intrigantes: jogos sociais,



lavandarias, drogarias, material de bricolage e produtos naturais. De todas as exceções, a mais bonita são as floristas. O Estado português considerou – e bem – que ter flores frescas em casa é um “bem de primeira necessidade” ou um “bem considerado essencial na presente conjuntura”. Falo por mim: o que seria da minha família sem uma jarra de flores escolhidas pela senhora Alcina da Praça da Ribeira?

O Estado português pensou na possibilidade de precisarmos de fazer uma desratização durante o estado de emergência: é a exceção n.º 32 do longo Anexo II do decreto-lei que lista os 44 bens de primeira necessidade. Terrível a quarentena que inclui ratos a roerem tapetes, arquivos ou comida da despensa. Pensou também nos produtos dietéticos e nas máquinas de venda nas empresas.

Mas ninguém se lembrou dos livros. Ou, se se lembrou, eles acabaram por não entrar na lista.

É verdade que, já com as regras excepcionais em vigor, quando os livreiros perguntaram se as livrarias podiam estar abertas durante o estado de emergência, a resposta da ministra da Cultura, Graça Fonseca, foi sim – desde que vendam ao postigo.

“Vender ao postigo” soa a Idade Média e não é por acaso que, em alguns dicionários, o primeiro significado para “postigo” é “porta pequena em muralha para serventia de pouca monta”. Na prática, isto significa que a Ler Devagar ou a Bertrand podiam ter a porta aberta e, na ausência de um

postigo, fariam o negócio à porta, numa mesa ou banca que montassem no passeio.

A lei do estado de emergência prevê que os negócios que não são de “primeira necessidade” podem continuar a vender, desde que o façam “à porta ou ao postigo” ou para entrega ao domicílio. Daí a resposta da ministra.

Isto não é criticar a ministra, o Governo ou o Estado português. Em Portugal, ninguém se lembrou de incluir os livros na lista de bens de primeira necessidade, mas provavelmente nenhum outro país do mundo o fez. Só encontrei uma exceção: Berlim.

Não é sequer uma regra na Alemanha, pois cada *land* decide como enfrentar a pandemia. Em Berlim – haja rigor – não há confusão sobre o que é essencial. Há uns anos, José Pacheco Pereira calculou quantos livros conseguimos ler “numa vida de grande leitor”. A resposta: “Difícilmente se pode ultrapassar os 4000-5000 livros.” Na quarentena berlinense, a ideia é não perder o ritmo.

PS: Em Portugal, pode comprar livros online e as vendas digitais cresceram um pouco nestas semanas de estado de emergência, embora não compensem as quebras de 70% das vendas tradicionais. E a nova associação Reli - Rede de Livrarias Independentes, criada por causa da pandemia, está a receber 50 a 100 encomendas de livros por dia.

Jornalista. Escreve à sexta-feira breis@publico.pt

ANÚNCIO 20200410**Vendedor: CVCR - CREATING VALUE & CORPORATE RESTRUCTURING LDA.**

CVCR - CREATING VALUE & CORPORATE RESTRUCTURING LDA., NIPC 508 577 691, Sociedade por Quotas, com capital de cinco mil euros, com sede na Rua Carlos da Maia n.º 237, 4200-151 Porto, encontra-se mandatada para promover a venda do imóvel infra especificado. Os interessados deverão enviar as suas propostas devidamente identificadas com nome, endereço, fotocópia do Bilhete de Identidade ou NIF, e contactos. As propostas deverão ser remetidas ao cuidado do Dr. Flávio Peixoto, para a morada sede da CVCR.

Os bens, infra melhores descritos, serão mostrados mediante prévia marcação a efetuar através do telefone n.º 253 272 385/6 ou por email: geral@cvcr.pt.

Imóvel

Fração autónoma identificada pela letra "H" do prédio urbano descrito na Oitava Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o número 3442, da freguesia de Santa Maria dos Olivais, fração essa que se encontra inscrita na matriz predial urbana sob o Artigo 307 da freguesia do Parque das Nações, com um valor patrimonial atual de €348.051,43.

A referida fração sita na Rua Mar do Norte n.º 1A, Loja 8, Parque das Nações, junto ao Casino Lisboa, em Lisboa, tem uma área de 145 m2 de área útil, ao nível do rés do chão, e 10 m2 de arrecadações e 25 m2 de estacionamento, no piso -1. Valor mínimo de venda **400.000,00€** (Quatrocentos Mil Euros).

Condições da Venda:

1. As propostas de compra devem ser remetidas para a sede da CVCR, Lda., no Porto, até ao dia 17/4/2020;
2. Os bens são vendidos no estado físico em que se encontram. Os interessados poderão contactar através telefone n.º 253 272 385/6 ou por email: geral@cvcr.pt, onde será facultada toda a informação sobre aquele bem, bem como agendada a visita ao mesmo;
2. Os proponentes devem juntar à sua proposta, como sinal e princípio de pagamento, cheque comercial emitido à ordem de CVCR Lda., no montante correspondente a 5% do valor ofertado;
3. O proponente cuja proposta for aceite, será notificado por escrito, no prazo de 5 dias a contar de 17/04/2020, para a celebração do contrato definitivo de compra e venda, a realizar até 24/04/2020, salvo se entre as partes for acordo prazo mais longo;
4. O proponente cuja proposta não for aceite, verá o seu sinal ser devolvido de imediato.

A Gerência da CVCR, Lda., Ernesto Fernandes



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril

Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra

Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL

Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

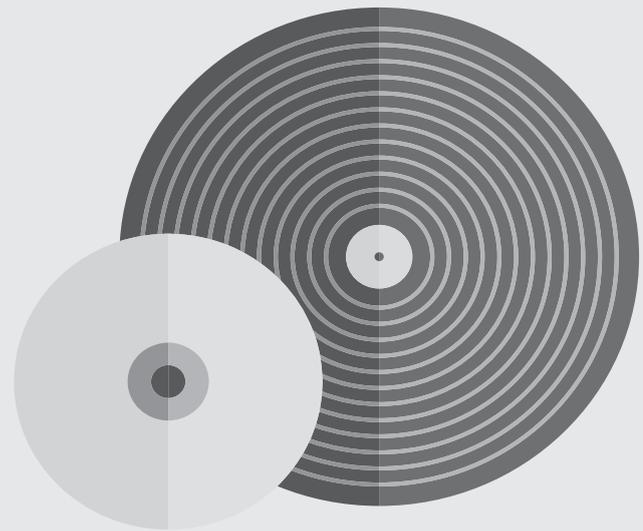
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribeir@alzheimerportugal.org

Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro

Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org



CONHEÇA AS NOSSAS COLECCÇÕES DE MÚSICA



**EDIFÍCIO
DIOGO CÃO
DOCA DE ALCANTARA
NORTE, LISBOA
(JUNTO AO
MUSEU DO ORIENTE)
HORÁRIO:
2.ª - 6.ª FEIRA: 9H - 19H
SÁBADO: 11H - 17H**

MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010

FARMÁCIAS**Lisboa-Serviço Permanente**

Alegria (Jardim Zoológico) - Estrada de Benfca, 180 A-B - Tel. 217780511 **Imperial** (Praça de Londres) - Av. Guerra Junqueiro, 30 - B - Tel. 218486860 **Porfirio** (Campo de Ourique) - Rua Francisco Metrass, 59 - B - Tel. 213963349 **Santos** (Ameixoeira - Lumiar) - Al. António Sérgio, 8 - C Urb. Qtª de Stª Clara - Tel. 217598186

Outras Localidades-Serviço Permanente

Abrantes - Sousa Trincão (S. Miguel do Rio Torto) **Alandroal** - Santiago Maior, Alandroalense **Albufeira** - Alves de Sousa **Alcácer do Sal** - Alcacerense **Alcanena** - Ramalho **Alcobaça** - Epifânio **Alcochete** - Nunes, Póvoas (Samouco) **Alenquer** - Matos Coelho **Aljustrel** - Pereira **Almada** - Nova (Monte da Caparica) **Almeirim** - Central **Almodôvar** - Ramos **Alpiarça** - Aguiar **Alter do Chão** - Alter, Portugal (Chança) **Alvaiáze** - Ferreira da Gama, Castro Machado (Alvorge), Pacheco Pereira

(Cabaços), Anubis (Maçãs D. Maria) **Alvito** - Nobre Sobrinho **Amadora** - Nunes, Remédios **Ansião** - Medeiros (Avelar), Rego (Chão de Couce), Pires (Santiago da Guarda) **Arraiolos** - Vieira **Arronches** - Batista, Esperança (Esperança/Arronches) **Arruda dos Vinhos** - Da Misericórdia **Avis** - Nova de Aviz **Azambuja** - Dias da Silva, Nova, Peralta (Alcoentre), Ferreira Camilo (Manique do Intendente) **Barrancos** - Barranquense **Batalha** - Ferraz, Silva Fernandes (Golpilheira) **Beja** - J. A. Pacheco **Belmonte** - Costa, Central (Caria) **Benavente** - Batista **Bombarral** - Franca **Borba** - Carvalho Cortes **Cadaval** - Central **Caldas da Rainha** - Branco Lisboa **Campo Maior** - Campo Maior **Cartaxo** - Pereira Suc. **Cascais** - Carvalho (Alcabideche), de Carcavelos (Carcavelos), Guimaráes (São Domingos de Rana) **Castelo Branco** - Grave **Castelo de Vide** - Roque **Castro Verde** - Alentejana **Chamusca** - S. José, Joaquim Maria Cabeça **Constância** -

Vila Farma Constância, Carrasqueira (Montalvo) **Coruche** - Higiene **Covilhã** - Parente **Cuba** - Da Misericórdia **Elvas** - Sousa **Entroncamento** - Almeida Gonçalves **Estremoz** - Grijó **Évora** - Branco **Faro** - Almeida, Da Penha **Ferreira do Alentejo** - Fialho **Ferreira do Zêzere** - Graciosa, Soeiro, Moderna (Frazoeira/Ferreira do Zezere) **Figueir dos Vinhos** - Campos (Aguda), Vidigal **Fronteira** - Vaz (Cabeço de Vide) **Fundão** - Vitória **Gavião** - Mendes (Belver), Gavião **Golegã** - Salgado **Grândola** - Moderna **Idanha-a-Nova** - Andrade (Idanha A Nova) **Lagoa** - José Maceta **Loulé** - Miguel Calçada, Silveira Algarve, Martins **LoURES** - Sálvia, Pedro (Portela) **Lourinhã** - Marteleirenses, Ribamar (Ribamar) **Mação** - Catarino **Mafra** - Popular (Encarnação), Barros (Igreja Nova) **Marinha Grande** - Duarte **Marvão** - Roque Pinto **Mértola** - Pancada **Monchique** - Higya **Monforte** - Jardim **Montijo** - Nova Circular **Mora** -

Canelas Pais (Cabeção), Falcão, Central (Pavia) **Moura** - Faria **Mourão** - Central **Nazaré** - Ascenso, Maria Orlanda (Sítio da Nazaré) **Nisa** - Ferreira Pinto **Óbidos** - Vital (Amoreira/Óbidos), Senhora da Ajuda (Gaeiras), Oliveira **Odivelas** - Famões, Jardim da Amoreira **Oeiras** - Santarita (Algés), Saco Forum **Oleiros** - Martins Gonçalves (Estreito - Oleiros), Garcia Guerra, Xavier Gomes (Orvalho-Oleiros) **Olhão** - da Ria **Ourém** - Leitão **Ourique** - Nova (Garvão), Ouriquense **Pedrogão Grande** - Baeta Rebelo **Penamacor** - Melo **Peniche** - Central **Pombal** - Barros **Ponte de Sor** - Varela Dias **Portalegre** - Romba **Portel** - Misericórdia **Porto de Mós** - Lopes **Pronça-a-Nova** - Roda, Daniel de Matos (Sobreira Formosa) **Redondo** - Xavier da Cunha **Reguengos de Monsaraz** - Martins **Rio Maior** - Ferraria Paulino **Salvaterra de Magos** - Carvalho **Santarém** - Veríssimo **Santiago do Cacém** - Barradas **Sardoal** -

Passarinho **Serpa** - Serpa Jardim **Sertã** - Patrício, Farinha (Cernache do Bonjardim) **Sesimbra** - da Cotovia **Setúbal** - Avenida, Bonfim **Silves** - Dias Neves, Guerreiro **Sines** - Monteiro Telhada (Porto Covo), Central **Sintra** - Ascensão Nunes, Baião Santos (Queluz), Rio Mouro (Rio de Mouro) **Sobral Monte Agraço** - Costa **Sousel** - Mendes Dordio (Cano), Andrade **Tavira** - Sousa **Tomar** - Alfa (Porto da Laje) **Torres Novas** - Nicolau **Torres Vedras** - Torreense **Vendas Novas** - Nova **Viana do Alentejo** - Nova **Vidigueira** - Pulido Suc. **Vila de Rei** - Silva Domingos **Vila Real de Santo António** - Pombalina **Vila Velha de Rodão** - Pinto **Vila Viçosa** - Monte **Alvito** - Baronia **Ansião** - Moniz Nogueira **Montemor-o-Novo** - Sepúlveda **Portimão** - Rio **Redondo** - Alentejo

CINEMA

A Bússola Dourada

AXN, 16h50

Lyra é uma menina órfã, que parte numa viagem extraordinária para encontrar e salvar o seu melhor amigo, Roger. Mas não é o único em perigo. Várias crianças desapareceram e diz-se que estão a ser levadas para uma agência experimental, onde serão vítimas de abomináveis experiências. Dirigido por Chris Weitz e baseado no galaradoado livro de Philip Pullman, um filme de aventuras num mundo paralelo fantástico. Nicole Kidman, Daniel Craig e Dakota Blue Richards dão vida às personagens.

Exodus: Deuses e Reis

Fox, 21h20

Realizado por Ridley Scott e protagonizada por Christian Bale, um filme épico sobre Moisés, o profeta que estabeleceu as bases morais das grandes religiões monoteístas. É retratado em momentos-chave da sua vida: a adopção pela família real egípcia, a jornada de salvação dos escravos hebreus, a separação das águas do mar Vermelho, a subida ao monte Sinai para receber os dez mandamentos divinos... Também integram o elenco Joel Edgerton, John Turturro, Aaron Paul, Sigourney Weaver e Ben Kingsley.

A Idade das Sombras

RTP2, 23h03

Thriller de espionagem com realização do sul-coreano Kim Jee-woon. Coreia, 1923. O país está sob domínio do Japão. Um grupo de resistentes tem como missão fazer explodir um complexo militar. Vários agentes da polícia são preparados para impedir o atentado. Tudo se complica quando um capitão da polícia japonesa, de origem coreana, sente nascer dentro de si um conflito: deverá cumprir ordens ou ajudar os rebeldes a libertar o seu país da repressão?

SÉRIES

A Bíblia

SIC, 10h20/14h25

De manhã até ao fim da tarde, são emitidos de seguida (com pausa apenas para o *Primeiro Jornal*) os dez episódios da série que, em 2013, foi um sucesso estrondoso nos EUA – e que valeu a Diogo Morgado a alcunha de “*hot Jesus*”. O actor encarna o Messias numa narrativa sobre toda a sua vida, do nascimento à morte na cruz e à posterior ressurreição, seguindo



Televisão

lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV

Quarta-feira, 8

	%	Aud.	Share
Nazaré	SIC	17,3	28,6
Jornal da Noite	SIC	15,1	24,7
Terra Brava	SIC	14,6	27,7
Telejornal	RTP1	12,0	19,8
Primeiro Jornal	SIC	11,2	26,0

FONTE: CAEM



RTP 1

6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.30** Fabrico Internacional: Frulact **15.00** Solteira e Boa Rapariga **15.27** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.09** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.00** Sexta às 9 **21.46** Joker **22.34** Em Casa d' Amália **23.59** Depois, Vai-se a Ver e Nada - Paulo de Carvalho **1.17** Médico de Província **2.57** O Sábio **3.43** Marte

RTP 2

6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **13.05** Os Daltons **13.20** A Ilha dos Desafios **13.42** Chovem Almôndegas **13.53** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil: Cultura musical **15.03** A Fé dos Homens **15.36** Esec-Tv **16.04** O Outro Lado do Paraíso **17.01** Espaço Zig Zag **20.00** Via Sacra **21.02** A Grande Travessia: Viajando pelos Andes de balão **21.30** Jornal **22.04** Folha de Sala **22.08** Derrubados **23.03** A Idade das Sombras **1.19** Sociedade Civil **2.22** Euronews **5.49** Os Nossos Dias

SIC

7.05 O Salsicha Campeão **8.45** Upsss! Lá Se Foi a Arca... **10.20** A Bíblia **13.00** Primeiro Jornal **14.25** A Bíblia **19.57** Jornal da Noite **21.50** Nazaré **22.30** Terra Brava **23.25** Amor de Mãe **0.30** Governo Sombra **1.30** O Físico **4.15** Harry e Meghan: Um Romance Real

TVI

6.00 Batanetes **7.00** Notícias **8.00** Diário da Manhã **10.12** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.35** O Filho de Deus **17.18** Gladiador **19.57** Jornal das 8 **21.50** Quer o Destino **22.42** Na Corda Bamba **23.32** Casos da Vida: Anjos de serviço **1.20** 1000 à Hora **2.31** Via Sacra - Roma **3.35** Saber Amar **4.15** TV Shop **5.45** Batanetes

TVCINE TOP

10.20 All The Devil's Men - Homens do Diabo **12.05** O Rapaz Que Queria Ser Rei **14.10** De Volta a Casa **15.50** Derradeira Viagem **18.00** Rei dos Ladrões **19.50** O Padre **21.30** Velocidade Furiosa: Hobbs & Shaw **23.45** O Predador **1.30** Break - O Poder da Dança **3.05** Espécies Raras e em Extinção **4.45** Samitério de Animais

FOX MOVIES

9.50 Os Espertalhões **11.30** Academia de Polícia **13.03** Academia de Polícia 2: A Primeira Missão **14.27** Academia de Polícia 3: De Volta aos Treinos **15.47** Academia de Polícia 4: A Patrulha do Cidadão **17.11** Academia de Polícia 5: Missão em Miami **18.37** Academia de Polícia 6: Cidade Sitiada **19.57** Academia de Polícia: Missão em Moscovo **21.15** Foi-se o Tesouro, Ficou o Amigo **22.57** Banana Joe **0.29** Clue - O Jogo do Crime **2.02** The Best Of Benny Hill **3.25** O Aeroplano

CANAL HOLLYWOOD

9.10 Giras e Terríveis **10.50** Giras e Terríveis 2 **12.30** Gru - O Maldispósito 2 (VP) **14.10** A Invenção de Hugo **16.15** O Último Airbender **17.55** Tartarugas Ninja: Heróis Mutantes **19.35** 47 Ronin - A Grande Batalha Samurai **21.30** 90 Minutos No Paraíso **23.40** Max Payne **1.25** A Última Noitada **3.10** São Jorge

AXN

13.00 Chicago Fire **13.45** Mentas Criminosas **15.15** Chicago Fire **16.50** A Bússola Dourada **18.41** Confronto de Titãs **20.26** Fúria de Titãs **22.05** Ressurreição **0.07** A Estranha em Mim **2.24** Chicago Fire **3.49** The Rookie

AXN MOVIES

13.40 Hotel Transylvania (VP) **15.05** Hotel Transylvania 2 (VP) **16.39** Erin Brockovich **18.50** Hook **21.15** O Homem da Máscara de Ferro **23.25** O Casamento do Meu Melhor Amigo **1.11** O Segurança do Shopping **2.39** O Jogo de Mr. Ripley **4.25** Amigos com Dinheiro **5.48** Assalto de Risco

AXN WHITE

13.07 Young Sheldon **13.51** Mentas em Conflito **15.22** Dispensáveis **16.55** Flores de Aço **18.26** A Caça ao Assassino de BTK **19.55** Inesquecível **21.25** Young Sheldon **22.10** As Explicações da Irmã Mary **23.34** Young Sheldon **0.18** Injustiçado **1.50** A Teoria do Big Bang **3.02** Inesquecível **3.47** O Mentalista **5.17** Young Sheldon

FOX

9.26 Hawai Força Especial **10.11** Investigação Criminal: Los Angeles

11.41 O Gato das Botas (VP) 13.05

Divergente **15.21** Insurgente **17.16** Pompeia **19.04** Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal **21.20** Exodus: Deuses e Reis **0.08** Procurado **2.04** 12 Desafios **3.49** Investigação Criminal: Los Angeles

FOX LIFE

9.58 Babysitters... de Luxo **11.27** Anatomia de Grey **12.58** Chicago Med **13.45** Lei & Ordem: Unidade Especial **14.27** Amber Alert **15.57** Visão Final **17.27** A Date to Die For **19.04** Nora Roberts: Luzes do Norte **20.41** Lei & Ordem: Unidade Especial **21.27** Chicago Med **22.20** O Diabo Veste Prada **0.26** Instakiller **2.08** Lei & Ordem: Unidade Especial **2.51** Anatomia de Grey **4.11** Chicago Med

DISNEY

15.00 Gabby Duran Alien Total **15.25** A Raven Voltou **16.11** Acampamento Kikiwaka **16.57** A Irmã do Meio **17.44** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Os Green na Cidade Grande **19.15** Gravity Falls **20.06** Sadie Sparks **20.30** Rua Dálmatas 101 **21.15** Sadie Sparks **22.00** Coop & Cami

DISCOVERY

17.45 Alasca: A Última Fronteira **19.20** Segredos das Catacumbas **21.00** A Minha Família Vive no Alasca **22.55** Yukon Men **0.40** A Minha Família Vive no Alasca **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** Segredos do Universo com Morgan Freeman

HISTÓRIA

17.01 Em Busca de... **18.27** Grandes Descobertas **21.31** Piratas e Templários **23.42** Templários e O Santo Graal **1.08** Paixão e Morte **2.36** Extraterrestres? **3.05** Forjado no Fogo

ODISSEIA

17.43 The Explorers: Inventário do Planeta **18.48** Rio Resgate **19.11** Top 10 Combate **19.56** Lugares Sagrados **20.48** À Procura das Sagradas Relíquias **21.42** As Crónicas de Hitler **23.25** Aviões de Combate **0.09** À Procura das Sagradas Relíquias **1.03** As Crónicas de Hitler **1.54** Aviões de Combate **2.45** Dark Net

rigorosamente os acontecimentos narrados nas escrituras. Quem preferir assistir à versão abreviada, que chegou aos cinemas em 2014, pode ver o filme *O Filho de Deus* na TVI, às 14h35.

Marte

RTP1, 3h43

A questão já não é se, mas quando o solo marciano será marcado por pegadas humanas. Enquanto isso não acontece, o futuro é ensaiado nesta mini-série de seis episódios com o selo National Geographic – um ensaio assente em contributos de especialistas e investigadores das mais diversas esferas da existência humana, muito para além da tecnologia. As linguagens de ficção e documentário misturam-se, à medida que se alternam projecções de um futuro não muito distante (2033, 2037...) e imagens registadas em 2016. A viagem faz-se a bordo da *Daedalus*, a nave da primeira missão (fictícia) tripulada em direcção ao planeta vermelho. *Marte* é realizada por Howard Gout e conta com Ron Howard e Brian Grazer como produtores executivos.

ENTRETENIMENTO

Em Casa d'Amália

RTP1, 22h34

A porta verde do número 193 da Rua de São Bento foi mais do que a morada de Amália Rodrigues. Foi ponto de encontro de amigos, artistas e intelectuais, em tertúlias que ficaram quase tão célebres como a diva do fado. No ano do centenário do seu nascimento, a porta da actual casa-museu torna a abrir-se. As conversas partem do fado, são conduzidas por José Gonçalves e têm como interlocutores, no episódio de estreia, Jorge Fernando, Ricardo Ribeiro, Dino D'Santiago, Custódio Castelo e Ana Moura.

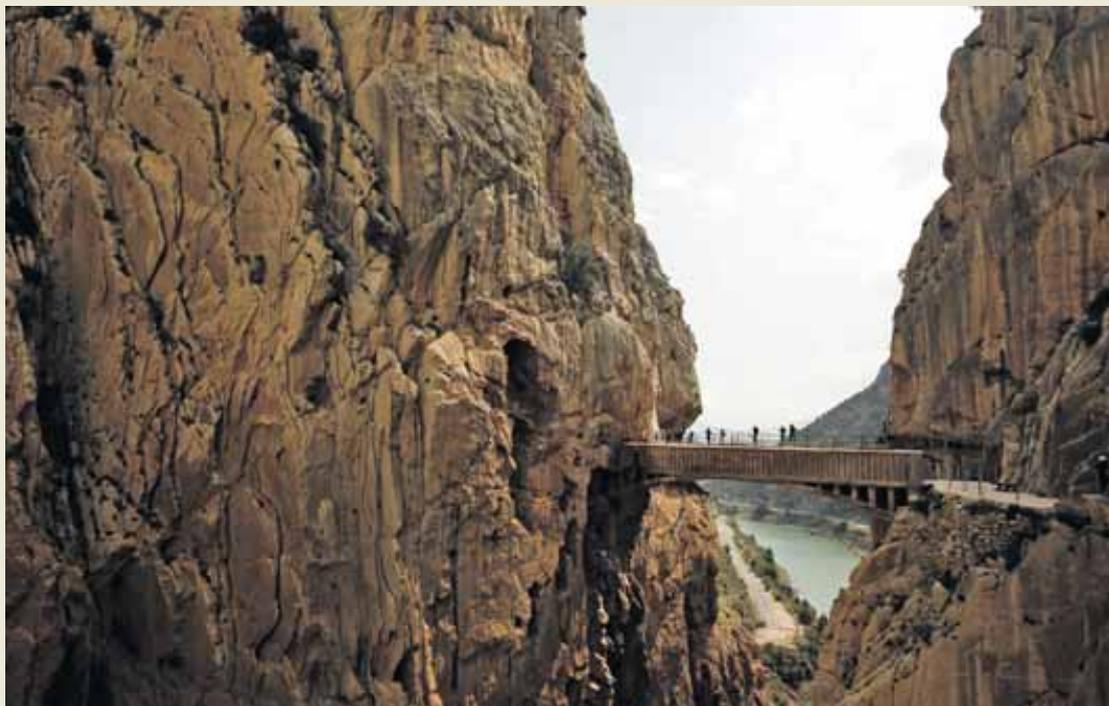
INFANTIL

Upsss! Lá Se Foi a Arca...

SIC, 8h45

É famosa a história bíblica de Noé e da arca que construiu para salvar os animais do grande dilúvio. Mas há uma história que nunca foi contada: a das criaturas que não foram escolhidas. Em terra ficaram, por exemplo, Finny e Leah, duas crias de espécies diferentes. Juntos, os dois pequenos terão de dar o melhor de si para reencontrar os pais e resistir a uma série de peripécias que lhes ensinarão muito sobre o poder da amizade e da perseverança.

EM DESTAQUE



Visitas

O Caminito del Rey reabriu a passeios. Agora é um trilho virtual 360º

Já foi “o caminho mais perigoso do mundo”, mas há cinco anos reabriu com novo e seguro passadiço, tornando-se atracção turística maior em Málaga, Espanha. Para celebrar a data, e dar passeio a quem está isolado em casa, o Caminito del Rey passeia-se agora *online*. Com alguma dose de imaginação, conseguimos ver-nos sobre o trilho de ripas de madeira, vertigem sombria debaixo dos pés, entalados entre as escarpas do desfiladeiro dos Gaitanes, a cerca de 60km de distância de Málaga. São cerca de 7,7km de percurso,

até cerca de cem metros de altura. Na verdade, não dá bem para ter a sensação de caminhar pelo estreito e vertiginoso passadiço, uma vez que a plataforma não permite a progressão no terreno como o Street View do Google Maps, por exemplo. Mas dá para visitar 40 pontos de interesse ao longo do percurso em imagens feitas em 360º e ainda encontrar, em cada um deles, mais informação localizada, como galerias de fotografias e vídeos. A plataforma está acessível em espanhol, inglês, francês e alemão. **Mara Gonçalves**

Entretenimento

“Só, mas bem acompanhado e, já agora, solidário

O que fazem Fernando Alvim, Miguel Araújo, Gisela João, Pedro Abrunhosa, Tiago Nacarato, Carolina Deslandes, Tatanka, César Mourão e Salvador Martinha juntos, “num Instagram perto de si”? A resposta dá pelo nome de “Só, mas bem acompanhado”, uma iniciativa promovida pela nova plataforma *vinhoemcasa.com*. Durante três dias, em directos de duas horas (das 21h às 23h), reúne momentos musicais, de humor e conversa para juntar uma boa companhia ao confinamento. A ideia de partilha e solidariedade não se esgota aqui: este *live show* tem como missão

angariar fundos para a Cruz Vermelha Portuguesa, para aquisição de equipamentos de protecção individual (máscaras, fatos e gel desinfetante), material médico e outras necessidades logísticas, como o transporte de doentes. O festival abre portas no Instagram (@somasbemacompanhado), onde pode ser consultado o alinhamento diário. Os donativos podem ser feitos via MBWay, telefone ou referência multibanco. Mais informações em www.somasbemacompanhado.com. **C.A.M.**

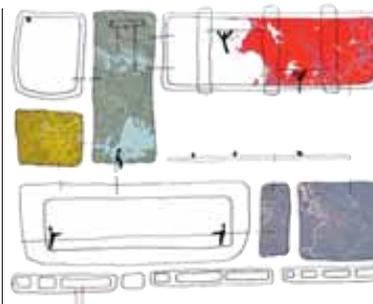
Museus

Foi você que pediu uma obra?

Enquanto não pode reabrir as portas ao público, o

Museu Arpad Szenes-Vieira da Silva começou a “entregar” obras nas nossas casas. Sob o lema “Foi você que pediu uma obra?” estão a ser publicados pequenos vídeos em torno de um quadro ou um tema. O primeiro, a propósito de *Autoportrait à la pupille rouge* (1924-1925), fala de Arpad e dos seus muitos auto-retratos; enquanto os seguintes se centram em quadros de Maria Helena Vieira da Silva, *Par la fenêtre de la salle de bains de grand-mère* (c.1950-1955) e *Novembre* (1958). Estão todos disponíveis no YouTube, e com uma bela introdução musical: *Way out west*, do disco homónimo de Sonny Rollins, de 1957. A par disso, foi também aberta no Instagram do museu a secção “A Poesia Está em Casa”, com extractos

de cartas trocadas entre Arpad e Vieira da Silva, do livro *Escrita Íntima*. Para os mais novos, também há “entregas” em casa, a começar por uma Oficina de Auto-Retrato para Crianças, com obras de Arpad. No lugar do horário do museu, lê-se esta mensagem esperançosa: “Daqui a nada, estes dias serão História.” **Nuno Pacheco**



Artes

Viajar sem sair de casa

Já escolheu o seu destino para as férias de Páscoa? Vá lá, não custa nada fazer de conta e seguir as deixas do Teatro Viriato (Viseu), com o edifício fechado desde 12 de Março. O festival telefónico do teatro e da Prado Ruminante conta com mais uma estreia. Desta vez, o *Consultório Turístico: Viaje lá fora, cá dentro*, que decorre hoje e amanhã, desafia-nos a viajar sem sair de casa. Na companhia de António Poppe, Célia Fechas, Mónica Coteriano, Anton Skrzypiciel, Leonor Barata, Janaína Leite, Changuito, Rogério Nuno Costa, Thiago Arrais, Henrique Amoedo, Reginaldo Pujol Filho, entre outros, cada participante “poderá passear por cidades dos cinco continentes e de dois planetas sem sair de casa”, sublinha em comunicado a companhia que lançou uma “programação remota, mas de proximidade”. Recorrendo a

poemas ou canções, passeios à beira-mar ou descrições detalhadas de lugares perdidos, sempre partilhadas por telefone, com ou sem imagem, os artistas convidados dão-nos a conhecer os seus quotidianos e os sítios que habitam. As marcações podem ser feitas de segunda a sexta-feira, entre as 13h e as 19h para a bilheteira em isolamento preventivo (924 454 409). **L.O.C.**

Teatro

Tragédia em cena

Nuno Carinhas volta a levar a tragédia *Otelo* ao palco do Teatro Nacional São João (Porto), agora num formato de transmissão *online*. A peça, escrita por William Shakespeare e criada a partir de uma tradução e versão cénica de Daniel Jonas, sobe à cena hoje, às 22h, no Vimeo, Facebook e Instagram do teatro. Se não conseguir assistir a esta sessão, pode sempre passar por lá até às 24h de domingo (dia 12). **C.A.M.**



JOGOS

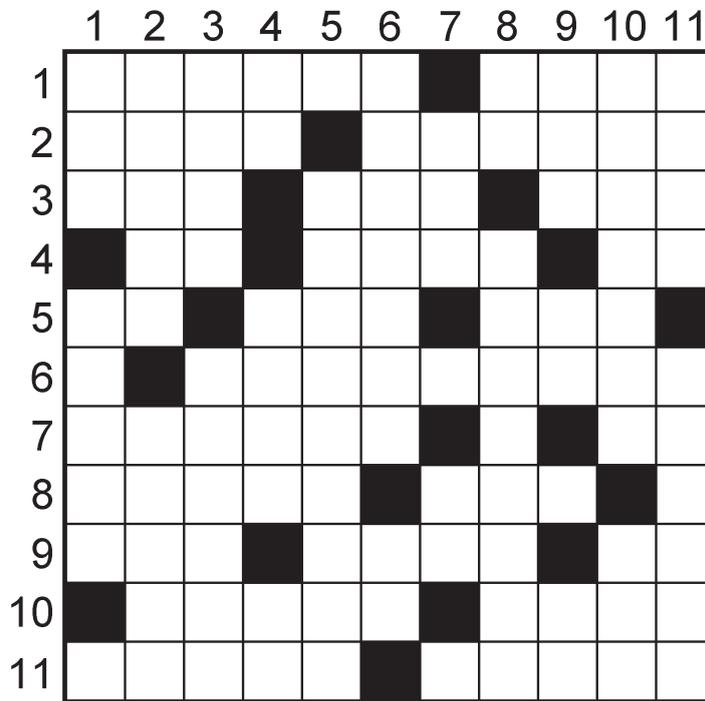
CRUZADAS 10.943

HORIZONTAIS: 1. Partilha movimentos das pessoas para ajudar a travar a covid-19. Porca (regional). 2. Malhadouro. Sagrados. 3. Reza. Federação Portuguesa de Golfe. Nome feminino. 4. Alojamento Local. Fronteira. Ferro (s.q.). 5. Pátria de Abraão. Botequim. Atilho. 6. "(...) a Menina Dos Meus Olhos", álbum de Maria Bethânia. 7. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (criada em 1946). Tribunal Constitucional. 8. Girei. Preposição que designa limite. 9. Juntei. Está informado. A tua pessoa. 10. Cabrito de um ano (popular). (...) Neto, autor do romance "A Vida no Campo", vencedor do Grande Prémio de Literatura Biográfica. 11. Cidade japonesa. Construção alta e fortificada.

VERTICAIS: 1. Prefixo (Terra). Monólito situado na Austrália, sagrado para os aborígenes (Património Mundial da UNESCO). 2. Enfeitar com ouro. O nono dia antes dos idos, no antigo calendário romano. 3. Verbal. Roberta (...), anunciou o adiamento do Rock in Rio Lisboa para 2021. 4. Gálio (s.q.). Suporte. Antes de Cristo (abrev.). 5. (...) Van Dunem, Ministra da Justiça. 6. Planta liliácea caracterizada por turriões carnudos, brancos e comestíveis. «A» + «o». 7. Procedi. Prefixo (afastamento). 8. Rádon (s.q.). A maior região natural de Portugal Continental. 9. Sétima letra do alfabeto grego. Segundo. Sufixo (agente). 10. USNS (...), navio-hospital da Marinha norte-americana. Possuir. 11. Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. Privado ou parecendo privado de caule.

Solução do problema anterior:

HORIZONTAIS: 1. Cinco. Gaipa. 2. Adio. Teimar. 3. Re. Opor. Ara. 4. Toa. Alienar. 5. Guterres. 6. Imolar. In. 7. Raro. AP. Eta. 8. Ora. Kriola. 9. SA. Cl. Aviso. 10. Babel. As. 11. Duo. Voar. Se.
VERTICAIS: 1. Carteiros. 2. Ideo. Marabu. 3. Ni. Agora. Ao. 4. Coo. Ulo. Cb. 5. Pata. Kiev. 6. Tolerar. Lo. 7. Gerir. Pia. 8. Ai. Era. Ovar. 9. Imane. Elis. 10. Parasitas. 11. Arar. Na. Ode.



BRIDGE

Dador: Norte
Vul: Ninguém

NORTE
 ♠ AQJ98
 ♥ KQ2
 ♦ 87
 ♣ 753

OESTE
 ♠ K10532
 ♥ 86
 ♦ KJ6
 ♣ K98

ESTE
 ♠ 764
 ♥ 4
 ♦ 109532
 ♣ J1064

SUL
 ♠ -
 ♥ AJ109753
 ♦ AQ4
 ♣ AQ2

Oeste **Norte** **Este** **Sul**
 1♠ 3♥ 2♥ 2♥
 passo 3♥ passo 3ST1
 passo 4♥2 passo 6♥
 Todos passam

Leilão: Qualquer forma de *bridge*. 1. Tentativa de cheleme generalizada. 2. Mínimo

Carteio: Saída: 8♥. O adversário em Este assiste com o 4 de copas. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: Oeste fez a melhor saída possível, a trunfo. Com qualquer outra saída teríamos o jogo resolvido. No entanto, a partir do momento em que os trunfos se encontram 2-1 o jogo está sobre a mesa. **Encontrou a linha de jogo que assegura o cheleme?**

A linha de jogo que torna este cheleme inquebrável é a seguinte: 2 de copas do morto na primeira vaza para o Ás (ou outra que faça a vaza) da mão e trunfo para a Dama do morto. Agora a jogada funda-

mental: Dama de espadas do morto!

Se Este não cobrir com o Rei, baldamos um pau da nossa mão (se Este cobrir com o Rei, cortamos e cedemos um ouro, cortamos um ouro no morto e baldamos os dois paus perdentes em Ás e Valeta de espadas). Oeste em mão será obrigado a jogar um qualquer naipe, cedendo a vaza que falta: se voltar outra espada, jogamos o 8 do morto e teremos uma terceira vaza de espadas garantida (para além do Ás e do Valeta, que já estão apurados), quer o próprio 8, quer o 9 mais tarde, ou ouros ou paus para uma das nossas forquilhas; as duas espadas mestres do morto encarregar-se-ão das duas perdentes restantes.

De notar que, se bater o Ás de espadas (baldando um pau) antes de apresentar a Dama (agora balda um ouro), poderá vir a ser confrontado com uma situação falível: Oeste recua o seu Rei de espadas...Agora terá de adivinhar o que fazer na vaza seguinte: faz uma das passagens ou joga o Ás e Dama de ouros para colocar Oeste em mão? Se guardar o Ás de espadas, não terá de se sujeitar a esta situação embaraçosa...

Considere o seguinte leilão:

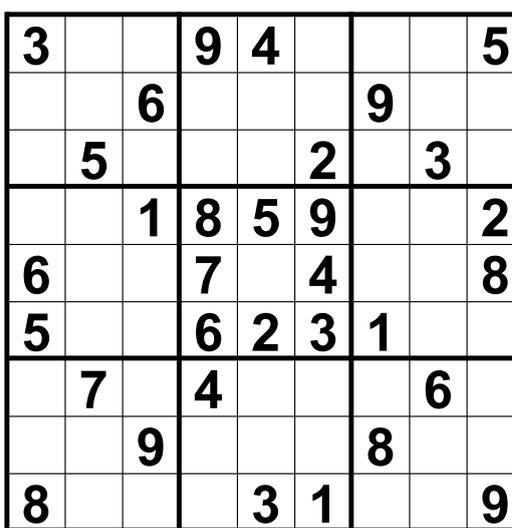
Oeste **Norte** **Este** **Sul**
 passo passo passo ?

Consideraria abrir em terceira posição, com a seguinte mão?
 ♠J8752 ♥QJ1075 ♦A5 ♣2

Resposta: Abra numa espada. Ao contrário de ontem, esta mão oferece melhores perspectivas em termos de competição, ou seja, se a força das duas linhas estiver relativamente equilibrada, a sua linha, tendo um grande potencial de *fit* num rico, é favorita para ganhar o nível de dois do leilão.

João Fanha/Pedro Morbey
 (bridgepublico@gmail.com)

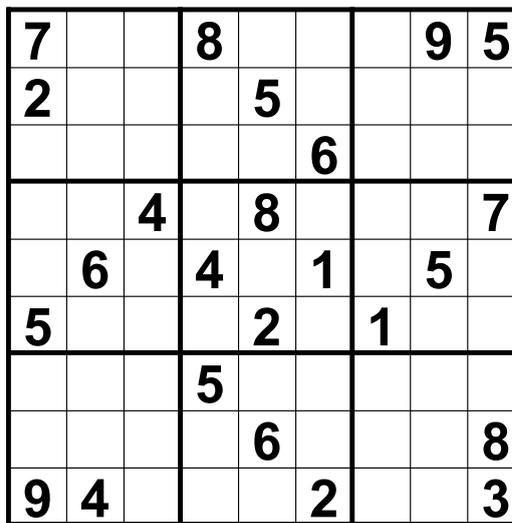
SUDOKU



Problema 9660
 Dificuldade: Fácil

Solução do problema 9658

7	5	1	8	3	4	9	2	6
6	2	4	1	5	9	3	7	8
3	8	9	2	6	7	4	1	5
2	3	6	7	8	5	1	9	4
1	4	8	9	2	3	6	5	7
9	7	5	6	4	1	8	3	2
4	1	2	5	9	8	7	6	3
5	9	3	4	7	6	2	8	1
8	6	7	3	1	2	5	4	9



Problema 9661
 Dificuldade: Difícil

Solução do problema 9659

7	5	2	9	4	3	8	1	6
1	3	9	5	8	6	4	2	7
8	4	6	2	7	1	3	9	5
3	9	5	8	6	7	1	4	2
4	7	8	1	2	5	6	3	9
6	2	1	3	9	4	5	7	8
2	8	3	4	5	9	7	6	1
5	1	7	6	3	2	9	8	4
9	6	4	7	1	8	2	5	3

© Alastair Chisholm 2008 and www.indigopuzzles.com

TEMPO PARA HOJE

Açores
 Corvo 14° 19°
 Flores 17°
 Graciosa 13° 20°
 S. Jorge 17°
 Pico 14° 19°
 Faial 18°
 S. Miguel 12° 19°
 Ponta Delgada 18°
 Sta Maria

Madeira
 Porto Santo 16° 21°
 Funchal 18° 22°
 0,5m

Sol
 Nascente 7h08
 Poente 20h08

Lua Quarto Minguante
 14 Abr. 23h56

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	17h36 ▲ 3,7 06h01* ▲ 3,6	17h12 ▲ 3,7 05h37* ▲ 3,6	17h19 ▲ 3,5 05h44* ▲ 3,5
Baixa-mar	11h24 ▼ 0,3 23h43 ▼ 0,3	10h58 ▼ 0,5 23h17 ▼ 0,5	10h50 ▼ 0,3 23h09 ▼ 0,4

Fonte: www.AccuWeather.com *de amanhã



Entre o sensacionalismo e a verdade dos factos, escolhemos o segundo. E por isso chegámos a primeiro.

No **Público**, sabemos que a mais microscópica das coisas pode mudar tudo. Uma vírgula fora do lugar, um número errado, um vírus.

Os vírus podem causar pandemias, do mesmo modo que *fake news* podem contaminar uma sociedade.

No contexto da pandemia, o **Público** foi o primeiro jornal a abrir a sua *paywall* porque os portugueses queriam saber o que estava a acontecer, o que tinham de fazer e como iremos sair disto.

Abrimos os nossos conteúdos *online* sobre a pandemia, para manter os portugueses informados e seguros - a informação isenta e credível protege-nos a todos. E os portugueses vieram.

Vieram porque perceberam que a informação credível é um bem fundamental de todos, que não sobrevive sem o apoio de cada um.

DESPORTO

Combates numa ilha secreta? Um *reality show* de basquetebol? Sim

A pandemia de covid-19 activou o engenho de alguns promotores desportivos para manter os seus campeonatos em actividade

Modalidades
Marco Vaza

Lutadores de todo o mundo juntam-se numa ilha secreta para combater. Já foi o argumento de dezenas de filmes de artes marciais, de *O Dragão Ataca*, com Bruce Lee, a vários de Jean-Claude van Damme. E vai em breve ser realidade. A Ultimate Fighting Championship (UFC), o principal promotor mundial de Mixed Martial Arts (MMA), vai organizar eventos numa ilha de localização desconhecida. Eventos fechados ao público, com presença limitada de jornalistas e transmitidos para todo o mundo através da ESPN, foi uma das soluções encontradas por Dana White, o todo-poderoso dono da UFC, depois de ter adiado três eventos nos últimos meses devido à pandemia de covid-19. E, promete White, não será uma coisa única. Vão ser combates todas as semanas.

A UFC não é a única organização a puxar pela cabeça para manter os seus eventos no calendário desportivo quase deserto do planeta e, na verdade, não é a única que quer mudá-los para uma ilha. A australiana National Rugby League (NRL) quer fazer algo semelhante para continuar uma época interrompida após duas jornadas cumpridas – disputar-se numa ilha é um dos cenários possíveis, sendo o conceito-chave manter as 16 equipas (15 australianas e uma neozelandesa) numa espécie de bolha fechada ao resto do mundo.

Longe de ilhas e dentro de uma casa é o que propõe o Big3, uma Liga de basquetebol de 3x3 que existe nos EUA desde 2017. Lá para Maio teremos uma versão Big Brother desta competição desportiva/*reality show*, em que a ideia é juntar 16 ou 22 jogadores que tenham sido testados para a covid-19 numa casa e metê-los a jogar num *court* em equipas rotativas – quem perder três jogos é eliminado.

Para além da componente des-

portiva, haverá a componente *reality show*, já que todas as interações entre eles serão filmadas e transmitidas, não apenas os jogos. Quem furar a quarentena também será eliminado.

“Combates semanais”

Depois de lhe terem fechado as portas em todo o lado devido à expansão global do novo coronavírus, Dana White avançou para duas soluções criativas.

“Estamos a trabalhar nisto desde que o mundo se desmoronou. Tenho um sítio marcado para dois meses e estou a montar a loja. Vamos ter combates todas as semanas. Arranjei uma ilha privada e também vou ter lutadores internacionais. Como eles não podem entrar nos EUA, vou levá-los de avião para a ilha. Temos os nossos próprios aviões para os ir buscar a todo o lado”, revelou White em entrevista ao *site* TMZ. E garantiu todas as condições de segurança sanitária para toda a gente envolvida: “Vamos fazer tudo para assegurar a saúde e a segurança de todos os atletas, árbitros e os que estão envolvidos na produção, antes, durante e após os combates.”

Os combates na ilha secreta serão para lutadores internacionais que não puderem entrar nos EUA devido às restrições de entrada no país – e a UFC tem sob contrato cerca de 600 lutadores de 60 países diferentes. A outra solução para ter combates entre norte-americanos foi montar o octágono num casino situado numa reserva índia na Califórnia, segundo revelou o *New York Times*.

As reservas índias têm um estatuto especial e não são obrigadas a cumprir as ordens executivas do governo estatal de confinamento domiciliário. Logo, podem ter combates de MMA em tempo de pandemia.

O combate cabeça de cartaz no casino será entre dois norte-americanos da categoria de pesos-leves, Tony Ferguson e Justin Gaethje, já



Arranjei uma ilha privada e também vou ter lutadores internacionais. Vou levá-los de avião para a ilha

Dana White
Proprietário da UFC

que o actual detentor do título da UFC, o russo Khabib Nurmagomedov, decidiu voltar para o seu país nestes tempos de pandemia – Nurmagomedov vs. Ferguson, campeão contra o primeiro desafiante, era o que estava originalmente nos planos.

Outro dos combates do cartaz deste UFC 249 “algures no planeta TERRA” (como escreveu White no Twitter) envolve o luso-cabo-verdiano Yorgan de Castro na categoria de pesos-pesados frente ao norte-americano Greg Hardy.

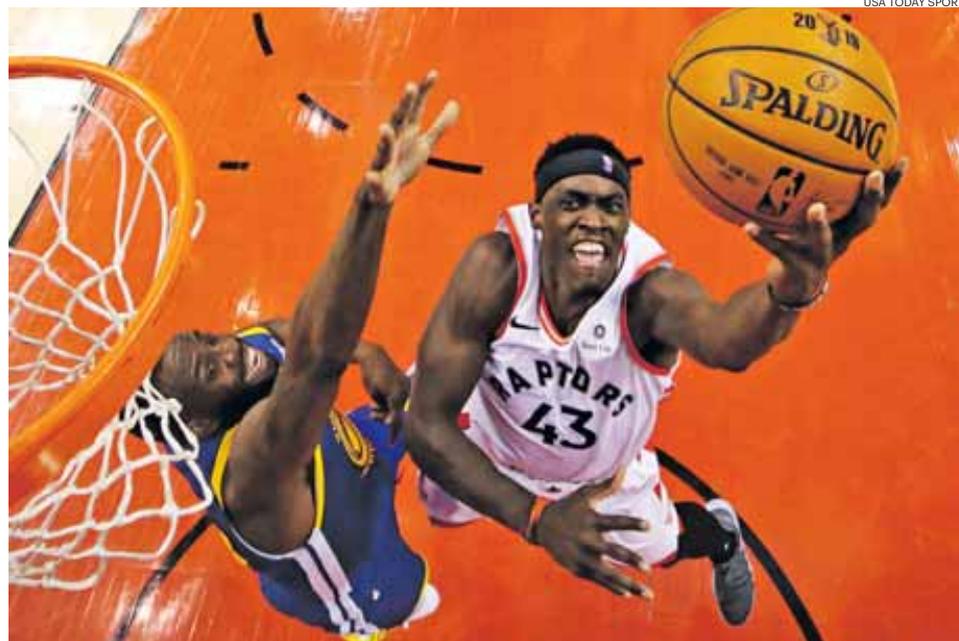
Com seis vitórias em seis comba-

tes profissionais, Yorgan, natural do Mindelo, é conhecido nas MMA como o “Mad Titan” e aparece sempre com as bandeiras dos dois países que reflectem as suas origens e a sua vivência, Cabo Verde (terra dele e do seu pai) e Portugal (terra da sua mãe e onde viveu entre os 18 e os 26 anos). Agora, vive e treina em Fall River, uma das maiores comunidades portuguesas nos EUA, e tem contrato com a UFC desde que, em Junho do ano passado, convenceu Dana White a ficar com ele após ter brilhado no evento chamado “Contender Series”, uma espé-

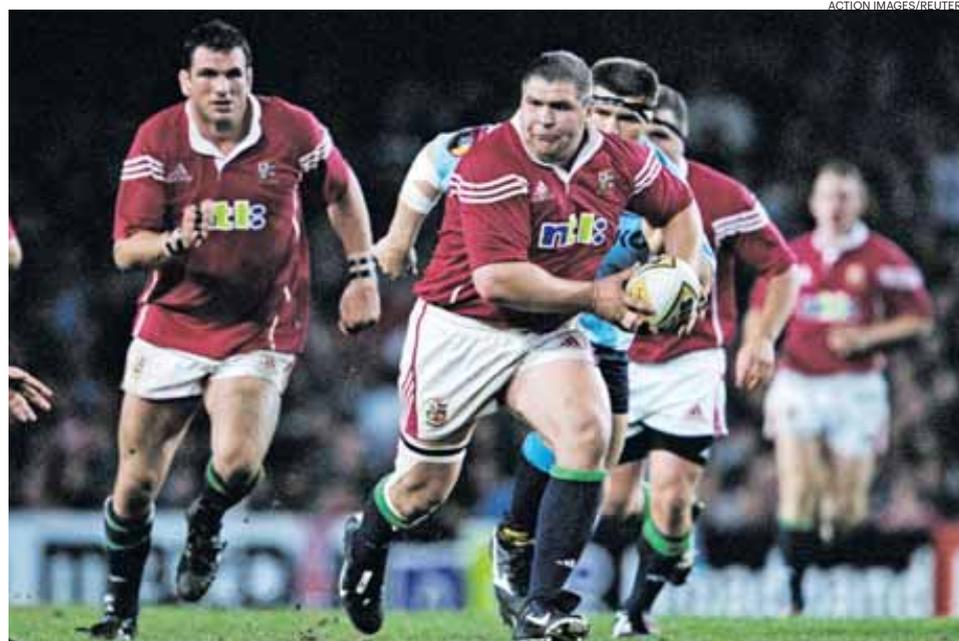
São vários os desportos que estão a tentar arranjar alternativas para ultrapassarem a paragem forçada dos seus calendários competitivos devido à covid-19. E a imaginação tem sido um forte aliado



RAFAEL MARCHANTE/REUTERS



USA TODAY SPORTS



ACTION IMAGES/REUTERS

cie de audição televisada para entrar na UFC. Vai ter pela frente Hardy, um antigo jogador de futebol americano que chegou a ser julgado e condenado por agredir a namorada e, posteriormente, por posse de cocaína.

Projecto Apollo

Na Austrália, o desafio logístico de montar uma Liga de 16 equipas em ambiente fechado parece bem maior, mas, se funcionar, pode até servir como modelo para muitas outras competições. Tem, para já, um nome épico: projecto Apollo. A

ideia é pôr todas as equipas a viver e a treinar num *resort* de luxo e, em dia de jogo, fazer viagens de barco até ao continente para fazer jogos em estádios à porta fechada.

A solução pode também passar por instalar todas as equipas (num total estimado de 500 pessoas, entre jogadores, treinadores e equipas médicas) no Parque Olímpico de Sydney, construído para os Jogos de 2000 e que tem infra-estruturas desportivas e de habitação para servir de abrigo à NRL.

Outro dos grandes desafios será manter toda esta gente em iso-



A NBA arranja dois navios. Tudo esterilizado. Depois, constroem-se dois courts nesses navios

Jay Williams

Ex-jogador da NBA

lamento durante toda a época – cada um dos que estiverem em isolamento terá sempre um ou mais motivos para furar a quarentena auto-imposta. Mas, com a perspectiva de sofrerem perdas de milhões, todas as partes estão dispostas a tentar.

E, perante um cenário de não receberem ordenados a partir de Maio, se a competição não for retomada, os próprios jogadores, a julgar pelas palavras de Clint Newton, presidente da Associação de Jogadores, não se importam de passar uma temporada na ilha: “Estamos

dispostos a explorar todas as opções, desde que os jogadores estejam em segurança.”

Big Brother

O desporto profissional dos EUA nem sequer passou pela fase de jogos à porta fechada: foi directo à suspensão. E desde logo se falou de uma versão *Big Brother* da Big3. Esta Liga quarentena é uma ideia do rapper Ice Cube e do produtor Jeff Kwatinetz, e é a adaptação para uma versão *Big Brother* de um torneio que existe desde 2017 e que é um campeonato que junta antigos basquetebolistas da NBA em jogos de basquetebol 3x3, uma modalidade que está no programa dos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Não haverá “estrelas de primeira grandeza da NBA neste *Big Brother* basquetebolístico. Talvez o jogador com maior currículo no plantel do Big3 seja Joe Johnson, que abandonou a NBA em 2018, depois de 18 temporadas ao serviço de múltiplas equipas, tendo participado sete vezes no “All Star”.

Mas, dependendo do tempo que o desporto norte-americano estiver parado, talvez outros nomes mais conhecidos estejam com vontade de se isolarem numa casa para jogar basquetebol.

A propósito da NBA, há quem tenha dado a ideia de fechar a mais conhecida Liga de basquetebol do planeta, não numa ilha ou numa casa, mas em navios de cruzeiro. Esta ideia veio da cabeça Jay Williams, antigo jogador da NBA e comentador da ESPN.

“A NBA arranja dois navios, um para a Conferência Este, outro para a Conferência Oeste. Tudo esterilizado. Os jogadores podem entrar com a sua família imediata e todos são testados antes de entrar. Depois, constroem-se dois *courts* nesses navios. Podem ficar todos isolados até 40 dias”, é o plano de Williams.

Um plano que parece simples, mas que, como todos os outros, tem uma falha que pode ser fatal. O “*lockdown*” total será difícil, para não dizer impossível, de pôr em prática. Basta haver um caso positivo de covid-19 e, em ambiente fechado, já ficou provado que se propaga rapidamente.

mvaza@publico.pt

DESPORTO

Jogos com História

A dobradinha do Atlético que teve o toque de Antic

Futebol internacional

Luis Francisco

Radomir Antic, que morreu esta semana, foi o único treinador a orientar Real Madrid, Barcelona e Atlético de Madrid

A edição 1995-96 da Liga espanhola só teve quatro líderes ao longo da prova: Real Madrid, Espanyol e Barcelona ocuparam a primeira posição apenas uma semana cada um. O Atlético de Madrid esteve na frente nas restantes 39 jornadas, celebrando a 25 de Maio de 1996 um título que acabou por ser o único da carreira de Radomir Antic como treinador. Como é que um técnico que só conquistou dois títulos (o outro foi a Taça do Rei, nessa mesma temporada) é tão admirado e elogiado? A resposta pode ser encontrada para lá dos relvados. Antic, que morreu esta semana aos 71 anos, era uma pessoa extraordinária.

Paulo Futre, que em 1997 se deixou convencer por Antic a regressar ao futebol para fazer meia temporada no Atlético depois de anunciar a sua despedida no West Ham, acertou em cheio na mensagem de adeus: “Descanse em paz, senhor.” Um senhor, exactamente. Exigente e focado no futebol, caloroso e disponível fora dele, fez amigos por onde passou e deixou sempre uma impressão forte, nomeadamente em Espanha, onde o seu sotaque cerrado não o impedia de ter sempre uma história para contar. Mas esta bonomia não escondia opiniões fortes e assumidas.

Antic nasceu na antiga Jugoslávia, no território do que é agora a Sérvia, e começou a jogar futebol no Sloboda Titovo Uzice, antes de passar para o Partizan de Belgrado, onde foi campeão em 1976 – foi o seu único título como jogador. Na época seguinte, rumou à Turquia (Fenerbahçe), a seguir jogou em Espanha (Saragoça), depois Inglaterra (Luton e Kenilworth Road). Pendurou as chuteiras aos 36 anos, apenas com uma internacionalização pela Jugoslávia, num encontro particular com a Hungria em que entrou a dez minutos do fim. Não é um currículo particularmente notável. Mas ele já tinha os olhos na próxima etapa: ser treinador.

Começou como adjunto no Partizan, onde foi campeão duas épocas



Radomir Antic, quando treinava o Barcelona

consecutivas (1985-86 e 1986-87), e passou a técnico principal no Saragoça, na temporada de 1988-89. Espanha passou a ser a sua casa. Antes de sagrar campeão com o Atlético de Madrid, treinou ainda o Real Madrid e o Oviedo; depois do título passou pelo Barcelona e pelo Celta de Vigo. Ainda hoje, é o único treinador que se sentou no banco de Real, Barcelona e Atlético.

Euforia no Vicente Calderón

A temporada de 1994-95 foi dura para o Atlético de Madrid. Apesar de contar com jogadores de grande valor, como Caminero, Kiko Narváez ou Diego Simeone, a equipa “colchonera” terminara a Liga só um lugar acima da linha de despromoção. Alguma coisa tinha de mudar. Mal chegou, Radomir Antic começou por definir a lista dos 20 jogadores com que contava para a próxima época e riscou uns 15 nomes. A seguir, atacou o mercado. Não conseguiu contratar o promissor avançado (então com 19 anos) Fernando Morientes, nem o defesa russo Viktor Onopko, mas abriu as portas do estádio Vicente Calderón ao extremo sérvio Milinko Pantic, ao avançado búlgaro Luboslav Penev e ao jovem atacante argentino Leo Biagini.

Levantaram-se algumas sobranceiras: Pantic e Penev tinham ambos 29 anos; o primeiro não tinha qualquer cartel internacional e o segundo acabara de recuperar de um cancro nos testículos. Para que é que o Atlético de Madrid os queria? A resposta surgiu em campo.

A Liga fora alargada de 20 para 22 equipas e esta foi a primeira edição em que se aplicou a regra dos três pontos por vitória. Sem medos, o Atlético atirou-se ferozmente à competição. Era uma equipa trabalhadora e compacta, muito difícil de bater (terminou com 32 golos sofridos, a melhor defesa da prova) e com múltiplas soluções no ataque.

Ainda assim, não foi fácil. Chegados à última jornada, o Atlético tinha dois pontos de vantagem sobre o Valência, o seu mais directo rival, que se deslocava ao terreno do Celta de Vigo. O Atlético recebia o Albacete. Há 19 anos que os adeptos esperavam pelo regresso das faixas de campeão. As dúvidas duraram pouco: aos 13’, Simeone fez o 1-0 e aos 31’ Kiko ampliou para 2-0, com assistência longa do guarda-redes Molina. O resultado manteve-se até ao final, com os adeptos da casa em delírio.

Foi um ano de euforia para os “colchoneros”, que um mês e meio antes tinham visto a sua equipa bater o Barcelona na final da Taça do Rei, abrindo caminho para a única dobradinha da história do Atlético de Madrid. Um feito tão notável que até o hiperactivo presidente Jesus Gil Y Gil ficou fã de Radomir Antic: o técnico jugoslavo manteve-se no clube por três épocas e meia, sem conquistar mais troféus. Um recorde só batido recentemente pelo seu então discípulo Diego Simeone, no cargo desde 2011.

Jogos com História é uma rubrica publicada de 15 em 15 em dias



Breves

Futebol

Clubes da Premier League recebem prémios em adiantado

Os 20 clubes da Premier League inglesa vão receber um adiantamento para lidar com os prejuízos causados pela suspensão das competições provocada pela covid-19. Segundo o *The Times* e a BBC, todos os clubes irão ter direito a uma quantia variável e que corresponde a parte do que iriam receber no final da época. Para além disto, os clubes, que ficaram sem receitas com a suspensão das provas, vão ainda receber nos próximos meses verbas que só iriam receber na temporada 2020-21. Na época passada, os emblemas da Premier League receberam um total de 2,5 mil milhões de libras pelos direitos de TV (cujas negociações é centralizada).

Futebol

Dinamo de Brest usa manequins como adeptos virtuais

O campeonato da Bielorrússia é um dos poucos ainda em actividade no futebol mundial, mas para combater a falta de público e recolher fundos para o combate à covid-19, o Dinamo de Brest (onde joga o português Dénis Duarte) começou a vender bilhetes a adeptos virtuais, colocando na bancada manequins com fotografias da cara de todos os que compraram estes bilhetes — a 24 euros cada — e o equipamento das equipas que, presume-se, cada um dos compradores apoia no seu país. Foram vários os adeptos que embarcaram na proposta e podem ver-se dezenas de manequins, muitos de equipas da Premier League (Arsenal, Manchester United, West Ham), mas também do Benfica e Sp. Braga.

International Board fixou novas regras no futebol

Futebol internacional

Entidade que determina as leis do mais popular desporto mundial fez algumas alterações às normas existentes

O International Board (IFAB) anunciou ontem algumas modificações às leis do futebol, que se prendem com os casos de mão na bola e com algumas *nuances* na cobrança de pontapés de penálti. E aproveitou para reforçar a ideia de que o árbitro deve consultar as imagens no ecrã sempre que os lances detectados pelo videoárbitro (VAR) tenham algum carácter de subjectividade.

Da reunião que decorreu em Zurique, há dois dias, saiu uma determinação que aperfeiçoa uma alteração relativamente recente, que insta o árbitro a assinalar falta sempre que a bola entre em contacto com o braço de um atacante no momento ofensivo. Tem sido assim durante a corrente temporada, mas, a partir de 1 de Junho, essa infracção só será assinalada “se resultar imediatamente num golo ou numa oportunidade clara”, seja para o jogador em causa ou para a equipa que representa.

A este respeito, o IFAB clarifica também que, para efeitos do entendimento de mão na bola, deve ser tido em conta que o braço “termina na parte de baixo da axila”.

Nos pontapés de grande penalidade, também há alterações. Se o guarda-redes cometer uma infracção (se se mexer antes do tempo, por exemplo) e a bola não entrar na baliza, mesmo que ressalte no ferro, não haverá lugar a repetição da marcação da falta, a não ser que o marcador tenha sido claramente influenciado pela acção do guarda-redes.

Por outro lado, um cartão amarelo visto durante o jogo não contará para efeitos de acumulação se for levado a cabo o desempate por pontapés de penálti, ou seja, um cartão amarelo no tempo regulamentar e um cartão amarelo no desempate por penáltis não se traduzirão em expulsão.

O IFAB sublinha ainda que, “quando um lance passível de revisão pelo VAR é subjectivo, é expectável que o árbitro reveja o lance no ecrã (*on-field review*)”, na área respectiva.

PÚBLICO

LEVOIR

WATCHMEN

QUANTOS MORREM NESTE XEQUE-MATE?

**WATCHMEN:
A COLEÇÃO**

Em Marte, o Dr. Manhattan tem uma visão de um combate com o Super-Homem que culmina no Apocalipse. Em Moscovo, Putin declara guerra aos E.U.A., depois de o controverso Nuclear, meta-humano suspeito de estar às ordens da Casa Branca, converter centenas de civis russos em vidro. Porque quer Batman impedir o Super-Homem de intervir no conflito? Onde está Ozymandias, que tanto

queria salvar o mundo? E o que vem a ser a Sociedade da Justiça da América, a misteriosa descoberta de Lois Lane? Está em jogo o destino da humanidade, mas falta saber o mais importante: quem está a jogar. Para coleccionar, todos os sábados, uma obra de uma extraordinária densidade psicológica e a mais definitiva desconstrução das histórias de super-heróis de sempre.

Quer receber o seu livro ou a coleção completa em casa?

Encomende online em loja.publico.pt, ou através de coleccoes@publico.pt e 808 200 095/ 210 111 020

Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência? Ligue para 808 200 095/ 210 111 020

**VOL. 9
CRISE**

Inclui os capítulos 8-10 de *Doomsday Clock*

+9,90€
SÁBADO, 11 ABR

COM O PÚBLICO

P

EM
CAPA DURA
E COM HISTÓRIAS
INÉDITAS EM
PORTUGUÊS

DC



A MAIS ACLAMADA NOVELA GRÁFICA DE TODOS OS TEMPOS

Colecção de 10 volumes, 6 dos quais inéditos em português. PVP unitário: 9,90 €. Preço total da colecção: 99 €. Periodicidade semanal ao sábado, entre 15 de Fevereiro e 18 de Abril de 2020. Stock limitado.

TM & © 2020 DC Comics. All Rights Reserved.

BARTOON LUÍS AFONSO

O ANTIGO PRESIDENTE DO BRASIL
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO DIZ QUE
JAIR BOLSONARO NÃO É A PESSOA INDICADA
PARA LIDAR COM ESTA PANDEMIA.

**CONSOANTEMUDA**

Chamem-lhes “inovabonds”, mas avancem agora

**Rui Tavares**

A história da zona euro desde 2010, como escrita pelos eurocéticos, é igual à definição do futebol dada uma vez por Gary Lineker: “É onze contra onze e no fim ganha a Alemanha.” Interessa a essa corrente de opinião apresentar a história desta forma, porque isso é a forma de apresentar o euro e a UE como realidades irreformáveis. Os eurocéticos não se incomodam com incentivar esse derrotismo; pelo contrário, dependem dele. O derrotismo leva à frustração e a frustração à incompreensão entre os eleitorados dos Estados-membros da União Europeia. Se algumas pessoas o incentivam maldosamente, outras sentem-no sinceramente. Até gostariam de não o sentir, mas a falta de solidariedade numa situação de emergência funciona como um potenciador destes sentimentos, e a mistura é perigosa. Quanto mais derrotismo

e frustração mais próximos estaríamos de deitar borda fora aquilo que custou tanto a construir.

Ora, é importante que se note que a história está longe de ser como a contam os eurocéticos. Não, a Alemanha não ganha sempre. Ganha muitas vezes, o que também é natural dada a importância do país, e consegue acima de tudo empatar muito. Mas se olharmos para os factos, o que vemos? A crise da zona euro acabou quando Mario Draghi pronunciou o seu famoso “faremos o que for preciso” para salvar o euro. Daí nasceram dois programas, um que custou zero euros mas acalmou os mercados, e outro de compra de dívida dos Estados que a certa altura injetava sessenta mil milhões de euros todos os meses na economia europeia e baixou os juros para quase toda a gente (a exceção foi a Grécia; no caso português chegámos a ter juros negativos). Os alemães protestaram e protestaram contra estes programas; o representante alemão no Banco Central Europeu votava contra; os tabloides insultavam Draghi e arrepiavam-se com as poupanças dos pensionistas alemães a perderem

em valor; economistas e políticos alemães foram a tribunal várias vezes, no Constitucional alemão e no Tribunal de Justiça da UE. Pois bem: perderam. Ou melhor, ganharam como europeus, porque toda a gente ganhou ao salvar-se o euro. Mas perderam a discussão.

Nas últimas semanas, os holandeses substituíram os alemães no papel anti-inovação e antimutualização no euro. Mais uma vez foram apresentados pelos eurocéticos como invencíveis e inamovíveis. E mais uma vez a frustração e o medo, inteiramente compreensíveis, são os maiores aliados do derrotismo. Mas faltou na análise política a frieza necessária para entender a dimensão do tropeço que deu o ministro das Finanças holandês (e o seu primeiro ministro) nas últimas semanas. Não só ficaram com um ónus pesado perante a opinião pública europeia como ficaram isolados entre os ministros das Finanças na inflexibilidade que demonstraram. Esse isolamento gerou críticas internas, em jornais como o *Volkscrant* ou em partidos integrantes da coligação governativa como os sociais-liberais do D66. Acima de tudo, os Países Baixos não podem dar-se ao luxo de apostar toda a

sua inflexibilidade num só tema, pois sabem muito bem que têm telhados de vidro em vários outros, a começar pelo regime fiscal com que drenam recursos aos outros países europeus. Infelizmente, poucos comentadores internacionais comentaram o que seria óbvio com qualquer outro país da União Europeia (se não se intrometesse a narrativa eurocética que faz dos nórdicos gigantes invencíveis na política da zona euro, mesmo quando perdem): o ministro das Finanças holandês causou um dano de longo prazo à capacidade negocial do seu país na zona euro. Depois da falta de solidariedade com que decidiu aparecer em público, ninguém se poderá espantar que haja muito pouca solidariedade com os interesses holandeses noutras discussões (o pedido de apoios aos produtores de flores foi recebido com silêncio pelos outros ministros) e que de hoje para o futuro haja cada vez mais referências ao facto de os Países Baixos serem um autêntico paraíso fiscal dentro da UE. Um erro estratégico crasso do governo de Mark Rutte, que terá custos políticos prolongados.

Como a UE e a zona euro não são um jogo de futebol, não é como 1x2

que o resultado do Eurogrupo de ontem deve ser analisado. Mas é possível ver quem teve de ceder mais. Na utilização do Mecanismo Europeu de Estabilidade, que era o que estava em discussão no Eurogrupo, o ministro holandês teve de ceder tudo. Na prática não haverá condicionalidade na utilização desse fundo. Os eurocéticos agarrar-se-ão ao facto de os “*coronabonds*” não serem mencionados por esse nome nas conclusões do Eurogrupo. Mas é como “instrumentos financeiros inovadores” que eles agora irão ser transmitidos aos chefes de Estado e de Governo, que podem transformá-los em “*inovabonds*” se quiserem. Se a Alemanha e os Países Baixos não se juntarem, tanto melhor: façam-nos a nove ou mais países, ao abrigo de uma cooperação reforçada. A França já disse estar a favor.

Sim, o fundo agora anunciado é só de 500 mil milhões. Mais 870 mil milhões do BCE, mais o que há de vir dos “*inovabonds*” que sob um nome ou outro se podem fazer. Chegará para a crise que aí vem? Ninguém sabe. Mas uma coisa é certa: o derrotismo é que nunca ganhou nada.

Historiador

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria popular 5 5 4 6 0 1.º Prémio 50.000€

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | 070266641-5D29-4014-9C01-5AC4DC4B3042: Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, n.º. 50- Morelana - 2715-029 Pêro Pinheiro Telef.: 219677450 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Março 26.671 exemplares Membro da APCT

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos



SONAE

EM TEMPO DE
FICAR EM CASA,
INVENTE E REINVENTE

- 45 RECEITAS
- ESPECIAL DOCES COM CHOCOLATE E CAFÉ
- PASSATEMPOS, IDEIAS E SUGESTÕES



CONTINENTE
magazine
CONSIGO EM CASA

PUBLICIDADE